

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Gênero e modernidade na Natal dos anos 1920: uma análise do romance *Gizinha*

Cicera Tamara Graciano Leal da Silva

NATAL/RN

2006

CICERA TAMARA GRACIANO LEAL DA SILVA

Gênero e modernidade na Natal dos anos 1920: uma análise do romance *Gizinha*

Monografia apresentada a disciplina de Pesquisa Histórica II, para fins de conclusão do curso de bacharelado e Licenciatura em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, orientada pelo Professor Dr. Raimundo Nonato Rocha.

Natal/RN

2006

BANCA EXAMINADORA

CICERA TAMARA GRACIANO LEAL DA SILVA

Gênero e modernidade na Natal dos anos 1920: uma análise do romance *Gizinha*

Em, 7 / junho, 2006.

Prof. Dr. Raimundo Nonato Rocha (Professor orientador)

Prof. Ms. Wicliffe de Andrade Costa (membro da banca)

Iranilson Buriti

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira (membro da banca)

NATAL/ RN

2006

À minha mainha, Geisa Marília.

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor orientador, Dr. Raimundo Nonato Rocha, por me ajudar a encontrar paixão na História.

A minha família - mãe, pai, Thays e Pepeu, pelo amor e apoio imprescindíveis.

Aos meus amigos e amigas: Michele, Diego, Consolação, Sérgio, Elaine, Sevemar, Leda, Eliezer, Daniele e Aloma, por suportarem (im)pacientemente minhas lamúrias devido aos meus problemas, hipóteses, justificativas, objetivos, conclusões, etc.

Ao meu amor, Rinelton, que com muita sensatez, carinho e compreensão me ajudou a enfrentar os instantes sofridos para a conclusão dessa monografia.

Ao nosso generoso Deus, que nunca me deixou desistir, colocando no meu caminho pessoas tão especiais como essas, que, mesmo sem saber, iluminaram-me em minhas escolhas, com suas palavras de crítica e incentivo, em momentos de muita tristeza que pareciam não ter fim.

Nenhum homem se lembraria de considerar as suas empregadas ou uma mulher do povo, operária e sobrecarregada de filhos, como um anjo do lar. O anjo é apenas a mulher cujos meios lhe permitam dedicar-se unicamente ao homem e, quando é mãe aos filhos, não dispensando contudo outras mulheres – talvez menos divinas – para executar os trabalhos menos angélicos e diurnos do lar.

(Maria Lacerda de Moura)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. UM ESPAÇO PARA A MODERNIDADE	16
1.1 Ecos da modernidade em Natal	19
1.2 Uma nova visibilidade da mulher no Brasil	26
1.3 Uma nova visibilidade da mulher em Natal	32
2. A CULTURA MODERNA EM <i>GIZINHA</i>	37
2.1 Descrevendo uma mulher moderna	39
2.2 Descrevendo um homem moderno	53
2.3 A idéia de antigo/novo pelas páginas de <i>Gizinha</i> e um encontro com o cotidiano da cidade.....	54
2.4 Amor e casamento em <i>Gizinha</i>	63
3 QUESTÕES DE GÊNERO NA FAMÍLIA DA NATAL DA MODERNIDADE	69
3.1 Um homem moderno fraco	71
3.2 Uma mulher moderna desonrada	78
3.3 Era preciso disciplinar a mulher moderna para o progresso da nação	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

INTRODUÇÃO

A história da mulher não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos.¹

A mulher faz parte da História. Mesmo que ela tenha sido excluída dos âmbitos públicos, mesmo que ela tenha sido inferiorizada por discursos que a viam incapaz de realizar certos feitos, mesmo que ela tenha até sido esquecida em relatos históricos. Mesmo até estando ausente, a mulher faz parte da História e por ela estar na História é que os estudos da mulher podem nos ajudar mesmo a construir uma historicidade da família, da criança, do trabalho em espaços distintos. Por estudarmos a mulher é que podemos também estudar o homem, pois acreditamos que as diferenças/igualdades entre mulheres e homens se dão justamente na contraposição, não apenas das suas características naturais, mas, sobretudo, naquilo que se “diz” ser inerente a ambos.

No início do século XX, percebia-se uma grande visibilidade relativa à presença das mulheres em busca de participação nos espaços públicos da sociedade, fosse para o mundo do trabalho, do lazer ou dos movimentos intelectuais. Era um momento em que não mais apenas as mulheres pobres enfrentavam a vida cotidiana do mundo do trabalho, mas também as mulheres economicamente favorecidas da sociedade buscavam adentrar nesses espaços de sociabilidade tidos como masculinos, num movimento que marcaria a história daquele tempo.

Certas análises têm tratado a mulher enquanto objeto de estudo, buscando apenas exaltar alguns dos seus feitos “pioneirísticos”. Assim, busca-se extrair da história do Rio Grande do Norte as muitas conquistas da mulher, exaltando que o estado tornar-se-ia conhecido por ter trazido à tona, por exemplo: a primeira feminista do Brasil – Nísia Floresta ; por ter sido o primeiro a dar o direito ao voto às mulheres e a eleger a primeira prefeita do país – Alzira Soriano; bem como a primeira deputada – Maria do Céu Fernandes. Os norte-riograndenses teriam tido também uma série de publicações (manuscritas e tipografadas) exclusivamente por mulheres; além de ser pioneiro no reconhecimento da participação feminina em diversas áreas como o esporte e a aviação, durante as primeiras décadas do

¹ DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In.: _____ (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 7.

século XX². Sem deixar de observar que esses feitos foram significativos em certa medida para a valorização da importância da mulher na sociedade, acreditamos que um estudo historiográfico preocupado em analisar uma dada realidade histórica não pode apenas enfatizar participações individuais ou fatos isolados, mas sim, buscar entender a vivência cotidiana de mulheres (e homens) ao longo dos tempos.

Esta monografia busca analisar os discursos de gênero e de modernidade em Natal, durante os anos 1920, através do romance *Gizinha*³, buscando compreender como esses discursos são reveladores das tensões sociais vividas pelas mulheres e homens daquele momento. Procuramos perceber como “os novos tempos” chegavam à Natal, no início da Primeira República; de que maneira as novas tecnologias, os novos costumes e as novas idéias, a respeito da modernização da mulher, eram recebidos na cidade e de que maneira os estereótipos de mulher foram transmitidos pelas páginas do livro, numa tentativa de que sua disciplinarização contribuísse para as estratégias de estruturação de uma identidade de nação.

Hoje, pensamos a mulher com uma idéia que suscita uma verificação das diversas identidades femininas. Vemos uma sociedade fragmentada, onde as mulheres podem ser “encaixadas” em diversos grupos: mulheres pobres/ricas, mulheres negras, mulheres mães, mulheres mães-solteiras, mulheres lésbicas, mulheres feministas, etc. Hoje, questionamos inclusive se a categoria mulher é naturalmente ou social-culturalmente construída. Alvo de preconceitos e estereótipos que teimam em diminuir a sua significação, a mulher, incluída ou não nessas diversas categorias, influenciam estudos que buscam, na observação mesma dessa fragmentação, localiza-la na História.

Entretanto, não foi sempre assim. Nem sempre se pensou a mulher através de discursos que exaltam as suas diferenças. No passado, especialmente durante a Primeira República não se entendia a mulher como um ser de identidades múltiplas, muito pelo contrário, nas primeiras décadas do século XX, a mulher tinha apenas uma função aos olhos de muitos daquele momento. Voltar à Primeira República para estudar a mulher se faz relevante então por entendermos que esse foi um período, devido mesmo à visibilidade lhe imposta, que suscitou um relevante questionamento do que era ser mulher e de como esta deveria atuar na sociedade.

² DUARTE, Constância Lima, MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira (Orgs.). *Via-láctea*: de Palmyra e Carolina Wanderley: Natal, 1914-1915. Edição Fac-similar. Natal: NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003. p. 9-32.

³ O livro *Gizinha* é de autoria de Antônio de Souza, que utilizou o pseudônimo de Polycarpo Feitosa para assinar o romance. *Gizinha* também é o apelido de um dos personagens principais da história e por isso, utilizaremos o seu nome mesmo – Adalgiza-, quando estivermos nos referindo à personagem para diferencia-lo do título homônimo do romance. FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*. 3. ed. Natal: AS Editores, 2003.

O início do século XX designa o que podemos identificar como o período da chegada da modernidade no Brasil. Partimos do entendimento de que a modernidade influenciada, especialmente pela Revolução Tecnológica, seria representada por três principais etapas: uma etapa que compreendeu o século XIX até as primeiras décadas do século XX, constituída como uma época de certezas; uma época em que a influência do positivismo fazia com que se acreditasse que todos os momentos da humanidade podiam ser racionalizados. A partir daí, com a crise gerada pela Primeira Guerra Mundial, que culminou numa desestruturação da economia ocidental, gerava uma série de questionamentos, entre os quais a decepção com a própria ciência, que já não aparentava ser mais tão certa. O que era imitado, como as culturas estrangeiras, agora poderia ser até menosprezado e o Brasil passaria a entender como moderno e civilizado, a valorização do nacional arraigada em noções de honra, pátria e moralidade. Finalmente, viveríamos hoje uma terceira etapa dessa modernidade: uma modernidade de celebração das incertezas, na qual tudo pode ser “individualizado”; a ciência teria perdido o seu *status* de que tudo sabia e podia e até mesmo conceitos sobre o que seria uma família hoje poderiam ser “relativizados”; viveríamos uma “modernidade em crise”.⁴

Assim, entendemos que para os intelectuais das primeiras décadas do século XX, a humanidade deveria imprimir ações para o desenvolvimento da sociedade como um todo, através da ciência e da tecnologia, mas também de uma série de “doutrinas” que teriam como princípio a homogeneização da sociedade. Esse período é chave para entendermos as mudanças que os valores modernos imprimiram para a compreensão de qual seria o papel da mulher na sociedade, por ter trazido à discussão da relação entre mulher e homem para o meio público dos jornais, revistas, literatura, religião, política e ciência e, principalmente, por constatarmos que os modernos tinham “certeza” do que deveria ser uma verdadeira mulher; ou seja; buscava-se homogeneizar inclusive as posturas das mulheres.

Pensar na resistência imposta à voz de mulheres que iam de encontro a muitos estereótipos suscita uma série de questões para o historiador. O que significou essa visibilidade feminina para a história daqueles primeiros anos republicanos? Que imagens de mulher foram repassadas pelos homens (e também mulheres) que “torciam o nariz” para as novas posturas femininas? De que maneira se tentou manter/construir o ideal de mulher direcionada para o âmbito do lar? As respostas a essas questões não são tão facilmente

⁴ HERSHMANN, Micael, PEREIRA, C. A. Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In.: _____ (Orgs.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-42.

encontradas e, historiadores envolvidos com as áreas de História da Mulher, do Gênero, do Social e do Cultural, têm buscado responde-las, trazendo a mulher enquanto objeto de estudo, a partir dos momentos em que a História, enquanto ciência, apresentou transformações no tratamento dos seus objetos/fontes de estudo.

Até o século XIX, as mulheres pouco apareceram no relato histórico e as que foram mencionadas no relato dos cronistas foram trazidas com uma noção de excepcionalidade, pois a Escola positivista trazia uma perspectiva política, “a partir da qual a história é a memória da República e da Nação”, história que não abarcava as mulheres, que estavam, a maior parte do tempo, ausentes desses lugares. A partir dos anos 1930, a chamada *Escola dos Annales* operou uma ruptura e trouxe os estudos historiográficos para as análises da participação feminina na história, porém seu foco se voltou para os planos econômicos e sociais inicialmente; o que fez com que apenas na década de 1970, a História da Mulheres fosse desenvolvida no ocidente, a partir da *Nouvelle Histoire*, que se mostrou mais receptiva ao estudo da participação da mulher na sociedade, num movimento de comunicação com outras disciplinas como a Sociologia e Antropologia. Buscava-se, a partir daí, a vida privada como um campo a ser explorado e problematizado, incorporando-se os estudos sobre a família, a história da casa, do indivíduo, da sexualidade.⁵

A partir dos anos 1970, contudo, a história das mulheres passou a ser considerada um pouco restrita e os estudos sobre o mundo das feminilidades passou a abarcar também o estudo das masculinidades, especialmente entre as décadas de 1980/90: surgiu uma história de gênero, sobre relações entre os sexos, mais preocupada com as representações e consciente da importância dos símbolos, refletindo intensamente acerca de algumas noções, tais como "cultura" e "poder" das mulheres, das identidades femininas e masculinas.⁶

Dessa maneira, nos orientamos nas Histórias da mulher e do gênero, num diálogo com a História Social e Cultural, procurando reconstruir os valores do cotidiano daquele tempo, entendendo que estudar a mulher significa olhar para uma história dos excluídos. Ou seja, analisamos as fontes que possibilitem uma interpretação acerca dos grupos marginalizados do poder, no caso, aquelas mulheres que, com suas “modernidades” recebiam diferentes tipos de crítica por parte da sociedade, que lhe indicava cada vez mais estereótipos e tentava silenciar indicando o cumprimento de papéis normativos. Contudo, tentamos ver as

⁵ PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*: Fazendo História das Mulheres. v. 4. Campinas: UNICAMP, 1995: p. 9-28. 1 CD-Rom.

⁶ RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*: Trajetórias do gênero, masculinidades. v. 11. Campinas: UNICAMP, 1998. p. 89-98. 1 CD-Rom.

imagens das mulheres atreladas às imagens dos homens, ou seja, observando que os discursos do “ser mulher” só existem em contraposição aos do “ser homem”.

Comprendemos que as mulheres modernas, mesmo frustradas por preconceitos, causaram uma série de transformações durante a Primeira República. Elas representaram o novo, mas ao mesmo tempo o transgressor. Nesse sentido, concordamos com Maria Odila Dias quando esta diz que “a reconstrução dos papéis sociais femininos, como mediações que possibilitem a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos”⁷. Assim, nos orientamos por uma historiografia que busca entender os problemas de grupos marginalizados do poder, incorporando as suas tensões sociais e tentando reconstruir a sua organização para sobrevivência.

Ousamos entender como a literatura produzida no Rio Grande do Norte, durante a Primeira República, discursou sobre a questão por acreditarmos que a percepção da ficção potiguar é uma fonte significativa para a apreensão dos discursos sobre a mulher, além de expressar a possibilidade de enxergarmos através do olhar de um contemporâneo daquela época, as mudanças advindas da Revolução Tecnológica e da ascensão da República na cidade; o que nos mostra de que maneira homens como Antônio de Souza recebiam aquelas transformações que tanto modificavam a paisagem da cidade e as suas configurações sociais e culturais através dos discursos de gênero e como a admiração pelo “novo” dialogava com a resistência pela perda do “antigo” nesse sentido.

Trabalhar com literatura no campo da História tem sido uma solução freqüente para a busca de fontes que explorem os costumes das sociedades como uma alternativa para a interpretação dos seus hábitos, ritos e discursos. Apesar da aparente dificuldade em se “separar” a ficção dos fatos, entendemos que é possível perceber as representações dos papéis do homem e da mulher descritos e idealizados pelos ficcionistas, além da visualização dos conflitos por quais passavam os moradores de uma Natal em renovado processo de urbanização. Como qualquer outra fonte histórica, a literatura resulta de uma interpretação da realidade. Assim, de acordo com Albuquerque Júnior, compreendemos que a literatura “não é apenas representação do real, ela “é o real”, a literatura, enquanto Arte “é acontecimento, é intervenção na realidade”⁸. Entendemos ainda, de acordo com Eni de Mesquita Samara, que a

⁷ DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 13.

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *História e literatura: Uma questão de Gênero? II Encontro Regional da ANPUH/RN: História, historiografia e ensino*. Caicó: UFRN, 2006.

literatura “fornece símbolos, estereótipos, arquétipos e papéis que são extremamente úteis para testar o real”⁹.

Especificamente falando de *Gizinha*, podemos perceber uma contribuição para a questão, visto Antônio de Souza possibilitar, em certa medida, uma descrição do ambiente “moderno” da cidade de Natal, além disso, vemos a percepção do impacto que foi a chegada dos costumes das mulheres modernas, numa cidade ainda tão identificada como “provinciana”, por exemplo, por intelectuais como o folclorista Câmara Cascudo e o sociólogo Itamar de Souza.¹⁰ Buscamos interpretar o romance para compreendermos aquele espaço onde viveram o autor, os personagens e os leitores da trama em questão, acreditando que através da impressão literária (da Arte) podemos não apenas apreender como a realidade histórica foi representada durante os anos 1920, mas também como ela foi sentida por homens como Antônio de Souza, na cidade de Natal, na esperança de apreender não as motivações econômicas ou políticas desse lugar/tempo, mas sim, as tensões sociais que fizeram os modernos de Natal viverem como nesse romance.

Entre as monografias do curso de História, na UFRN, que trabalharam o romance *Gizinha*, como fonte histórica para discussão de gênero, encontramos: a monografia de Janaína de França, cujo objetivo foi desvendar como teria sido vista a instituição familiar em Natal de acordo com as transformações da modernidade na cidade durante as primeiras décadas do século XX¹¹; e a monografia de Franknilda Dias, que buscou retratar a presença da mulher da educação que se modernizava em Natal entre os anos 1915 e 1930, utilizando-se do romance para mencionar sucintamente a influência da moda na vida das mulheres natalenses daqueles anos¹². Também analisamos uma dissertação de Mestrado em Educação da UFRN, da historiadora Eliane Dias, a qual trabalhou, entre outros romances de Antônio de Souza, *Gizinha*, como fonte principal, direcionada para analisar como se deu o desenvolvimento da educação formal voltada para o público feminino no Estado do Rio Grande do Norte¹³. Esses trabalhos foram importantes para a constituição da nossa monografia porque permitiram-nos identificar como *Gizinha* havia sido trabalhado por outros

⁹ SAMARA, Eni de Mesquita. Gênero e construção do simbólico na literatura. *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, p. 125-136. jan/dez 1996. p.127.

¹⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. Natal: IHG/RN, 1999. p. 400; SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*. Brasília: Senado Federal, 1989. p. 13-14.

¹¹ FRANÇA, Janaína Costa de Oliveira. *Família e a cidade moderna no romance Gizinha*. 2005. Monografia (Bacharelado em História). Natal, UFRN.

¹² MEDEIROS DIAS, Franknilda Márcia. *Da escola ao lar: a mulher na cidade do Natal (1915-1930)*. 2002. Monografia (Bacharelado em História). Natal, UFRN.

¹³ MOREIRA DIAS, Eliane. *A educação feminina no Rio Grande do Norte (década de 1920)*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação). Natal, UFRN.

historiadores e da também por nos orientar para a estruturação de uma discussão diferenciada, posto que - fora os objetivos procurados não serem os mesmos-, em nosso trabalho, o livro recebe uma atenção maior relativa às imagens do homem - e não só das mulheres -, que acreditamos, são representados como modernos no romance, sendo que, as imagens masculinas apresentadas em *Gizinha* quase ou nunca aparecem estudadas nesses trabalhos.

Do ponto de vista teórico, alguns autores foram fundamentais para o desenvolvimento do nosso trabalho. Através de Marshall Berman identificamos o que entendemos por modernidade¹⁴. Analisamos de que maneira se deram as transformações acarretadas pela Revolução Tecnológica e pela ascensão da República no Brasil, a partir das idéias de Nicolau Sevcenko¹⁵. Já para a interpretação de como se deram as novas posturas da mulher na década de 1920, nos orientamos pelos estudos de Raquel Sohiet¹⁶. Enquanto que para analisarmos como o modelo de família patriarcal era buscado durante a Primeira República, seguimos o entendimento de Durval Muniz de Albuquerque Júnior¹⁷. Já para o entendimento de que as questões ligadas à honra feminina moldavam um ideal de mulher direcionado para a formação de uma identidade nacional, nos baseamos nos estudos de Sueann Caulfield e Margareth Rago¹⁸. E, para a compreensão de como se deu o processo de modernização da cidade de Natal no período em questão, estudamos o processo de urbanização da cidade a partir das idéias de Giovanna Paiva e Pedro de Lima¹⁹.

Já do ponto de vista metodológico, trabalhamos a análise do livro *Gizinha* fazendo uma ligação com a bibliografia estudada, em consonância com alguns trechos do jornal *A República* e da revista *Via-láctea*, que devido aos poucos exemplares dispostos no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foram incluídos apenas como alguns exemplos nessa monografia.

Nesse sentido, a nossa monografia está dividida em três capítulos, para conclusão dos quais percorremos o seguinte caminho: No primeiro capítulo, analisamos o que a

¹⁴ BERMAN, Marshall. Modernidade - ontem, hoje e amanhã. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 15-35.

¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. República - da belle époque à Era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

¹⁶ SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de e relações de gênero. *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, p. 99-124. jan/dez 1996.

¹⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino: Uma invenção do falo, uma história do gênero masculino (Nordeste - 1920/1940)*. Maceió: Catavento, 2003. p. 19-148.

¹⁸ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas: Unicamp, 2000. p. 22-266; RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A utopia da cidade disciplinar (Brasil 1890-1930)*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 61-95.

¹⁹ LIMA, Pedro de. *Natal século XX: Do urbanismo ao planejamento urbano*. Natal: EDUFRN, 2001. p. 17-7; OLIVEIRA, Giovanna Paiva de. *De Cidade a Cidade*. Nata: EDUFRN, 2000. p. 11-106.

modernidade, trazida pelo processo de urbanização e propiciada pela Revolução Científico-tecnológica, significou para a cidade de Natal, procurando compreender como ela influenciou nas transformações da imagem da mulher nesse período, na intenção de relacioná-las às motivações de Antônio de Souza para a feitura de *Gizinha*. Enquanto que, no segundo capítulo, identificamos quais os discursos de gênero, do cotidiano e das idéias de amor/casamento revelados pelo romance. E, por fim, analisamos quais os principais discursos envolvidos na percepção/ idealização de Antônio de Souza das questões ligadas ao gênero em consonância com os ideais modernos para estruturação de uma identidade nacional.

1 UM ESPAÇO PARA A MODERNIDADE

No início da década de 1920 a sociedade natalense passou a conviver com uma série de mudanças que ocorriam em todo o mundo e que chegavam à capital potiguar via intercâmbios culturais vividos pelos filhos de uma elite agrária, comercial e industrial, os quais tinham contato com centros urbanos brasileiros, como o Rio de Janeiro e com a Europa e também, através dos meios de comunicação como os novos jornais que circulavam na cidade, trazendo para a capital potiguar os ideais e práticas da modernidade.

Nicolau Sevckenko, ao analisar a introdução do Brasil na modernidade, revela que as transformações vividas durante a Primeira República no país foram possibilitadas pela Revolução Científico-Tecnológica, que ocorrendo na Europa, ecoou por todo o mundo ocidental, inclusive pelo Brasil. A Revolução Científico-Tecnológica (ou Segunda Revolução Industrial) ocorreu a partir de meados do século XIX, representando um salto em termos qualitativos e quantitativos com relação à Revolução Industrial, que por sua vez havia propiciado o surgimento das primeiras unidades produtivas – as fábricas. A Revolução Científico-Tecnológica foi influenciada pelas aplicações das descobertas científicas aos processos produtivos, possibilitando o desenvolvimento de novos potenciais energéticos, como a eletricidade e os derivados de petróleo, dando origem a novos campos de exploração industrial e desenvolvimentos nas áreas da microbiologia, bacteriologia e da bioquímica. Acontecendo num ritmo acelerado, entre os países mais desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, sua chegada impulsionou a consolidação da unidade global do mercado capitalista, através da formação de grandes complexos industriais, do neocolonialismo ou imperialismo e, por sua vez, da introdução dos avanços tecnológicos em sociedades tradicionais, de economia agrícola, transformando seus modos de vida através da instalação dos hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica.²⁰

A Revolução Científico-Tecnológica se cristalizava, difundindo as novas condições da economia globalizada e trazendo uma série de novas idéias que inseriam o Brasil no contexto modernizador, com a Primeira República sendo marcada por dois momentos distintos: um primeiro entre 1900 e 1920, no qual se viveu uma atmosfera de bastante otimismo com a chamada *belle époque*, com a introdução no país de novos padrões de consumo, instigados pela publicidade, além de um “dínamo cultural representado pela

²⁰ SEVCENKO, Nicolau. *O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*, p. 7-13.

interação entre as modernas revistas ilustradas, a difusão das práticas desportivas, a criação do mercado fonográfico voltado para as músicas ritmadas e danças sensuais e [...] cinema.” Enquanto que de 1920 a 1930, quando o regime “começaria a periclitlar”, através da queda da economia cafeicultora; num momento em que se instaurava uma crítica nacionalista dos modelos cosmopolitas vigentes, originando os discursos nativistas, que influenciariam as práticas autoritárias varguistas a partir dos anos 1930.²¹

Para Nicolau Sevcenko:

Nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformação de seus hábitos cotidianos, suas convicções, seus modos de percepção e até seus reflexos instintivos. Isso não apenas no Brasil, mas no mundo tomado agora como um todo integrado.²²

A Revolução Científico-tecnológica trouxe características marcantes para o novo século, como o surgimento e a expansão das inovações tecnológicas, o ritmo acelerado que essas inovações entraram no cotidiano e o impulso extraordinário que ela deu para a consolidação da unidade global. Através dela, tivemos a inserção de tecnologias como: o bonde elétrico, o telefone, a luz elétrica, o automóvel, o avião, o telégrafo, entre muitas outras que imprimiram uma imagem aos primeiros anos do século XX de um progresso buscado por diversos países no mundo.

A entrada do Brasil na modernidade se deu pela influência de políticos reformadores, que abriram as portas para os capitais estrangeiros, através da proclamação da república, quando a idéia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país a todo custo.²³ Em busca dessa modernização, o centro urbano, no Brasil, que mais representou a chegada dos padrões reproduzidos pela Revolução Científico-Tecnológica foi, sem dúvida, o Rio de Janeiro, que sofreu intervenções para a sua reformulação urbana entre os primeiros anos republicanos e a década de 1920. A então capital do país se tornaria a principal irradiadora das práticas, costumes e valores da modernidade no Brasil.

O Rio de Janeiro foi o centro irradiador de transformações urbanísticas, tentando equiparar-se aos exemplos europeus. Seu desenvolvimento urbano influenciaria de maneira marcante as outras iniciativas brasileiras:

²¹ SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*, p. 35-37.

²² *Ibid.*, p. 7.

²³ *Ibid.*, p. 11-15.

sociedade. O Rio de Janeiro rapidamente se transformou no maior centro cosmopolita da nação, absorvendo e irradiando para o restante do país a produção estrangeira²⁶. “Uma verdadeira febre de consumo tomou conta da cidade, toda ela voltada para a ‘novidade’, a última moda”.²⁷

E Os avanços tecnológicos suscitaram, no Rio de Janeiro, um otimismo exacerbado, assim como uma grande intimidação. As novas tecnologias foram sendo incorporadas rapidamente e ganhariam status de signo da modernidade, revelando não apenas a incorporação de novas técnicas ou hábitos, mas de novos tempos. A velocidade, a transitoriedade, a mudança, percebidas, por exemplo, pela inserção dos novos meios de transportes, podem ser representadas pela recepção dos bondes, que ressignificaram o espaço urbano, e dos automóveis, que se transformaram em sonho de consumo de toda uma geração.²⁸

As fontes de assimilação dos mandamentos modernos eram os jornais, as revistas e os teatros, que traziam para o Rio de Janeiro a moda do exterior, exacerbando as benesses do consumo, através de uma publicidade crescente que girava em torno de uma moda mutável muito rapidamente e representando distinção social. O cigarro, o café, o relógio de pulso e até o andar acelerado das pessoas em direção ao trabalho representavam urbanização, individualismo e diferenciação, eram pois, signos da modernidade no Brasil a serem buscados pelos outros centros urbanos. Da mesma forma, o cinema ligado à idéias de urbanização por trazer a imagem das multidões, das concentrações urbanas, da metropolização e, o rádio, ligando os novos gostos musicais e reproduções de dança exerceram um papel importante na divulgação dos paradigmas modernos vistos na capital ao restante do país.²⁹

1.1 Ecos da Modernidade em Natal

Desde os primeiros momentos republicanos, houve uma série de tentativas de se modernizar a cidade de Natal. A entrada do Rio Grande do Norte nessa nova fase traria para a capital do estado uma série de investimentos nesse sentido. Apesar de entendermos a Natal dos anos 1920 como “provinciana”, nos dizeres Câmara Cascudo e Itamar de Souza podemos

²⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira Republica*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. p. 26-28.

²⁷ *Ibid.*, p. 28.

²⁸ SEVCENKO, Nicolau. *A Capital Irradiante*, p. 522, 551, 558-559.

²⁹ *Ibid.*, p. 521-522, 537-538, 552, 585-593.

perceber que, não obstante sua extensão urbana e sua população reduzidas em relação a outros centros urbanos do país, durante a Primeira República, além de uma economia mais direcionada para o agrário - com o algodão sendo o seu maior representante -, e uma política oligárquica clientelista. O processo de modernização de Natal ganhava impulso então, através das iniciativas para urbanização da cidade implementadas por representantes do poder oligárquico autoritário e intelectualizado, que buscavam fazer da capital potiguar um centro antenado com as transformações urbanas do restante do país.

O impulso para modernização da cidade foi propiciado, no campo econômico, pela cotonicultura, que apontava como principal atividade comercial do Rio Grande do Norte, desde fins do século XIX, desenvolvendo as atividades portuárias de Natal. A cotonicultura propiciou a construção de uma infra-estrutura básica e fez surgir as indústrias de bens de consumo popular. E mesmo com a crise de 1929, a cotonicultura continuaria facilitando o desenvolvimento urbano da Natal, através de uma relativa circulação de riqueza. O que possibilitaria o processo de modernização da capital, com a renovação da sua infra-estrutura urbana, com “[...] a organização da burocracia, com a criação de novas instituições e suas instalações; ações higienistas e de embelezamento; criação de infra-estrutura urbana e de serviços [...]”.³⁰

O desenvolvimento da imprensa escrita, com a criação do jornal *A República*, além de outros periódicos, facilitou a comunicação com as demais regiões do país e também com a Europa. Possibilitada também pelo desenvolvimento dos transportes náuticos e viários. O que fazia com que a influência da moda e da arquitetura européias chegasse à cidade através das viagens de membros da elite local, que podiam passear e estudar fora já por volta de 1900.

No entender de Giovana Oliveira - arquiteta e cientista social, que buscou identificar como se deu o processo de modernização de Natal nos dois primeiros decênios do século XX -, ao final de 1908, “a cidade, até uma época recente entendida como insalubre e colonial, encontrava-se completamente modificada”³¹. O aperfeiçoamento da máquina administrativa possibilitou o desenvolvimento dos projetos de modernização, através de planos que exaltavam estruturas sanitaristas. Dos quais vemos a reforma de bairros; com a desocupação de antigas casas populares; o escoamento de águas; a estrutura hospitalar em desenvolvimento e o afastamento de edifícios insalubres das áreas centrais. Além da

³⁰ LIMA, Pedro de. *Natal Século XX*, p. 24-25.

³¹ OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De Cidade a Cidade*, p. 73.

estruturação de galerias de esgoto e calçamento; o início da realização de grandes obras, como o teatro; e ainda, a instalação de iluminação e bondes elétricos desde 1911.³²

Natal ia aos poucos se aparelhando com as inovações que, então, caracterizavam a vida moderna. E na década de 1920, já possuía automóvel, telefone, telégrafo, bondes e eletricidade. Mulheres e homens já se vestiam inspirados nas modas estrangeiras, já iam ao cinema, ao teatro, aos balneários, praticavam esportes, em fim, já viviam uma atmosfera de inclusão no mundo moderno. As ações urbanísticas de Natal revelaram a intenção de saneamento, ordenamento e embelezamento da cidade em conformidade com a visão de que uma cidade organizada, bonita e limpa era, principalmente, uma cidade moderna e com credibilidade nacional e internacional.

Natal crescia através de iniciativas de urbanização, saúde e educação, principalmente. Com relação à urbanização, Pedro de Lima, estudando o desenvolvimento e a aplicação dos planos para modernização de Natal na Primeira República, mostra que desde os primeiros instantes do governo republicano se buscou aprimorar as ruas de Natal aos padrões de modernidade. Tratando os planos urbanísticos como “eventos de caráter político-administrativo inscritos na história social da cidade e como marcos referenciais do processo de urbanização”, o urbanista acredita que mesmo a cidade se encontrando na periferia do capitalismo brasileiro, verifica-se uma “surpreendente precocidade” com relação a uma profusão de planos urbanísticos, como o *Plano da Cidade Nova* (1901-1904) e o *Plano Geral de Sistematização de Natal* (1929)³³. Esses planos foram fruto das tentativas de modernização da cidade, em busca em atrair para ela a civilidade e o progresso que reformadores viam, liam e sentiam.

O *Plano da Cidade Nova* começou a ser desenvolvido ainda em 1901, restringia-se a ser um plano de parcelamento/arruamento do solo, com uma trama regular e sem qualquer preocupação estética ou funcional. Contudo, foi o único plano urbanístico implantado em sua totalidade, de maneira que influenciaria toda a configuração futura da cidade, voltada para a margem direita do rio Potengy e possibilitando a construção de grandes prédios tidos como modernos, além de direcionar a ordenação, mesmo que mais ou menos espontânea, dos bairros com o afastamento da população menos privilegiada do centro da cidade, sendo complementado nos anos ao 1920, com a abertura e pavimentação de ruas.³⁴

³² OLIVEIRA, Giovana Paiva de. *De cidade a cidade*, p. 21-85.

³³ LIMA, Pedro de. *Natal Século XX*, p. 17.

³⁴ *Ibid.*, p. 17-41.

Por sua vez o *Plano de Sistematização de Natal* seria fruto de um programa municipal que articulava a abertura de estradas de rodagem, ligando bairros e facilitando os meios de transporte e circulação da zona suburbana, contratado em 1929, esse plano também ainda não acenava uma política de planejamento urbano para Natal, nem foi implantado na sua totalidade, entretanto, da mesma forma que o anterior representou o empenho das elites políticas comprometidas com a modernização em reformar a cidade seguindo os padrões da época.³⁵

Em se tratando das mudanças com relação às políticas sanitárias na cidade, encontramos um discurso higienista, ligado à preocupação crescente com as doenças causadas pelo ambiente considerado pelos reformadores como insalubre. Pedro de Lima ainda mostra como as intervenções que mudariam a imagem de Natal estavam ligadas a essas questões. Já desde fins do século XIX, políticos da cidade, especialmente da oligarquia Albuquerque Maranhão, se demonstravam preocupados em empreender atitudes para proteger a saúde da população. Nesse período, por exemplo, se buscavam soluções para ferrar o pântano da Ribeira, cujas águas estariam impregnadas de matérias vegetais putrefatas, responsáveis por causarem febres intermitentes, infecções várias e outras enfermidades, através do que se entendia por “miasmas”.³⁶

Contudo, a partir da década de 1920, com a difusão da “teoria microbiana” a teoria dos miasmas perdeu credibilidade e os serviços de higiene ganharam mais atenção por parte dos poderes públicos que nessa década, reformaram os serviços de higiene e saúde pública. Inaugurou-se o Serviço de Assistência e Profilaxia da Lepra, em 1920; o Serviço Profilaxia das Doenças Venéreas e Serviço Profilaxia Rural, em 1921; o Laboratório Químico e o Posto Antiofídico 1923. Instalou-se a Comissão de Saneamento de Natal, com o objetivo de estudar e projetar a remodelação da cidade, projetando também a ampliação das redes de abastecimento, de esgotos pluviais e domiciliares entre 1924 e 1927. E durante os dois últimos anos da Primeira República, inaugurou-se o Dispensário Simphronio Barreto, para retirar das ruas, assistir e reeducar os mendigos. Construiu-se ainda o Leprosário Vila São Francisco e mais tarde o Instituto Anti-Rábico e a Sociedade de Assistência aos Lázarus e de Defesa Contra a Lepra.³⁷

Já em se tratando do setor da educação, esse foi um momento em que Natal teve uma série de novas escolas que serviriam de espelho para outras iniciativas no Rio Grande do

³⁵ LIMA, Pedro de *Natal Século XX*, p. 50-55.

³⁶ *Ibid.*, p. 29-30.

³⁷ *Ibid.*, p. 49-50.

Norte, especialmente em se tratando da educação primária. O jornal *A República* tem estampado em grande parte de suas páginas, não um anúncio comercial, mas uma espécie de lema: “Combater o analfabetismo é dever de honra de todo brasileiro”³⁸. Texto esse que aparece sistematicamente durante todo primeiro semestre de 1922, expressando uma preocupação com a educação, que pela cidade era respondida através da implantação de diversos estabelecimentos de ensino.

De acordo com Jamilson Soares - em sua dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, que trata da urbanização e do cotidiano em Natal na década de 1920 -, essa busca pela modernização da educação na capital potiguar, foi influenciada pelas campanhas de defesa da educação, que a partir de 1915, através dos “discursos cívico-patrióticos de Olavo Bilac e da criação da Liga de defesa Nacional”, obteve aceitação imediata por parte dos intelectuais de Natal.³⁹ Assim criaram-se escolas de ensino primário pela cidade, incentivando-se a mesma iniciativa em outras regiões do estado.

As iniciativas de modernização - especialmente no que tange à urbanização -, das cidades representaram grandes ícones da modernidade no Brasil. Muitos dos centros urbanos passaram por transformações, fossem planejadas ou não. Diversas cidades deram impulso a uma série de empreendimentos que visavam imprimir seus centros urbanos com uma imagem cosmopolita. Pedro de Lima diz que:

Essas intervenções urbanísticas [...] visavam a introdução de melhorias nas condições ambientais e de higiene, nas condições de circulação da população e de mercadorias, na infra-estrutura, nos serviços de embelezamento das cidades.⁴⁰

Natal possuía em 1900, 16.059 habitantes, enquanto cidades como Porto Alegre, Recife e São Paulo, possuíam, respectivamente 52.186, 113.106 e 240 mil habitantes. Já em 1904, Natal teria sua população duplicada, devido à migração de 15 mil pessoas que chegavam fugidas da seca e seriam direcionadas para o trabalho de construção de ferrovias, abertura e calçamento da Avenida Rio Branco e dessecamento/drenagem do bairro da Ribeira. Assim, na década de 1920, Natal possuía uma população de aproximadamente 30.696 habitantes, enquanto que Recife, por exemplo, tinha 238.843 habitantes.⁴¹

Pedro de Lima, acredita que:

³⁸ A REPÚBLICA, p. 2, 21 jan. 1922.

³⁹ SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do Passado: uma (re)leitura do urbano em Natal na década de 20. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) UFRN, Natal. p. 55.*

⁴⁰ LIMA, Pedro de, *Natal Século XX*, p. 17-18, 55-56.

⁴¹ *Ibid.*, p. 26, 27, 47.

Nas décadas de 1920 e 1930, o crescimento de Natal não é muito diferente daquele do início do século. A cidade compreendia basicamente os bairros da Ribeira e da Cidade alta, enquanto o Alecrim ainda se encontrava em processo de formação. [...] a área central se adensou um pouco mais [...] Até o início dos anos quarenta, Natal só difere de outras capitais nordestinas pelo tamanho e qualidade mais acentuados do seu atraso. A população, tanto no campo quanto nas cidades mantinham relações clientelísticas ou de compadrio com os “coronéis”, chefes das oligarquias, ou a eles se submetiam à força, amedrontados por pistoleiros, capatazes e cangaceiros. Líderes políticos eram perseguidos e até assassinados, e jornais eram proibidos de circular ou eram empastelados [...].⁴²

Natal seria então bem pequena se comparada a cidades como o Rio de Janeiro. Da mesma forma era envolvida com uma sociabilidade bem menos cosmopolita, nesse sentido. Contudo, as suas transformações urbanas se faziam muito importantes para a entrada da cidade no mundo moderno, pois, mesmo de maneira incipiente demonstrava ser objeto de políticas públicas atentas com os valores da modernidade.

Na corrida pela reformulação de seus centros urbanos cidades da região nordeste como Fortaleza, Recife e Natal, a exemplo do Rio de Janeiro e de São Paulo realizaram planos de reorientação urbana, nas primeiras décadas do século XX. em Fortaleza (1924-1928), além da conclusão dos serviços de abastecimento de água e de esgotos, construíram-se parques, praças, bairros elegantes e diversas avenidas. Em Recife, a partir de 1922, expandia-se a cidade, dominando o espaço dos mangues, com a criação de um bairro novo, cuja característica principal era ter enfatizada a drenagem, aterramento e abertura de um canal, além da construção de largas avenidas arborizadas. Em todas essas cidades, existia o discurso de higienização dos espaços públicos, contudo, sua modernização se deu de acordo com as características de cada lugar, tendo em comum apenas, no desenvolvimento dos planos, o traçado em formato xadrez e serem representantes do desejo do seus reformadores de inseri-las numa nação “evoluída.”⁴³

Vemos portanto que, a “onda” de desenvolvimento urbano vinha desde a Europa, chegando ao Brasil através dos valores republicanos. Apesar da certa escassez de comunicação entre os centros urbanos, a influência da busca pela europeização no Brasil era irradiada por cidades como o Rio de Janeiro, num esforço de se mostrar o país como civilizado. Dessa maneira, as elites políticas e comerciais de Natal imprimiam projetos para a modernização da cidade com o intuito de torná-la também uma representante de civilização

⁴² LIMA, Pedro de, *Natal Século XX*, p. 48.

⁴³ *Ibid.*, p. 55-56.

tão almejado. Isso não significa certamente que a modernização da cidade pode ser literalmente associada, assim como uma espécie de pura cópia, à modernização dos grandes centros brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo. No campo dos costumes, por exemplo, intelectuais como o folclorista Câmara Cascudo, concordam que os hábitos da maioria dos natalenses não diferiam drasticamente daqueles do final do século XIX, segundo ele:

[...] de 1900 em diante a vida vai mudando. Mudando tão devagar que o século XIX ficou nos hábitos até depois de 1922. Os movimentos são concêntricos, contrípetos, atraídos pela irresistível doçura de um ambiente que se tornara casa de família, com cadeiras na calçada, para todos. O rumor do trabalho não era ouvido pelos Estados vizinhos. Uma transcrição era um sucesso, com registro especial.⁴⁴

Da mesma forma, o historiador Itamar de Souza, vê a Natal desse período como possuidora de uma “atmosfera provinciana [...] com sonolentas ruas de pouco trânsito e escuras noites de seresteiros, de evolução urbana lenta até a Segunda Guerra Mundial, quando tudo se reativou”.⁴⁵

Contudo, não obstante essas duas visões de Natal como provinciana, numa tentativa de se colocar a cidade como modernizada apenas após a Segunda Grande Guerra, podemos notar que a cidade não era tão “sonolenta” assim. Talvez seus “ruídos” não fossem tão “altos” como os dos grandes centros do país, afinal, mesmo esses autores descreveram inúmeras transformações ocorridas no período. Não podemos deixar de notar que a noção antigo/novo chegava fortemente e, especialmente nas elites econômicas locais essa noção seria responsável pela busca em identificar Natal como uma cidade que tinha características modernas, idéias que influenciariam a administração da cidade.

Pedro de Lima, analisando a fala de Manoel Dantas – potiguar, jornalista, político e educador do início da República-, em Conferência realizada, ainda em 1909, no Salão de Honra do Palácio do Governo, destinada às camadas privilegiadas de Natal, mostra como esse intelectual idealizava a cidade dali a cinquenta anos⁴⁶. Balizado por um discurso cientificista, Manoel Dantas tinha as mudanças tecnológicas e o progresso como algo altamente positivo, como uma exaltação dos valores modernos:

⁴⁴ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal*, p. 400.

⁴⁵ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 13-14.

⁴⁶ LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural/ Sebo Vermelho, 2000. p. 15-24.

[...] Dantas não se refere, de forma explícita, à situação da cidade naquele momento. Mas, apresenta, com muitos detalhes, um modelo ideal de cidade, delineando seus aspectos econômicos, sociais e ideológicos e descrevendo seus aspectos ambientais, espaciais e arquitetônicos. O autor se investe [...] do papel de portador de um projeto ideal de modernização que a elite natalense tinha da cidade e da vida urbana.⁴⁷

Entendemos que os natalenses da década de 1920 possuíam um sentimento de que morria uma cidade e nascia outra. Um clima de transformação se dava na cidade e a busca por uma crescente modernização do seu espaço urbano, trazendo novos valores acontecia, não sem reservas por parte da sociedade. Dessa maneira, ver Natal da década de 1920 com monotonia é não perceber os ecos das mudanças tecnológicas, urbanas e de costumes que se propagavam desde os grandes centros urbanos brasileiros até a capital potiguar. Especialmente quando falamos das transformações vividas pelas mulheres, seguindo uma tendência nacional.

1.2 Uma nova visibilidade da mulher no Brasil

No caminho das transformações acarretadas pela Revolução Científico-tecnológica, durante a década de 1920, surgem, no âmbito dos costumes, as transformações da vida das mulheres. O começo do século XX seria então marcado pela sensação de que nunca o “novo” estivera tão presente na vida das pessoas de maneira tão marcante. As transformações na percepção dos papéis sociais da mulher afluíam por todos os lados, através das polêmicas relacionadas às funções da mulher e, por conseguinte, às do homem, com as discussões a respeito da emancipação feminina, questionando os direitos políticos e civis das mulheres, como o direito ao voto e o seu papel dentro do casamento; ou ainda, com as resistências das mulheres a muitos papéis normativos lhes impostos. A busca por maiores espaços na sociedade se dava através de diversas iniciativas, com características diferentes, e mais e mais mulheres se destacavam na política, na literatura, na aviação, na educação, etc.

As mulheres procuravam sair da situação de inferioridade na qual estavam inseridas, de maneiras diversas e até contraditórias, mas tentando ocupar os espaços que eram fixados como pertencentes ao homem. Isso trouxe muitas discussões e, a maioria dos

⁴⁷ LIMA, Pedro de. *O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*, p. 19.

segmentos tradicionais da sociedade recebeu de maneira negativa essas reivindicações da chamada mulher moderna. Intelectuais de diversas áreas (juristas, médicos, literatos, clérigos, jornalistas etc) tentavam, como resposta, influenciar as posturas tanto da nova mulher como do novo homem, fixando padrões a serem seguidos de acordo com as posturas e modernas.

De acordo com a historiadora Rachel Soihet, as lutas modernas das mulheres burguesas por maiores espaços na sociedade - às quais já classifica como “movimentos feministas” -, foram geradas desde o século XIX, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, principalmente. Nesses espaços, elas criavam associações, que discutiam e publicavam reivindicações nos diversos âmbitos da vida da mulher, inclusive no terreno da sexualidade, rebelando-se abertamente ou de maneira sutis contra a dominação que lhe era imposta.⁴⁸

Algumas mulheres destacaram-se quanto à luta pelos direitos femininos. Contudo, de maneiras diferentes. Destacamos três nomes que são freqüentemente mencionados como tendo marcado essa luta. Ainda em 1830, no Brasil, uma voz refletiria essa discussão ecoando através da especificidade do país com Nísia Floresta, potiguar, que, de acordo com Rachel Soihet, é “hoje considerada a primeira feminista brasileira, cuja vida e obra mantiveram-se praticamente desconhecidas durante muitos anos”. Tendo uma “significativa atuação política, social e literária em sua época”, Nísia Floresta foi uma das primeiras mulheres a colaborar em jornais do Recife e do Rio de Janeiro, além de publicar livros de contos, ensaios, novelas e poesias, inclusive na França em 1871 – “O Brasil”. Seus temas variavam entre o indianismo, o nacionalismo, a questão da escravidão, o feminismo e o positivismo. Sobre os direitos das mulheres, tratava de temas que pretendiam “conscientizar as mulheres e os homens contemporâneos sobre os respectivos papéis na sociedade e a necessidade de mudanças nos padrões de comportamento”.⁴⁹

Na década de 1920, Bertha Lutz se destacaria na luta pelos direitos políticos e civis da mulher. Contrapunha-se à divisão de esferas, ao enfatizar o exercício do trabalho extra-doméstico, mesmo para as mulheres casadas, independentemente da condição do marido, numa concepção de que a dependência econômica da mulher funcionava como um comércio sexual. Uma reestruturação dos laços familiares seria importante para se quebrarem os laços que não deixavam o país atingir o progresso. Sua maior contribuição à emancipação da mulher se fixou na luta pelo direito ao voto feminino. Acreditava que a prática legislativa por parte das mulheres seria um elemento chave na mudança de condição desses segmentos e

⁴⁸ SOIHET, Rachel. *Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero*, p. 99-100.

⁴⁹ SOIHET, Rachel. Nísia Floresta e Mulheres da Letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 99-100, jan./abr., 2005.

mesmo do país. Mas, sua luta também dizia respeito ao trabalho feminino, sugerindo a criação de associações de classe para as suas diversas categorias profissionais; à educação, mobilizando-se para garantir a entrada de mulheres no ensino secundário oficial.⁵⁰

Para Bertha Lutz a mulher devia se educar e trabalhar para deixar de ser tratada como infantilizada, sua proposta era de:

[...] uma sociedade de brasileiras que compreendessem que a mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo, aproveitando os instintos animais do homem, mas que deve ser útil, instruir-se e a seus filhos e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela.⁵¹

Assim, suas reivindicações no campo educativo estavam também pautadas pelo “inovador” ideal moderno de que a mulher deveria existir enquanto mantenedora do lar, para a formação de uma organização familiar e não apenas como “parideira”. E, resguardando-se as devidas especificidades de espaço e tempo, entendemos que, em comum com a fala da Nísia Floresta, havia, no discurso de Bertha Lutz, o entendimento de que a mulher tinha que se educar para exercer o seu papel maior de mãe.

Outras vozes, mesmo que em menor proporção acreditava que a mulher deveria educar-se não para o casamento, mas para seu próprio proveito enquanto indivíduo. Entre elas, encontra-se Maria Lacerda de Moura - anarquista, professora, jornalista e escritora -, que inseriu discussões que poucas mulheres então ousavam fazer: sobre a sua sexualidade. Ela ficou conhecida por sua severa crítica à hipocrisia pela qual se tratava a prostituição, suas idéias foram vistas como excessivamente radicais, pois possuíam um grande caráter de individualismo. Para ela as mulheres deveriam dispor livremente da sua sexualidade, extirpando os valores de virgindade, não mais reprimindo os impulsos sexuais, assim como os homens.⁵²

De acordo com os estudos da historiadora Margareth Rago, sobre as iniciativas anarquistas de disciplinarização da mulher, em São Paulo, durante a Primeira República, Maria Lacerda de Moura, durante a década de 1920, pregava as lutas pelos direitos da mulher, seguindo uma tendência libertária que ressaltava a necessidade da instrução, da educação sexual às jovens, da liberdade de amar, a maternidade “livre e consciente” e a independência da mulher em relação à imposição social do casamento. Também para ela a questão da

⁵⁰ SOIHET, Rachel. *Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero*, p. 113 – 117.

⁵¹ LUTZ, Bertha apud Ibid., p. 113.

⁵² SOIHET, Rachel. Op. Cit., p. 118-119.

degradação das relações familiares só pode ser resolvida quando homens e mulheres obtivessem os mesmos direitos e oportunidades.⁵³

Diria Maria Lacerda de Moura:

Assim como a mulher trabalhadora, a mulher burguesa é oprimida, teve sua vida decidida desde a infância, aprendeu a reprimir seus sentimentos e a dizer o que não sente, a “fingir dotes que não possui”: também ela, que “não é livre nem feliz”, deve participar da luta pela sua auto-emancipação.⁵⁴

Assim, sua voz não fazia coro ao discurso moderno de que a mulher deveria educar-se para, em seguida educar os filhos em prol da “evolução” nacional. Para ela, a questão da degradação nacional só poderia ser resolvida através de uma total reformulação da sociedade, pois problemas sociais como a miséria, o alcoolismo, a tuberculose, a sífilis, a prostituição e a exploração da mulher se devia à própria estruturação social vigente.

Apesar de não poderem ser unidas num único movimento de emancipação feminina, devido às suas diferenças de pensamento, essas mulheres se juntaram a outras num Brasil que via chegar de outros países um sentimento pela reorientação dos papéis de gênero na sociedade. Contudo, nem todas as mulheres ousavam invadir os campos da literatura, da política ou das reivindicações trabalhistas. Muitas vezes, era no cotidiano mesmo da vida privada que a luta se dava. Como exemplo, Rachel Soihet mostra as festas que aparecem como espaço de libertação para as mulheres. O carnaval, muito criticado por diversos segmentos da sociedade por corromper a juventude foi um desses espaços, pois aquém da degradação que propiciava, segundo a imprensa da época, as festas carnavalescas mais e mais tinham a participação de mulheres representantes dos diversos segmentos da sociedade, funcionando como uma brecha para a vivência da sexualidade feminina, pois as fantasias - cuja maioria eram de *gigolettes*, prostitutas francesas -, as danças, e os contatos com os rapazes, regados à “guerras de lança-perfumes” tiveram importante papel nesse sentido.⁵⁵

Uma insatisfação mais ou menos velada aparecia também. A idéia de que a mulher deveria depender economicamente do marido, fazia-lhe ter, como nos mostram as historiadoras Marina Maluf e Maria Lúcia Mott - ao escrutinar a vivência da vida privada da mulher, no Brasil, no início do século XX -, uma “extrema insatisfação e desconforto, que levava não só [...] a tomar empréstimos sem autorização do marido, trabalhar escondido e até mesmo “roubar” [grifos do autor] o próprio cônjuge.” Ou ainda a terem nos próprios trabalhos

⁵³ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*, p. 96-101.

⁵⁴ MOURA, Maria Lacerda de apud Ibid., p. 98.

⁵⁵ SOIHET, Rachel. *Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero*, p. 119-121.

domésticos (bordados, crochês, pinturas, etc.) espaços reservados de resistência , criando “espaços de evasão convívio e trocas afetivas com as vizinhas e amigas. [...] fugir da massacrante e repetitiva realidade dos outros serviços domésticos.”⁵⁶

Margareth Rago, analisando os jornais anarquistas de São Paulo, no início do século XX, mostra como os movimentos de emancipação da mulher aconteceram dentro do sistema fabril. Não obstante alguns estudos desqualificarem a resistência das mulheres no âmbito do trabalho e nos espaços de sociabilidade, a sua participação nas mobilizações políticas do período foi imensa. Mesmo sendo uma resistência desorganizada e difusa, contribuiu fortemente para as conquistas, através dos muitos protestos e greves em prol da melhoria nas condições de trabalho nas fábricas, afinal:

[...] mulheres que paralisam fábricas não poucas vezes, que se manifestam politicamente nas ruas da cidade, enfrentando a polícia armada, que ocupam bondes e esbofeteiam outras companheiras, cobrando uma solidariedade de classe, resistindo contra a exploração do capital pela ação direta, sejam menos dóceis, pacatas e submissas que o discurso masculino, patronal ou operário afirmou.⁵⁷

O que revela não apenas à luta das mulheres pelos seus direitos políticos, mas também como se dava a sua postura diante daqueles tempos. É claro que devemos separar as coisas. As mulheres lutaram de acordo com a camada da sociedade a que pertenciam e de maneira diferente, utilizando-se de diferentes tipos de reivindicações. O importante, entretanto, é que elas não estavam mais dispostas a se calarem diante do sentimento de inferioridade perante o homem.

A resistência feminina se fez notar, principalmente, em “momentos invisíveis para a lógica masculina da ação política. [...] nas lutas que representaram um questionamento prático das imposições que pesavam sobre a mulher, na própria definição de sua identidade”. A exemplo disso, estão os pedidos de divórcio, que na sua maioria eram feitos por mulheres, ou ainda o enfrentamento da administração de fazendas, comércios e residências quando da ausência dos maridos. “A não amamentação, a prática do aborto, a contestação do papel de esposa-mãe-dona-de-casa podem ser pensadas como sinais de outro tipo de resistência social das mulheres”. Na concepção libertária, a luta das mulheres deveria atingir não apenas o campo político, mas questionar também o campo do crescimento pessoal, no próprio

⁵⁶ MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In.: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *Historia da Vida Privada no Brasil*, p. 415-418.

⁵⁷ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, p. 73.

cotidiano. Mudança que passa antes pela estruturação completa da sociedade, na qual as famílias deveriam ser formadas pela idéia de amor livre, sem os obstáculos econômicos.⁵⁸

A recepção das transformações não foi calma. “As mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas deste século incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas”⁵⁹. O ritmo das mudanças trazia uma certa ansiedade. Enquanto as vozes que buscavam a emancipação feminina reclamavam da visão depreciativa das mulheres na sociedade, os intelectuais relacionavam “como os legítimos responsáveis pela suposta corrosão da ordem social a quebra dos costumes, as inovações nas rotinas das mulheres e, as modificações nas relações entre homens e mulheres”.⁶⁰ A idéia de que a mulher também deveria trabalhar para sustentar a família, por exemplo, fazia com que os homens cometessem até o suicídio. Todavia, a principal reação para com a luta pela emancipação da mulher apareceu de maneira caricata para não dizer cruel.

[...] a réplica buscava ser demolidora, com vistas a desmoralizar aqueles que pugnavam pelo acesso das mulheres à propriedade, às profissões, ao voto. Galinhas a cacarejar, *hommes-femmes*, *homesses*, hermafroditas, eram alguns dos pesados epítetos sexuais que lançavam os antifeministas [...], enquanto os homens que as apoiavam eram chamados de “solteronas de calças”.⁶¹

O deboche foi claramente o principal meio pelo qual foram vistas as crescentes vozes em prol da profissionalização da mulher. A mulher emancipada seria masculinizada, feia e “mal amada”, ou ainda frígida, possuía “inveja do pênis”. Já o novo homem, se permitisse sua emancipação, seria visto como adentrando no lugar “naturalmente” feminino, o âmbito doméstico, sempre representado como um fraco. Por outro lado, havia um outro tom, o tom cavalheiresco com qual se tratava a mulher, no qual os articulistas “ressaltavam a dimensão sacralizada da mulher, sua sensibilidade e sua beleza.

Que será da humanidade o dia em que ela [a mulher], rasgando o *peignoir* de rendas, envergar o grosso capotão masculino e sair para a rua, não mais com a leve sombrinha de seda, mas com o humilhante cacete do capanga eleitoral? Desaparecerá o encanto dos salões, a alma da paisagem, o amor do lar...⁶²

⁵⁸ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*, p. 74.

⁵⁹ MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino*, p. 369.

⁶⁰ *Ibid.*, p. 371.

⁶¹ SOIHET, Rachel. *Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero*, p. 99-100.

⁶² *Ibid.*, p. 105.

Assim, os debates pela emancipação da mulher no início do século XX representaram uma das principais facetas da recepção das transformações acarretadas pela modernidade na vida das mulheres. Não sem polêmicas, esses debates imprimiram um novo olhar sobre as identidades da mulher e do homem tidos como modernos. Quais eram os estereótipos que se atrelavam a ambos? Quais as funções “naturais” de cada um, como mostraria os intelectuais do período? Quais os ensinamentos que esses intelectuais repassavam para as novas gerações na busca pela “evolução” do Brasil? São algumas das questões que a nossa análise da literatura em *Gizinha* procura pistas. Acreditamos que todas essas polêmicas geravam sentimentos diversos por parte da sociedade tradicional: ressalvas, censuras, preconceitos e, principalmente, a busca pela manutenção do *status quo*.

1.3 Uma nova visibilidade da mulher em Natal

Percebemos que em Natal, durante a década de 1920, alguns dos principais temas abordados nessas discussões que envolviam a crescente participação da mulher burguesa na vida pública foram mesmo: o direito ao voto e à educação e a sua crescente profissionalização.

Com relação ao voto feminino, Natal, enquanto capital do Rio Grande do Norte, recebeu os ecos de ter sido o estado o responsável pelo primeiro voto feminino do Brasil, que aconteceu em 1927, por iniciativa do governo de Juvenal Lamartine. Jamilson Soares revela que o sufrágio feminino em Natal nem foi obra de nenhum agrupamento organizado de mulheres em busca de sua emancipação, nem tão pouco teria tido muita repercussão em Natal, pois nessa cidade, as mulheres ainda demorariam um pouco a adotar a prática do voto desde o seu primeiro caso. No seu entendimento, o voto feminino em Natal significou, junto com o desenvolvimento da aviação, mais um meio de se “propagandear a modernidade do território potiguar”⁶³. Justamente por ter sido usado como propaganda da modernidade da cidade, acreditamos, que, pelo menos nos setores aburguesados - aqueles que liam o jornal *A República* -, e que buscavam uma modernização do espaço na cidade, o sufrágio feminino possibilitou uma maior visibilidade das questões ligadas aos direitos das mulheres em Natal.

Sabemos que algumas instituições educacionais voltadas para a formação das mulheres, especialmente das classes economicamente mais privilegiadas da sociedade, já

⁶³ SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado*, p. 106.

existiam em Natal desde os primeiros anos do século XX. Fruto de iniciativas particulares, foram as escolas que trouxeram os valores modernos de uma educação feminina direcionada para a constituição de mães.

Algumas das escolas criadas para as moças foram, em 1902, através da Congregação das Irmãs Dorotéias, o Colégio Imaculada Conceição, o primeiro educandário feminino da capital; em 1914, por iniciativa de Henrique Castriciano, surgiu a Escola Doméstica e em 1920, sob a coordenação da Aliança Feminina, foi criada a Escola Comercial Feminina.⁶⁴

A escola feminina que mais teve repercussão da cidade foi a Escola Doméstica, que, inspirada em modelos suíços de escolas voltadas para a educação doméstica, ganhou visibilidade no restante do Brasil, sendo a primeira instituição com o propósito de modernizar a educação das moças, visando a sua formação para os cuidados com o lar e com os filhos. Seu ensino foi baseado na idéia de aceitação dos trabalhos manuais, além de introduzir disciplinas tipicamente modernas como puericultura, cujo objetivo era prover as alunas de conhecimentos relacionados às características infantis e, ainda ensinou disciplinas relacionadas ao Ensino Fundamental.

De acordo com Cosme Marques Neto, em sua monografia em História, sobre Henrique Castriciano – idealizador e fundador da Escola Doméstica -, a criação dessa instituição, na opinião desse fundador, acompanhava o processo de modernização da cidade, pois a educação voltada para a mulher, igualaria o Brasil aos países desenvolvidos, visto que “essas mocinhas [...] serão mestras sisudas, mães espirituais de uma porção de crianças que constituirão o Rio grande do Norte futuro”, mesmo acreditando que não se devia “exigir da mulher excessivo esforço mental”, pois no Brasil não havia necessidade de existirem “sábias doutoras”, era imprescindível, a educação das mulheres natalenses, pois, na opinião de Castriciano pois: “quando as extraordinárias qualidades morais e intelectuais das senhoras forem aproveitadas por uma educação forte e sã [...] ver-se-á a nação em marcha para um progresso impossível de prever.”⁶⁵

Acreditamos, assim, que a Escola Doméstica foi um dos principais exemplos do discurso moderno em Natal, em se tratando da educação. As mulheres seriam exaltadas em seu papel de mãe e nesse discurso, era necessário que elas fossem direcionadas ordenadamente nos cuidados com a sua “profissão” primeira: a de ser “dona-de-casa”.

⁶⁴ Dados disponibilizados por SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado*, p. 77-79.

⁶⁵ CASTRICIANO, Henrique apud MARQUES NETO, Cosme F. *Henrique Castriciano de Souza: Uma contribuição à educação potiguar*. 2005. Monografia (Graduação em História). Natal: UFRN. p. 20, 31-32.

“Viveiro de Mães” é o nome de um artigo do Jornal *A República*, que exaltou, em 1922, as qualidades da Escola Doméstica:

[...] Destinada a modelar donas de casa, é um viveiro de mães [...] A proteção à mocidade feminina nos Estados recente-se de imperfeições: os governos restringem-n'a, além dos cursos primários, às faladas escolas normaes, que são muitas vezes deficientes [...] São innumerous os males que nos affligem, dossoiando os embujoes da raça por doenças phisicas, como as verminoses, que o governo combate pelas commissões prophylaticas, e por vícios, como o alcoolismo, contra os quaes devem levantar-se cruzadas humanitaristas. [...] A Escola Domestica realiza esse problema: cada creatura, diplomada e seus moldes, será uma evangelisadora, consciente de seus direitos e responsabilidades, divulgando ensinamentos aproveitaveis, que irão plantando sementes por fazendas e povoados [...] Há principios explicaveis somente em certas civilizações, em certos povos: temos necessidade de um feminismo, que eleve e redima, - e esse é o ensinado pela Escola Doméstica, nas aulas, complementares à intellectual de agricultura, costura, avicultura, puericultura, em que a mulher, divinizando-se, sorve uma fecunda licção de belleza, capaz de centuplicar a força, em suas diferentes modalidades, dessa terra gloriosa e feliz.”⁶⁶

Sendo uma “carta á Miss Leora James” – diretora da Escola Doméstica em 1922, o artigo revela dois objetivos da Escola Doméstica: formar mães, afinal, destas era um “viveiro”, que formaria “evangelizadoras” em batalha contra os “inúmeros males que afligiam a raça humana, como as doenças físicas, inclusive as verminoses e os vícios, como o alcoolismo”. O outro objetivo seria cultivar um “feminismo que elevasse e redimisse a mulher”, através do ensinamento voltado para o âmbito privado do lar.

Nesse sentido, entendemos, que a profissionalização da mulher natalense, na Primeira República, foi estimulada para o setor da educação, pois, vemos, em Natal, inspirados pelas idéias da educadora Guacira Lopes Louro - quando esta analisa a participação da mulher enquanto professora, no Brasil, a partir do século XIX -, a influência do que a autora chamou de “feminização do magistério”, a qual pode ser compreendida como uma tendência a direcionar o ensino das primeiras letras às mulheres, desde o século XIX, em todo o mundo, devido mesmo às suas características associadas como maternais.⁶⁷

Não obstante ser o âmbito educativo o alvo da profissionalização nos primeiros anos da República em Natal, constatamos a participação de algumas mulheres que se destacaram em outras atividades como no jornalismo e na literatura. Um exemplo são as irmãs Palmyra e Carolina Wanderley, que, de acordo com Constância Duarte e Diva de Macedo, em

⁶⁶ A REPÚBLICA, p.1-2, 4 jan. 1922.

⁶⁷ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*, p. 448-454.

participação da mulher nos espaços de educação e trabalho que se abriram com a chegada do século XX. Estes, inevitavelmente trouxeram tensões sociais para as mulheres dos anos 1920 na cidade.

Esses espaços de lazer voltados para o público feminino se abriram em Natal, mas nem por isso (ou até por isso) foram bem recebidos pela sociedade mais tradicional natalense. Muitos conflitos surgiram diante dessa nova época, especialmente no que diz respeito à adequação do que se entendia pelos papéis de mulher (e de homem) para a manutenção da ordem na sociedade. Esses conflitos aparecem nas páginas de *Gizinha* quando notamos o choque de parte da sociedade diante das novas posturas das moças daquela época, no qual se mesclava a admiração e o desprezo pelo novo.

2 A CULTURA MODERNA EM *GIZINHA*

A modernidade do início do século XX trouxe para Natal assim, uma série de informações sobre as mulheres, que estavam mudando as relações de gênero em todo o mundo. A crescente facilidade de comunicação entre as regiões possibilitava esse processo e na cidade, assim como em outras regiões potiguares e várias mulheres, não apenas dos segmentos economicamente desfavorecidos, mas também de uma elite burguesa comercial começavam a aparecer nos âmbitos da vida pública. Acreditamos que isso pode ter incentivado a feitura de *Gizinha* por Antônio de Souza.

Antônio de Souza formou-se em pela Faculdade de Direito do Recife em 1899; foi por duas vezes governador do estado do Rio Grande do Norte, de 1907 à 1908 e de 1920 à 1923. Antes disso havia exercido as funções de promotor público da comarca de Goianinha (1890); diretor de Instrução Pública (1892); deputado estadual (1892 – 94); procurador da República (1895); secretário do Governo (1899) e procurador geral do Estado (1900). Nascido em 1867, no Engenho Capió, atual município de Nísia Floresta, era Filho de tenente-coronel da Guarda Nacional e fazendeiro, chefe do Partido Conservador e presidente da Câmara Municipal. Aos oito anos, 1876, foi morar com o padrinho, Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto, professor de Direito, em Recife. Depois foi para o Rio de Janeiro e ficou até 1877. O autor era um representante da elite agrária do estado do Rio Grande do Norte, que esteve inserido no processo de passagem da realidade sócio-política do Império para a República. Fez parte do poder político que apoiou a oligarquia dos Albuquerque Maranhão, a qual governou o estado desde a instalação do governo republicano até a década de 1920.⁷¹

Interessante a constatação de que Antônio de Souza nunca se casou. Viveu celibatário, morando sempre com suas irmãs, que também se mantiveram solteiras. Isso nos indica que a vivência do autor sobre o tema, especialmente no que se refere ao casamentos, se deu de maneira “exterior”, ou seja, como espectador, espectador que era, portanto, da sociedade natalense. Dessa maneira, Não é apenas dessa categoria a que chamamos mulher moderna que Antônio de Souza traz um relato descritivo e cheio de impressões, mas também, concordando com França, acreditamos que “apesar de não ter vivido a realidade de um casamento, Polycarpo Feitosa, em *Gizinha* nos faz uma representação de uma família burguesa com seus hábitos e conflitos, bem como nos dá ricas informações sobre Natal no início do século XX”⁷². Afinal, mesmo como espectador, ele fazia parte daquela sociedade.

⁷¹ DIAS, Eliane Moreira. *A educação feminina no Rio Grande do Norte (década de 1920)*, . 37-39.

⁷² FRANÇA, Janaina Costa de Oliveira. *A família e a cidade moderna no romance Gizinha*, p. 27.

Além, da maior visibilidade das questões femininas que chegou com a Primeira República em Natal, acreditamos que as motivações do autor para escrever *Gizinha* foram resultado de dois fatores principais: em primeiro lugar, o seu último governo foi descrito como um governo que procurava a modernização do estado, o que fazia de Natal o principal pólo de irradiação das idéias modernistas no Rio Grande do Norte. Em segundo lugar o seu governo era tido como responsável por um grande desenvolvimento no setor da Educação, especialmente àquela voltada para as jovens moças da época.

Eliane Dias explica que na década de 1920, o Rio Grande do Norte teve três governadores que se preocuparam com a educação e a formação da mulher como profissional. O governo de Antônio de Melo e Souza (1920-1923) que criou escolas e conseqüentemente aumentou o número de pessoas que tiveram acesso ao ensino; o governo de José Augusto (1924-1927) que deu continuidade ao trabalho de Souza e sancionou a lei que deu direito de voto às mulheres, luta que foi travada no congresso pelo então senador Juvenal Lamartine desde a década anterior; e o governo do próprio Juvenal Lamartine, que não completou o quadriênio em virtude da Revolução de 1930, mas que foi responsável por muitas transformações no que diz respeito aos direitos das mulheres.⁷³

O governo de Antônio de Souza teria tido certa credibilidade e se destacou pelo âmbito da educação, sendo elogiado pelo jornal *A República*. O seu governo recebia ares de moderno, pois, diria o jornal: “os nossos aplausos de maior vulto são dedicados ao administrador sempre que refletimos na orientação moderna do seu governo.”⁷⁴ Assim, Antônio de Souza conseguiu capturar um momento específico da história de Natal. Um momento em que o “velho” se chocava e se misturava com o “novo” e em que, principalmente a elite intelectual vivia um período de certezas e buscava transferir essas certezas para o maior número de pessoas, numa tentativa de homogeneizar a sociedade segundo os padrões que denominamos burgueses de então, cuja característica mais polêmica pode ter sido uma “luta” entre o desbravar das modernidades e o permanecer das tradições.

De acordo com Eliane Dias, *Gizinha* é um romance de “uma moça que tenta romper com os padrões vigentes na sociedade [...], no modo de agir, vestir-se e conversar [...] é rico na descrição dos costumes da sociedade natalense, descrevendo a euforia dos bailes e hipocrisia entre as pessoas.” Para a historiadora, o romance se assemelha às obras de Machado de Assis, posto que as personagens de Antônio de Souza, “assim como as de Machado de Assis são mulheres que conseguem sobressair [sic] por sua forte personalidade e

⁷³ DIAS, Eliane Moreira. *A educação feminina no Rio Grande do Norte (década de 1920)*, p. 59-60.

⁷⁴ A REPÚBLICA apud Ibid., p. 40.

por não seguirem um modelo convencional para a sociedade da época, como é o caso de Gizinha.” Sobre a característica literária do autor, citando a opinião de Manoel Onofre Júnior, Dias acredita que Antônio de Souza era “extremamente conservador, preferia continuar fiel aos cânones de um Realismo ultrapassado”.⁷⁵

Concordamos com o jornalista, romancista e poeta Jair Ferreira dos Santos, quando este, explicando o que seria o pós-moderno, enquanto movimento artístico-cultural, diz que o modernismo enquanto produção artística significou a crise da representação realista do mundo e do sujeito na arte, que fracassava naqueles anos pós Primeira Guerra Mundial, por não conseguir captar o mundo cada vez mais fragmentado. As novas linguagens artísticas buscavam não mais representar - “a fotografia fazia isso muito melhor” -, mas interpretar livremente a realidade⁷⁶. Entendemos que o romance *Gizinha* se encaixa sim num modelo de literatura Realista, ou seja, Antônio de Souza buscou retratar a realidade, descreve-la, sem interagir com os novos rumos que a arte tomava, especialmente a partir dos anos 1920, no Brasil. Portanto, a arte de Antônio de Souza ainda era presa aos cânones do passado por não poder ser relacionada ao movimento modernista.

2.1 Descrevendo uma mulher moderna

O romance *Gizinha* gira em torno de dois personagens principais, Adalgiza e Julinho. Ambos são descritos como jovens filhos de uma elite comercial e política da cidade e, portanto, da nova realidade social que chegava com o advento da Primeira República e das transformações acarretadas pela Segunda Revolução Industrial, filhos, portanto, do que podemos chamar de burguesia natalense. Ao longo do texto nos deparamos com os costumes e as características tanto da mulher moderna, quanto do homem moderno. Que costumes eram esses, na Natal dos anos 1920, para Antônio de Souza?

Um resumo do conteúdo da obra nos ajudará a desenvolver nossas idéias sobre *Gizinha*. Evidente que não esgotamos a trama do livro nessas próximas palavras. Todavia, entendemos que num trabalho que procura perceber os aspectos históricos de uma obra de ficção, é necessária uma rápida compreensão da trama. Outrossim, acreditamos que sob o ponto de vista histórico, não apenas essa compreensão se faz necessário, mas também os aspectos descritivos dos hábitos e das atitudes dos personagens, através da fala do autor,

⁷⁵ DIAS, Eliane Moreira. *A educação feminina no Rio Grande do Norte (década de 1920)*, p. 38, 40, 43.

⁷⁶ SANTOS, Jair Ferreira dos. *O que é pós-moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2005. p. 32-33.

podem nos indicar que realidade existia nesses anos 1920 e sobretudo, quais os discursos sobre a jovem mulher e homem modernos apreendemos do romance.

Compreendemos, da mesma maneira que Janaína França que a leitura de *Gizinha*, enquanto produção cultural, pode nos trazer indícios dos “valores, aspirações, modelos, ambições e temores” de boa parte da sociedade daquela época, especialmente o impacto que muitas das transformações acarretadas pela modernidade propiciaram para a vida da mulher.⁷⁷

Enquanto Adalgiza esperava que o pedido de casamento de Julinho fosse aceito pelos seus pais, estes questionavam-se sobre o caráter e sobre as condições financeiras do rapaz, sobre suas intenções e sobre o porquê de Adalgiza ter mudado de pretendente, pois a um mês de onde se começa a trama, a moça tinha sido vista com outro namorado. Por outro lado, Julinho, se via num dilema: casar ou não casar com uma moça cujas atitudes geravam uma polêmica pela cidade? Casar ou não casar com uma dançadeira de tangos e maxixes? Casar ou não casar com uma moça que se vestia quase desnuda? Casar ou não casar com uma moça que fora vista beijando outro rapaz num dos famosos bailes da cidade?

Julinho finalmente vence seu dilema e decide casar-se com Adalgiza. Contudo, após o casamento, o relacionamento do casal se torna muito difícil, pois nenhum dos cônjuges consegue preservar a instituição sagrada do matrimônio. Adalgiza, insatisfeita com o que Antônio de Souza descreve como sendo a “vida íntima” conjugal trata o marido com crescente desprezo e orgulho e Julinho, por sua vez, não consegue compreender o porquê de sua mulher não demonstrar felicidade ao seu lado e, para piorar, se vê tomado por ciúme do antigo namorado, de modo que, não conseguindo controlar suas suspeitas, vai embora para outro estado, deixando sua esposa só e, mais tarde, viúva.

Uma crítica de João Ribeiro publicada no “Jornal do Brasil”, em 10 de setembro de 1930, resume algumas das impressões que o romance trouxe para os intelectuais da época:

Uma história de amor nas longínquas terras do Rio Grande do Norte, onde floresce o feminismo e aonde aportam os aviões do velho mundo através do Atlântico [...]. *Gizinha* é [...] a “melindrosa” de Natal, que se deixa envolver nas insídias dos bailes e das reuniões mundanas. Seus dotes naturais e suas virtudes resistem a demolição de costumes que invadem a capital sob a capa de civilização. O contágio da moda nas cidades ainda inseguras e simplórias não raro expõe algumas almas inocentes á voracidade de aproveitadores espertos e à calúnia dos maldizentes [...]. A sociedade de Natal deixa-nos a impressão de inteiramente fútil, embora mais adiantada do que supúnhamos. [...] *Gizinha* é um dos melhores romances deste momento e [...] não passará despercebido em nosso mundo literário, tão vazio de obras de valor.⁷⁸

⁷⁷ FRANÇA, Janaína Costa de Oliveira. *A família e a cidade moderna no romance Gizinha*, p. 28.

⁷⁸ DIAS, Eliane Moreira. *A educação feminina no Rio Grande do Norte (década de 1920)*, p. 48-49.

Essa crítica revela alguns dos principais signos da modernização na Natal do início do século XX, já percebidas pelos homens da época. O livro foi lançado pela primeira vez em 1930. Como vimos, num momento em que as discussões sobre o papel da mulher afluíam em Natal. Sobretudo, revela a necessidade dos natalenses da época em serem designados como representantes do mundo da modernidade em constante conflito com o desejo de muitos, como Antônio de Souza, de que os valores tradicionais fossem mantidos.

Temos a impressão de que na sociedade natalense daquela época tudo o que se buscava era o novo, o moderno, inclusive com relação às percepções acerca daquela nova categoria de mulher, a mulher moderna, que intrigava, chocava e amedrontava. Observemos a descrição de Adalgiza:

Adalgiza era um curioso tipo dessa categoria de meninas a que a gíria das calçadas e das casas de chá do Rio chama “melindrosa”. Linda, sem ser um modelo de beleza, de estatura regular num meio em que a maioria fica abaixo da média, corpo rijo e bem conformado, ela tinha mais uma perfeição física – os olhos castanhos, sombreados por extensas pestanas que lha não velavam o brilho, um narizinho de menina, levemente arrebitado, cuja petulância atraía e fazia medo ao mesmo tempo. Arranjara uma fumaça de instrução, que lhe levara a casa os melhores professores da terra, tocava piano como toda menina que tem piano, e odiava a cozinha pelo cuidado que lhe mereciam as mãos, de pele muito fina e unhas em ponta, que ela tratava, esfregava, polia durante uma boa meia hora diária, antes do almoço.⁷⁹

A descrição de Adalgiza se encaixa, quase que perfeitamente, ao que compreendemos por “melindrosa”. Para o historiador Albuquerque Júnior, melindrosa era uma expressão que se referia às jovens moças que se portavam de acordo com os hábitos modernos, representando o “mundanismo” caracterizado pela procura do luxo e do exibicionismo da mulher na modernidade:

A melindrosa não tem ainda vinte anos: é sóbria no comer, porque aspira ao “fusse-maigre”. Não anda, pula. Dir-se-ia uma figurinha alada, transposta das cenas de Prudhon. Ama o cinema e o futebol, para que toda ela vive, num só e único pensamento. Cobre-se com os mais caros vestidos e adora jóias. A melindrosa não sabe fazer um prato, é incapaz de arranjar um omelete, e tem horror ao choro dos recém-nascidos. Conhece toda a escola do flirt e dança admiravelmente bem o fox-trotter, cak-walk e o tango.⁸⁰

⁷⁹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 23-24.

⁸⁰ FERNANDES, A. apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 110.

Identificamos Adalgiza como essa melindrosa, pois quase que idêntica é essa descrição em *Gizinha* se a parte sobre “não saber fazer nem um prato”, ou ter “horror ao choro dos recém-nascidos” não tivesse sido escrita, pois no romance de Antônio de Souza, em nenhum momento Adalgiza aparece como uma dona-de-casa ruim. Mesmo “odiando” a cozinha, ela é bastante elogiada pelos seus dotes culinários e cuidados com a casa. Mesmo que isso possa ser interpretado como se ela apenas orientasse os criados da casa na realização das tarefas domésticas.

O que mais nos faz relacionar a imagem de Adalgiza com a idéia de melindrosa, antes de mais nada é sua atitude desafiadora diante dos novos costumes. A influência do Rio de Janeiro nos costumes da época; o ideal de beleza feminina; a característica educacional que recebia uma parcela das moças; o seu meio social – a elite comercial local que se aburguesava e; principalmente; a recepção desse novo “tipo” de mulher, uma mulher “cuja petulância atraía e fazia medo ao mesmo tempo”, mostrando o choque com o qual o homem (ou uma parcela da sociedade que buscava manter determinados costumes como delimitar o espaço da mulher reservado ao âmbito privado do lar) da época se deparava diante dessa nova realidade em que a cada dia a mulher ganhava espaço em campos antes destinados ao homem.

Como já foi citado, as mulheres personagens principais de *Gizinha* nem de longe trabalham fora, contudo. As mães de Julinho e de Adalgiza eram o que designamos hoje como “donas de casa”. Uma amiga de Adalgiza é uma jovem que borda, “fofoca” e visita a amiga vez por outra. As únicas mulheres que trabalham são as criadas, aliás, as criadas e os criados são praticamente os únicos representantes de uma outra realidade que não a da elite que aparecem no livro. Nenhuma das personagens nem sequer estudam, Adalgiza, afinal, apenas “arranjara uma fumaça de instrução, que lhe levava a casa os melhores professores da terra e tocava piano como toda menina que tem piano”.

A primeira imagem de mulher moderna que nos é apresentada no romance é aquela que “propagandeia” a sua liberdade, no caso, a liberdade de escolha do cônjuge. Quando o pai de Adalgiza - Azevedo-, indaga a esposa sobre o porquê da filha ter mudado de pretendente, é assim que ela lhe responde: “- Que tem isso? Naturalmente ela se arrependeu e passou para outro. [...] Isso não tem importância. Hoje não há ninguém que case com o primeiro que encontra, e deve haver liberdade de escolher.” No que desabafa o pai: “- Bons tempos, em que a filha ata e desata um negócio dessa ordem, sem a mãe saber nem aconselhar.” E para finalizar a conversa, Regina sentencia: “- Você é do tempo antigo.”⁸¹

⁸¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 17-18.

Entretanto, essa liberdade pode ser contestada no próprio livro, visto que só através da permissão formal dos pais é que a donzela tem o direito de se casar.

A “melindrosa” de Natal tinha que estar “na moda”. E a moda era aquela trazida pelos costumes cariocas, que por sua vez haviam sido influenciados pelos costumes europeus e parisienses principalmente. Observemos o diálogo que iniciamos anteriormente, no qual, o pai de Gizinha desabafa:

- Pois quero ser mesmo do tempo antigo, que ao menos havia mais seriedade e as mulheres andavam vestidas.
- Já estava tardando a música... Se você fala todo dia nisso, por que não obriga sua filha a se vestir? [...] [retruca a mãe de Adalgiza]
- Porque não quero que ela fique atrás das outras e fora da moda. [...] Falo é contra os exageros. Adalgiza já anda com o vestido pelos joelhos, e por baixo só tem uma “combinação” que não esconde quase nada. [...] Aliás, [...] isto não me admira, porque a mãe é a mesma coisa.⁸²

A moda era então, consumir. Consumia-se já as roupas, as maquiagens, as jóias. As senhoras e mocinhas que freqüentavam - à convite, vale salientar, os grandes bailes dos clubes natalenses, como o Natal Clube, precisavam estar na moda. E o pai sabia disso, afinal era ele quem pagava a despesa:

Sucedia, por exemplo, que recebessem convite para um baile no dia tantos. Azevedo tinha justamente um saque a vencer, poucos saldos em cofre, um freguês do interior lhe faltava com o pagamento, e por aí além. Torcia o nariz, sabendo “de ciência própria” que só se pode ir a um baile com vestido novo e sapatos especialmente comprados para este, o que quer dizer dois vestidos e dois pares de sapato, fora o resto.⁸³

Temos a nítida imagem da moda feminina para um dos grandes bailes da cidade:

Adalgiza, muito risonha [...] trazia um vestidinho sumário, da mesma fazenda do da mãe [*crepe Georgett*], porém branco, bordado com *strass* e fios de prata, com ampla saia recortada em bicos orlados de inumeráveis palhetas douradas, minúsculas, cujo destino devia ser talvez o de tornar menos leve aquela tanguinha esvoaçante. Com aquilo repousando apenas sobre uma fina “combinação” de tafetá róseo, ela estava tão pouco vestida quanto podia permitir, muito liberalmente, a sua condição de moça de família moderna. [...] Nem as mãos nem os braços, inteiramente nus, tinham outro ornato além dos da pele, mas o pescoço era contornado por uma tripla enfiada de contas cor de pérola, submissão lamentável ao mau gosto da moda reinante.⁸⁴

⁸² FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 18-19.

⁸³ *Ibid.*, p. 21.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 61.

Não obstante o desprezo pelo gosto do colar de contas cor de pérola, Antônio de Souza descreve a roupa de Adalgiza com uma admiração entusiasmada, contudo, nem todos no texto recebem essa moda de maneira positiva. O que nos faz entender que assim como no livro, muitos deviam aprovar e muitos também deviam reprovar os novos costumes para as roupas. Vejamos este diálogo de alguns jovens rapazes, não tão adeptos às roupas modernas assim. Eles comentam os trajes de Adalgiza, no mesmo grande baile:

- Irra – diz um de aspecto sisudo sob uns grandes óculos de celulóide escuro – não leva quase nada...
- E ainda leva muito – observa outro, mais sincero. – Olha que aquilo é bem feito “como o diabo”...
- Não é razão para andar ao léu.
- Que me importa? Não é minha – diz um terceiro.
- Boa razão... e se fosse?
- O caso seria diferente.
- Qual diferente... O mesmo. A moda é quem manda, e aí não há pai, nem irmão, nem marido que se meta.
- Pois sim, mas eu é que não quero uma que todo mundo já viu.
- Então fica sem nada.
- Fico – replica o teimoso.⁸⁵

Outro grupo também de rapazes analisa as roupas femininas, especialmente as de Adalgiza:

- Aquilo é demais – dizia um de óculos. – Apesar da moda, não se deve afrontar a opinião dos mais.
- Nem esquecer o pudor – acrescenta outro ainda mais sisudo. – Um vestuário e uns excessos como aqueles prejudicam uma moça de família perante a consideração social.
- Consideração social, meu filho? – Atalha Castro pacatamente. – Consideração de quem? A metade dos circundantes está invejando Júlio Silveira, e a outra metade, nem por criticar é melhor.⁸⁶

Consumo e moda eram expressões interligadas para as mulheres da época. Nos anos 1920 surgem periódicos voltados para os segmentos economicamente privilegiados da sociedade natalense que mostram como o acesso à moda e o aumento do consumismo se tornavam cada vez mais difundido. Nesses jornais e revistas que começavam a circular na cidade, como explica Jamilson Soares, os chamados “reclames” publicados em periódicos como *A República*, *Diário de Natal* (de autoria da Igreja Católica), *A Imprensa*, *Atualidade*,

⁸⁵ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 62.

⁸⁶ *Ibid.*, p. 68.

*Terra Natal, Letras Novas, Nossa Terra...Outras Terras e Cigarra*⁸⁷ revelam o poder de consumo da população, expressando a idéia de modernidade através da valorização de produtos e serviços sintonizados com os “novos tempos”.⁸⁸

Os produtos e serviços eram divulgados também nas apresentações teatrais, em carros ornamentados e em impressos distribuídos nas ruas e nos bondes de Natal. Os principais produtos consumidos em consonância com a moda eram: tecidos, suspensórios, ligas, gravatas, calçados, chapéus, bijuterias, bonecas francesas, máquinas fotográficas e vitrolas. Datam desse período também a chegada das lojas na capital potiguar com suas vitrines, situadas no bairro da Ribeira (assim como os consultórios médicos e dentários e os escritórios de advocacia), como recursos utilizados pelos comerciantes da época para seduzir os consumidores.⁸⁹ Podemos perceber a chegada das vitrines num anúncio do jornal *A República* de 1929:

O prestígio das vitrines já um facto da observação comum das populações nas grandes cidades. Não se comprehende mais uma cidade civilisada sem a iluminação polyeômica [...] São as vitrines que dão vida nocturna às cidades. Durante o dia ellas chamam os transeuntes que vão, muitas vezes, preocupados com suas múltiplas obrigações. À noite ellas os seduzem.⁹⁰

Percebemos que moda e consumismo exerciam um importante papel para essa geração. A influência do consumo não apenas designava *status*, mas também significava acompanhar o que de mais moderno podia existir naquela época: as novas roupas, fossem de mulheres ou de homens, roupas que significavam acima de tudo, liberdade para o corpo. Em *Gizinha*, temos isso bem caracterizado quando observamos as reclamações do seu pai em aceitar ou não convites para os bailes da cidade, para as quais a mãe respondia:

- [...] mas também não é uma viagem ao Rio de Janeiro... Fica feio para nós se não formos [...] e o menos que pensarão é que você está tão atrasado que não pode comprar quatro metros de pano.⁹¹

⁸⁷ Não é possível hoje pesquisar na maioria desses periódicos, devido a não existência deles no Arquivo Público e no Instituto Histórico e Geográfico, entidades que disponibilizam na atualidade pouquíssimos exemplares desses textos.

⁸⁸ SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado*, p. 95, 116-120.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 93.

⁹⁰ A REPÚBLICA apud *Ibid.*, p. 93.

⁹¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 21.

Entendemos que a moda passava a ser uma preocupação constante para as elites comerciais de Natal. Assim, já em 1914 era possível encontrar uma crítica aos modismos nas roupas das mulheres na revista feminina *Via-láctea*:

A moda em si não é má; antes admirável, quando usada sem exxagero e o luxo excessivo que transformam a mulher n'uma vaidosa mundana, frívola, preocupada com os aplausos de sua belleza [...] a estas combinações espalhafatosas de cores carnavalescas que se dizem em rigor e melhor em contraste com a ternura de minhas meiguíssimas conterrâneas; ao traje excessivamente estreito; aos decotes aprofundados, pouco decentes; às pinturas ridículas, a estas superfluidades triviaes, todo nosso protesto.⁹²

A aceitação das novas modas, assim, não foi tão rápida como possamos imaginar. Recebendo muitas críticas, as moças que ousavam vestir-se e portar-se de acordo com as novidades vindas dos outros centros urbanos do Brasil significava, para muitos um “exagero”, uma “superfluidade trivial”. O que nos ajuda a ver que Antônio de Souza via em Adalgiza uma dessas moças. Os anos 1920 marcariam definitivamente o interesse dos natalenses pela moda vinda dos grandes centros urbanos do Brasil. E a mulher era freqüentemente ligada a essa moda, sendo principalmente criticada pelo exagero em segui-la:

Hoje, a mulher querendo andar na moda/ Toma uns ares de tôla ou de pedante,/ Torna-se, às vezes, quase extravagante,/ E traz, por certo, a cabecinha à roda./ Não quer saber se uso a incommoda,/ Quer parecer aos outros elegante,/ Pescar o noivo e engordar o amante,/ Comtudo aquillo que a modista a engoda./ E que uzos!... Cada qual mais indecente!/ Um chapéo tanto assim, rosto caiado,/ Vestido lizo importunando a gente,/ E, ainda, sobre o cano das botinas/ De bico estreito e salto assobradado,/ Um palmo e tanto de canellas finas.⁹³

Esse artigo é de autoria de Abdon Macedo e data de 1920. O interpretamos como sendo um exemplo das crescentes críticas à busca pela moda feminina na cidade de Natal naqueles anos 1920. O discurso presente é o de que essa mulher “tôla” só se preocupava em “pescar o noivo”, era indecente, e, assim como Adalgiza, “importunava a gente”, ou seja, causava mal-estar à sociedade mais tradicional.

Contudo, assim como em *Gizinha* a moda parecia ser algo inevitável e aos poucos, as críticas cediam espaço para a aceitação e até valorização da moda pelas mulheres, como notamos no jornal *A República*, em meados dos anos 1920:

⁹² VIA-LÁCTEA apud DURTE, C. L., MACÊDO, D. M. C. P. de (Orgs.). *Via-láctea*, p. 52.

⁹³ A REPÚBLICA apud SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragments do passado*, p. 137.

[...] É a moda. Não se discute. O cabelo comprido, ondedado, olente, cheio de recordações românticas, o cabelo cantado pelos lyricos, vai passando, morrendo, encurtando. Agora é a cabelleira a inglesa, curta, irriçada, flamante, meia [sic] insolente, graciosa, plena de provocação e ataque [...] a inquietação pela moda é cada vez mais intensa e mais frívola [...] quando o primeiro vestido de tricolore volteou pelo amplo cenário da avenida Rio Branco talvez não fosse o primeiro, tal foi a maneira rápida por que se multiplicou [...] a moda é o maior triumpho feminino.⁹⁴

Compreendemos que melindrosa que se prezasse tinha que saber dançar. Mas não era dançar qualquer tipo de música. Melindrosa que era melindrosa tinha que saber dançar as danças da moda como o tango, o maxixe e o *fox trot*, entre outras danças polêmicas para a época. No descrever desse costume em *Gizinha* também há um misto de admiração e de desprezo. Antônio de Souza descreve assim a atitude de Adalgiza diante das danças modernas:

[...] A sua [de Adalgiza] principal distinção, a que maior número de admiradores lhe conquistara, era a dança. Nos bailes de casas amigas, nos do Natal Clube ou nos famosos maxixes políticos do “Carlos Gomes”, ela figurava entre as mais espevitadas dançadeiras de tango e de todas as palhaçadas de nomes anglo-saxônicos, cujos requebros e tremeliques, mais ou menos obnóxios conhecia como profissional.⁹⁵

Essas danças eram então bastante difundidas pelos grandes bailes da cidade, podemos comprovar tal afirmação através de um roteiro de um desses bailes dos anos 1920 da cidade, promovido no Centro Náutico, onde constatamos a presença das moças da elite da cidade:

Promovida pelos distintos rapazes do alvi-negro, essa festa terá certamente, a mesma concorrência feminina e elegante das reuniões anteriores da *sympathica* agremiação. A de hoje obedecerá ao seguinte programma: 1ª parte – walsa [...] tango [...] *one step* [...] tango [...] *reg time* [...]. 2ª parte – walsa [...] tango [...] *fox trot* [...] tango, *one step* [...] *reg time* [...] tango.⁹⁶

E a moda das danças – essas “palhaçadas anglo-saxônicas” – contagiavam também os homens modernos, como Julinho, afinal, quando “[...] a orquestra começou um remexido tango [...] [ele] surgiu no meio do salão cingindo estreitamente o delicioso par. Ambos dançavam admiravelmente [...].⁹⁷

⁹⁴ A REPÚBLICA apud SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragments do passado*, p. 138.

⁹⁵ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 24.

⁹⁶ A REPÚBLICA, p.2 21 jan. 1922.

⁹⁷ FEITOSA, Polycarpo. Op. Cit., p. 64.

Identificamos que o gosto musical era bastante criticado naqueles anos 1920 numa Natal que parecia valorizar cada vez mais os ritmos populares em detrimento das valsas, *pás-de-quatre* e quadrilhas francesas – mais reverenciadas pelas classes dominantes –, ao passo do próprio Antônio de Souza, enquanto governador, ter proibido, como afirmou Jamilson Soares, nos bailes de palácio danças como *rag-time*, *two-step* e tango argentino, por exemplo.⁹⁸ E mesmo em meados da década anterior, já se criticava a preferência por essas danças em Natal, como podemos constatar num artigo da revista *Via-láctea*, quando a articulista identificada como Zanze, comenta sobre uma visita sua a uma praça da cidade, a qual ela denomina apenas de “Jardim”:

[...] Lá cheguei, exactamente quando a banda de Segugrança executava a primeira parte do programma – um desses tangos, que são agora a música predileta dos natalenses. Não me foi nada agradável a recepção [...] abandonei o jardim sem saudades. Aquelle ajuntamento de povo de todas as classes, aquella música que não passava dos ouvidos, que nada falava ao coração.⁹⁹

Mas, “aquela música que não passava aos ouvidos”, nem “falava ao coração” parecia envolver bastante o meio urbano que se formava, aponto de, como revela Jamilson Soares, ganhar cada vez mais espaço nas festas da sociedade, inclusive com a realização de famosos concursos de dança, cujo primeiro vencedor teria dançado um dia inteiro o *charleston*, inclusive realizando as refeições enquanto dançava.¹⁰⁰

Notamos que para Antônio de Souza, em *Gizinha*, o cinema era um dos grandes responsáveis pela divulgação de hábitos com ao dança para as mulheres da época, pois, na sua opinião, a moda das grandes cidades como o Rio de Janeiro, chegavam a Natal, através das fitas de cinema principalmente, influenciando as mocinhas ingênuas a adquirirem, como se fosse apenas mais uma moda, os costumes mais adiantados das danças, das roupas e das posturas sociais:

Com exagero habitual nas cidades pequenas, onde todos querem mostrar-se “em dia”, sobressaindo por esse meio fácil nos costumes, nas modas ou nas danças, eles obedeciam à música tão estreitamente enlaçados que, segundo a velha comparação chinesa, um [sic] gota d’água não poderia passar entre ambos. Adalgiza [...] exagerava quase inconscientemente, por uma espécie de perversão vinda antes do meio em que vivia, das conversas com amigas “adiantadas”, das fitas de cinema cheias de abraços e de beijos, de

⁹⁸ CASCUDO, Câmara apud SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado*, p. 129.

⁹⁹ VIA-LÁCTEA apud DUARTE, C. L., MACÊDO, D. M. C. P. de, (Orgs.). *Via-láctea*, p. 42.

¹⁰⁰ SOARES, Jamilson Azevedo. Op. Cit., p. 129.

estimulantes brutais – como é grande parte das modernas – que é da própria índole de rapariga provinciana, em cujo íntimo os excessos da moda e da “civilização raramente conseguem abolir de todo o velho fundo de recato e de honestidade hereditários. Era também uma espécie de leviandade infantil, ignorante de fatos e de funções fisiológicas, mas desejosa de observá-los, que a incitava a contatos e atritos, perturbadores para alguns pares em que o hábito, mais que as normas da educação, não amortecera ainda riscos de desequilíbrio.¹⁰¹

Apesar de críticas como essa, que relacionam o cinema com o perigoso desequilíbrio das “modernas”, como Adalgiza então, o cinema que ganhava uma paulatina visibilidade na cidade, através de casas como o *Royal Cinema* e o *Cine Teatro Carlos Gomes*, o cinema aparecia como uma propaganda da modernidade, sendo local de lazer para a parcela privilegiada da sociedade natalense, que traria as novidades do restante do mundo para a cidade. Em 1928, *A República* publicava:

Um dos maiores elementos de vida das grandes cidades é o cinema. Aqui os cinemas se enchem. Quase que não há mais distinção de quinta e domingos. O Royal modificou os seus programas, os seu anúncios. A freqüência melhorou sensivelmente. E o Carlos Gomes tem dado filmes excellentes. Lá está elle diariamente com uma boa lotação. É uma Victória. Uma grande Victória em nossa terra, que ninguém se cansa de dizer que é pobre, mas ninguém se lembra de dizer que a nossa gente aspira as mesmas coisas agradáveis, de que há tanto lá pelos logares mais adiantados.¹⁰²

Nessa época, o cinema ainda era mudo e todas as casa de exibição mantinham orquestras para dar trilha sonora aos filmes em “sessões *chic*”. Era inegável o seu sucesso em Natal e a sua ligação com o progresso, fazendo Natal ser comparada, como vemos na citação acima, como que se equiparando, neste quesito aos “lugares mais adiantados”.

Podemos já fazer uma certa apresentação da mulher moderna caracterizada no discurso de Antônio de Souza em *Gizinha*. Assim, interpretamos que a mulher moderna de Natal tinha como costumes: usar roupas da moda, de tecidos leves e que mostravam o corpo demasiadamente para os mais tradicionais, fossem eles jovens, adultos ou idosos; freqüentava bailes da alta sociedade, acompanhada pelos pais; usando cabelos curtos, ao estilo *garçonne*¹⁰³ e trazendo poucos acessórios, mas adorava objetos de contos que lembravam

¹⁰¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 64-65.

¹⁰² A REPÚBLICA apud SOARES, Jami!son Azevedo. *Fragmentos do passado*, p. 135.

¹⁰³ *Garçonne* é uma referência à moda que, a partir dos anos 1920, trazia uma mulher andrógina para os padrões da época, vestida de calças compridas e roupas cujos cortes retos diminuía “as curvas” femininas e os cabelos passaram a ser bem curtos. evidenciando as linhas da cabeça e, muitas vezes se igualando aos cortes de cabelo masculinos. LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 232-233.

pérolas. A melindrosa de Natal dançava exuberantemente inspirada pelo cinema e com uma imensa vontade de se igualar às outras moças modernas do resto do mundo “civilizado”, ajudando a despertar uma certa liberdade, qual fosse com relação às escolhas dos casamentos e também, de maneira tão inocente que chegava a ser “infantil”, com relação à sexualidade.

Contudo, a imagem de mulher passada por *Gizinha* não se restringe à visão de alguns dos seus costumes da época. O romance está impregnado de descrições ou análises das “características femininas”, que adquirem, ao longo do livro, um viés notadamente estereotipado. Ditados, preconceitos e generalizações, tudo revestido por uma espécie de “discurso psicológico”, que busca através da análise da “mentalidade” da mulher, dar respaldo aos ideais para ela exaltados. Ela é vista muitas vezes como o “sexo soberano”, possuidora de uma “clarividência feminina”, mas também é vista como “tagarela”, “interesseira” e “fútil”. Na maioria das vezes, é como se fosse uma criança manhosa e voluntariosa, um enigma para os homens .

A mãe de Adalgiza – D. Regina, recebe a capa de uma mulher manipuladora, “inteligente e sagaz, como em geral são todas naquilo que as interessa”, ultima Antônio de Souza¹⁰⁴. E através dessas características inerentes a “todas” as mulheres, consegue obter tudo o que quer do marido. É como se o autor visse as mulheres como possuidoras de um intenso poder de persuasão. As mulheres, nesse discurso (como Adalgiza) são “geniosas” e “cabeças de vento”; ou seja, as mocinhas modernas têm uma postura mais agressiva diante da sociedade, contudo, são vistas também como expressões de futilidade e irresponsabilidade¹⁰⁵. Já a amiga de Adalgiza, - Nair, é um típico exemplo da mulher enquanto “tagarela”, “maldosa” e “interesseira”. Isso fica evidente, nesta passagem do texto, uma descrição da moça, ao chegar na casa da amiga: “Eram dona Margarida Lopes e a filha Nair, confidente e conselheira de Adalgiza, lingüinha afiada, de que muita gente tinha medo [...]. Na sala a tagarelice das moças alargava os cotovelos.”¹⁰⁶

Mais adiante, o autor mostra a parte interesseira das moças, num discurso generalizante em que vemos a mulher sempre à procura de um marido (rico) naquela época. Numa conversa com a amiga, Adalgiza diria: “Julinho... – E fez um gesto estalando os dedos, como quem diz: “Muito melhor partido”¹⁰⁷. E em seguida, Antônio de Souza descreveria Nair

¹⁰⁴ FEITOSA, Plycarpo. *Gizinha*, p. 20.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 51-52.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 50.

¹⁰⁷ *Ibid.*, 53.

como uma moça que “fazia as diligências possíveis para arranjar um Julinho qualquer, mas um Julinho, não um Manoel Pobre [...] era espirituosa como um demônio.”¹⁰⁸

Sabemos que até o século XIX, as mulheres se casavam muito cedo, contudo, Adalgiza tem 18 anos, mas, na maioria das vezes, é tratada como uma criança no livro. É como se as mocinhas modernas, aos olhos da sociedade da época, agissem com uma grande infantilidade, seja relacionada a pouca experiência de vida ou ingenuidade, seja por serem consideradas fúteis. Isso está claro em algumas passagens do texto. Já citamos, por exemplo, a característica de nossa melindrosa, quando dançava mais exuberantemente, de agir com uma “leviandade infantil, ignorante de fatos e de funções fisiológicas”, que chegava a ser uma “perversidade de menina travessa” e após muitos tangos dançados, repunha suas energias consumindo “guloseimas com apetite de animalzinho sadio”, sempre tratando o noivo e futuro marido com um “tom de troça” ou “galhofa”, assim como uma menina mimada.¹⁰⁹

É interessante como essas imagens da mulher enquanto manipuladora, irresponsável, interesseira, tagarela, fofoqueira, etc, se chocam com as imagens em que a mulher aparece divinizada, como se fosse um ser inatingível. Isso acontece quando somos apresentados à paixão secreta de um jovem que mora temporariamente na casa dos pais de Adalgiza pela mãe da moça, D. Regina. Antônio de Souza trata essa paixão como se fosse quase uma idolatria à D. Regina. Para ele, o rapazote:

[...] apenas saído da infância, mas ainda não desanuviado dos sonhos dessa idade de maravilhas, Regina era um ser excepcional, superior aos outros, muito alto; mas nem por isto o instinto eterno abdicava os seus direitos.”¹¹⁰

Mas, não é apenas porque o rapaz é inexperiente na vida que faz o autor mostrar, em diversos momentos da trama, a mulher como um ser superior. Afinal, como afirma Antônio de Souza, quando diz que essa paixão seria logo descoberta, se não por todos da casa, pelo menos pela mãe de Adalgiza: “a mulher [...] não se engana nunca, e vê demais onde os outros nada enxergam.

Interessante notar que D. Regina, percebendo essa paixão, mesmo sem retribuí-la, não apenas gostava como incentivava e manipulava o jovem a alimenta-la, como uma espécie de auto-valorização:

¹⁰⁸ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 53-54.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 65, p. 76.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 81.

[...] Regina saboreava imprudentemente o encanto daquela paixão juvenil, segura de não satisfazê-lo nunca, mas sem ânimo de destruí-la de uma vez, ou pelo afastamento do adolescente, ou pela sua própria abstenção de estímulos, que sabia muito bem serem as suas conversas de afabilidade com que o tratava.¹¹¹

A mulher aparece elevada a categorias inatingíveis ou sublimes, principalmente quando essas aparecem ligadas às suas funções maternas. O jovem apaixonado utiliza-se dessa idéia para sensibilizar D. Regina:

[...] Com todos os que desejam comover um coração feminino resistente, Fernando encarecia a sua mágoa com uma parcela de manha – e para isso nada importa a idade nem a experiência, porque é o instinto que a guia. Esperava enternecê-la com aquela ruidosa manifestação de pesar, obter assim alguma complacência; e ela, como quase todas as suas irmãs em Eva, irredutível por argumentos e indomável pela violência, esmorecia diante de um sofrimento, mais ou menos habitualmente revelado.¹¹²

Acreditamos que o termo “irmãs em Eva” denota uma ligação entre todas as mulheres à representação da primeira mulher a existir segundo a doutrina cristã - Eva. Evidentemente o discurso sobre as funções da mulher na sociedade ocidental muito se pautava nos preceitos cristãos no início do século XX. E a figura da mulher enquanto mãe é a maior representação desta em *Gizinha*.

Talvez o maior estereótipo nos apresentado por *Gizinha* seja aquele que faz da mulher um ser incômprensível, um verdadeiro “enigma” aos olhos dos homens. Já na citação inicial do livro, o autor sentencia: “Nós sofremos da incompreensão delas, mais elas sofrem mais da nossa”¹¹³. Mais adiante, numa conversa com um amigo, o personagem de Julinho ouviria: “- Tanto mais quanto ninguém conhece a mulher, nem mesmo depois de cinquenta anos de casados.” E perguntando-lhe em seguida: “- E elas a nós?”, obtém a resposta: “- Completamente, logo na primeira semana.”¹¹⁴

- Também nós não mudamos, pois que ainda aí não sabemos compreendê-las.
- Ou não podemos.
- É o mesmo. E por essa incompreensão continuamos a não ver que a moda é a segunda natureza delas. O senhor bem sabe que, ao menos entre nós, onde não há questão social, nem competição de sexos, nem temor do

¹¹¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*,. 84-85.

¹¹² Ibid., p. 91-92.

¹¹³ Ibid., p. 13.

¹¹⁴ Ibid., p.103.

casamento, elas se interessam pelos direitos políticos, alistam-se eleitoras e fazem discursos de moda.

- Isto é, um título de eleitora é uma modalidade de vestidinhos – diz Queiroz rindo.

- Perfeitamente.¹¹⁵

É então, nas últimas páginas do romance, que os dizeres populares sobre “o enigma mulher” se perpetua. Em uma conversa entre amigos, se comenta, tanto a essa representação quanto a característica de ser a moda quase “naturalmente” inerente à noção do “ser mulher”, sendo que a moda para a mulher chega a ser “mais importante até do que o ato de votar”.

2.2 Descrevendo um homem moderno

E quem era o homem moderno no tempo de *Gizinha* aos olhos de homens como Antônio de Souza? Quais os seus hábitos, quais os seus divertimentos, seus vícios, sua moda? Pelas páginas do livro, podemos passear pelos costumes desse jovem homem, pois o Antônio de Souza também se preocupou em descrever o cotidiano dos rapazes da época, nos ajudando a compor o que pensamos sobre o discurso de gênero dos anos 1920 em Natal, presente no romance.

Gizinha nos traz uma série de personagens masculinos. Contudo, o que mais demonstra as imagens de homem moderno é Julinho, como já mencionado, noivo de Adalgiza. Um rapaz de pouco mais de 20 anos de idade, filho de comerciantes respeitáveis de Natal, possuidor de hábitos como esportes, danças e jogos de azar, mesmo assim, um exemplo de “bom rapaz”, como é descrito em certo momento:

Sempre elegantemente vestido com ternos claros ou brancos, de casaco cintado e calças curtas, exímio jogador de futebol, mas gostando também muito de outros jogos menos desportivos. De boa estampa, que a eliminação do bigode efeminara um pouco porque tinha olhos bonitos e boca pequena, ele era, por todos estes requisitos, suficientemente requestado por algumas partidárias do “direito de escolher”, teórica e praticamente interpretado conforme as idéias modernas. [...] uma espécie desse numeroso gênero, conhecido pela denominação eufêmica de “bom rapaz”, sem virtudes notáveis nem vícios escandalosos, indeciso, maleável, com um grande medo de doenças e de responsabilidades, mas forte contra tudo na satisfação de suas grandes paixões: o tango e o carnaval.¹¹⁶

¹¹⁵ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 229.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 25-26.

dizia que eles possuíam “ideias nobres e generosas”, eram verdadeiros “heróis Riograndenses do Norte!”.¹²⁰

Sendo assim, ter um belo corpo, saudável e limpo eram ambições dos jovens rapazes natalenses que faziam, principalmente regatas e jogavam futebol. Mas, também esses novos hábitos do homem moderno despertavam críticas por parte de intelectuais como Antônio de Souza. Percebemos isso quando ele insinua que esse homem moderno desinteressava-se pelas questões intelectuais como resultado direto dessas práticas esportivas. No romance, os homens são acusados de desprezarem os saberes ligados ao desenvolvimento intelectual e de darem mais importância aos músculos, pois, para o autor:

A natureza tem freqüentemente dessas faceirices compensadoras: concedendo com parcimônia certos predicados de inteligência ou de virtude, ela os supre com vantagens físicas apreciáveis, beleza, força, destreza. Assim, Julinho Silveira era um nadador de grande fôlego e não desgostava de mostrá-lo perante as banhistas, que o admiravam, e os do seu próprio sexo, que o escarneciam com inveja.¹²¹

Não obstante Julinho, nessa crítica aos homens modernos que, aos olhos de Antônio de Souza, substituíam as atividades intelectuais pelas físicas, entendemos que uma aproximação do homem moderno com a formação intelectual se fazia crescente durante esse momento da história. E concordamos com a historiadora Mônica Schpun, quando esta, ao analisar as obras de ficção do início do século XX, em São Paulo, afirma que os homens modernos se apresentavam cada vez menos “viris” nos romances, num movimento que definiria um ideal masculino mais intelectualizado e conseqüentemente, mais sensível aos problemas femininos. Um novo modelo de homem surgiria com a chegada da República no Brasil:

[...] as figuras recorrentes entre os personagens jovens são completamente diferentes. Símbolos de delicadeza, os poetas e os escritores se aproximam do novo ideal. É a escolha de Ládice: o homem que ela ama é fisicamente frágil, as mãos brancas, os olhos profundos, nada que lembre uma presença viril. Mais numerosos ainda são os engenheiros e os médicos. Os primeiros representam os novos tempos, o progresso.¹²²

¹²⁰ A REPÚBLICA apud SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragments do passado*, p. 143-144.

¹²¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 98.

¹²² SCHPUN, Mônica Raisa. O Amor na Literatura: Um exercício de compreensão histórica. *Cadernos pagu*. v.8/9, 1997, p. 190-191. 1 CD-Rom.

Um homem menos embrutecido e mais delicado aparece como ideal das mulheres ou talvez, como ideal dos novos tempos. Um homem que encontre os anseios das mulheres, um homem mais vaidoso, menos rude e mais ligado às novidades que a modernidade trazia.

Em *Gizinha* contudo, esse ideal de homem aparece bem sutilmente, e assim como a mulher, o homem moderno, para Antônio de Souza aparece com uma capa de futilidade e irresponsabilidade diante da sociedade. Julinho, por exemplo, não teria sucesso nos estudos e fundaria trabalhando com o sogro em sua empresa, gastando muito do seu ordenado com o vício do jogo.

Interpretamos que um dos quesitos mais valorizados pelos homens modernos, na visão de Antônio de Souza era também a moda. Não apenas com relação ao vestuário, mas também as outras modas da época, como a moda da dança, do automóvel, dos esportes. Julinho, assim era um ótimo dançador de tangos nos grandes bailes da cidade e suas roupas seguiam à risca a moda moderna, a qual remetia-se à característica de limpeza, primeiramente. Jovens como Julinho, ao acordar, por exemplo, lavavam “a boca minuciosamente, utilizando elixir e pasta para os dentes, [miravam-se] no espelho do guarda-roupa, alisando o cabelo com a mão, arregaçando os beiços para examinar os dentes.”¹²³

Para irem aos bailes, as roupas dos “filhos de família maior” seguiam evidentemente os padrões elegantes e higiênicos da moda reinante. Antônio de Souza, todavia nos mostra que, assim como a moda para as mulheres trazia um ar de escândalo pelo desnudamento e transparência, principalmente, trazia para o homem imagens negativas também, imagens efeminadas, podemos concluir. Em certa conversa com sua amiga Nair, Adalgiza dessa ouviria o questionamento: “Vocês já repararam que todos os figurinos de modas masculinas, desenhados ou vivos, têm cara de imbecil?”¹²⁴ Falas como essa nos faz pensar que as roupas masculinas recebiam toques mais delicados e que buscavam padrões mais sofisticados, o que era encarado por muita gente com desdém, pois demonstrava uma certa feminização dos trajes - não teria Julinho, afinal, como descreveu Antônio de Souza “vários petrechos de elegância mais ou menos masculina”?

Em um grande baile mostrado em *Gizinha*, podemos visualizar o que os homens vestiam e a partir do diálogo de alguns rapazes também perceber o contraste da moda daquele momento com os costumes do vestir-se de anos anteriores:

¹²³ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 28-29.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 55.

Não havia casacas. A elegância masculina, toda moça, inclusive a grisalha, contentava-se com os *smokings* e os jaquetões, murchavam as orelhas à vista de alguma sobrecasaca ou fraque, evadidos das solenidades diurnas ou da Arca de Noé. Os convites, como de costume, lembravam com displicência, a necessidade do vestuário preto [...] Os serventes encadernados em *smokings* de carregação e com lenços metidos entre o colarinho e o pescoço [...] O moço dos óculos, espetado dentro do seu alto colarinho lustroso, troça, ao ouvido de Castro [um amigo de Julinho] o lenço dos pobres rapazes. - Faz muito bem, responde este – o calor é forte e o engomado é caro e eles são pobres. Amanhã poderão ainda comparecer à repartição [...] com o mesmo. E não você que há o progresso: até bem pouco tempo os próprios valsistas do salão ostentavam o lenço [...]. - Coisas de aldeia, que hoje felizmente não vemos mais – diz o dos óculos, compenetrado na superioridade civilizada do seu tempo.¹²⁵

Nessa passagem do livro, vemos uma descrição das roupas usadas pelos rapazes da época nos bailes da cidade, numa tentativa do autor de distinguir a moda da elite da moda “do povo”. Percebemos que os novos padrões de moda estavam chegando para uma parcela privilegiada da população de Natal. Entretanto, ao mesmo tempo em que tenta distinguir os segmentos sociais através das roupas, entendemos que Antônio de Souza buscava, ao defender os trajés “antigos” da parcela menos privilegiada da sociedade, além de uma exaltação da simplicidade do homem pobre, exaltar costumes mais tradicionais, como que numa tentativa de valoriza-los diante das novidades da moda, que nem sempre eram bem quistas.

2.3 A idéia de antigo/novo pelas páginas de *Gizinha* e um encontro com o cotidiano da cidade

É o jovem Julinho que nos leva a conhecer as ruas de Natal daquela época. Através de seus passeios pela cidade, damos uma volta de bonde, vamos à praia, conversamos sobre futebol e regatas e conhecemos também um pouco da noite da cidade. Isso nos mostra que a rua ainda era território dos homens durante os anos 1920, pelos menos as mulheres da elite em *Gizinha* são vistas, sobretudo, andando acompanhadas pelos irmãos ou mães, em visitas a outras casas, compras ou festas de aniversário e de grandes bailes da cidade, mesmo assim, Antônio de Souza dá pistas a respeito da crescente participação dessas mulheres em espaços de lazer de Natal.

¹²⁵ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 74-75.

Muitas referências à capital daquele momento do país estão presentes na trama de Antônio de Souza e essas referências vêm como indicadoras das transformações da realidade na Natal dos anos 1920. Tudo do Rio de Janeiro representa o moderno, o evoluído. Além disso, freqüentemente expressões como “antigamente” ou “no meu tempo” são utilizadas pelos personagens para comentar algum costume por eles considerados moderno. Percebemos que a cidade está em transformação e que as novidades trazidas pelos outros centros demarcavam uma noção de antigo/novo muito forte, ou seja, se sentia uma grande transformação na vida da cidade e os contrastes com a região rural, por exemplo, aparecem em *Gizinha* para demarcar uma exaltação dos costumes tradicionais, dos quais, o campo parecia exercer uma grande representação, enquanto que os costumes urbanos significariam uma deteriorização da sociedade.

Infelizmente, inovações tecnológicas como o telefone, o telégrafo, a imprensa, etc, pouco ou não aparecem em *Gizinha*, o que traz um certo prejuízo a nossa análise sobre como as novas tecnologias foram assimiladas pela parcela da sociedade mostrada por Antônio de Souza, parcela que, com certeza foi a primeira a entrar em contato com essas transformações.

Sobre o automóvel, temos uma relativa noção do quão marcante se deu sua entrada em Natal, para os habitantes da época a partir de *Gizinha*. Este era bastante valorizado e tratado como um “sonho de consumo”. Antônio de Souza nos mostra isso quando revela que o casal, Adalgiza e Julinho, desistiram de uma temporada no Rio de Janeiro em prol de aproveitarem um automóvel dado de presente pelo pai da noiva:

Antes do casamento, debatera-se a hipótese de uma viagem ao Rio de Janeiro, sonho dourado de Julinho, mas tendo Azevedo dado à filha um automóvel, que era o sonho dourado deste [sic], combinaram afinal utiliza-lo desde logo, indo passar algumas semanas numa fazenda de gado que o velho Silveira tinha no sertão de Serra Caiada, a algumas dezenas de quilômetros da capital.¹²⁶

Percebemos que o desenvolvimento das estradas de rodagem exercia um grande fascínio e a chegada do automóvel possibilitaria a descoberta das viagens inter-estaduais. O governo buscou modernizar os caminhos que ligavam as cidades do estado e a possibilidade de conhecer essas cidades com uma maior facilidade era um marco no início do século XX. Os automóveis eram um dos produtos mais buscados pelas elites econômicas de Natal, contudo ainda não existia em grande número na cidade (em todo o estado, por exemplo, o

¹²⁶ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 109.

número total era de 608 em 1926¹²⁷) em fins dos anos 1920. Os automóveis eram então objetos de desejo e sedução, atraindo cada vez mais consumidores, a ponto de, como informa Jamilson Soares, o jornal *A República* noticiar a compra de um Cadillac tipo turismo na cidade, dizendo que a divulgação daquele fato era de grande alcance para o estado e enchia de orgulho a população que rumava para o progresso e evolução social.¹²⁸

Gizinha nos dá uma noção bastante interessante do que se fazia enquanto lazer na capital potiguar. Podemos visualizar a praia e o esporte durante o dia, os bailes, os jogos e as reuniões familiares durante a noite. Temos uma idéia de que tipo de pessoas freqüentavam esses locais, se eram homens, mulheres, jovens ou crianças, etc. Através desses eventos observamos que a vida pública da cidade estava cada vez mais voltada para a diversão em coletividade, o que acreditamos também ser uma característica bastante marcante daqueles tempos.

Em muitos momentos do livro, Antônio de Souza se refere à Natal como uma cidade “provinciana” e “pequena”. Sabemos que durante esse período Natal estava recebendo muitos migrantes, que sua estrutura urbana estava crescendo mais ou menos planejada e que podíamos encontrar assim, pessoas de várias categorias sociais, contudo, em *Gizinha* as pessoas que foram descritas/vistas na cidade eram aquelas economicamente privilegiadas. Assim, quando o autor diz que “em terra pequena todos mais ou menos se conhecem”, entendemos que os bailes, os clubes e os salões de jogos em questão eram freqüentados principalmente por essas pessoas.¹²⁹

A praia, o mar, o esporte e a saúde eram elementos que se encontravam num movimento de exaltação do novo. Analisemos esta descrição dos banhos de mar:

Julinho, como outros rapazes desportistas, tinha o hábito de ir, desde o começo do verão, no primeiro bonde da manhã, aos banhos de mar de Areia Preta [...] A hora em que os dois rapazes [Julinho e o amigo Castro] chegaram à praia não era a do banho elegante. Só alguns freqüentadores, vindos da cidade, gozavam ali a frescura matinal do oceano. Eram os isolados, retraídos pela doença ou pelo medo, procurando os pontos mais distantes [...] No banho da moda o aspecto é diverso. A freqüência é numerosa e compacta, e talvez por isso as coragens aparecem e as proezas se multiplicam [...] Os vários grupos de banhistas dos dois sexos concentram o melhor da atenção em evitar que uma onda súbita os arremesse uns sobre os outros [...] Os vestuários, ao contrário do que se poderia esperar, não são todos harmonizados com o desnudamento da moda; ainda pesadas roupas de beata espessa, embora molhadas, não desvendam com prodigalidade de

¹²⁷ SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte*, p. 66.

¹²⁸ SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragments do passado*, p. 94.

¹²⁹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 50.

maillots os encantos de plásticas misteriosas [...] e não são raros os que, nadando ou saltando, encham uma boa hora de recreio molhado, do qual resulta, além dos efeitos terapêuticos e... dos progressos ternos, um descompassado apetite de tubarões famélicos.¹³⁰

A descrição nos mostra uma bela noção do quão marcante foi a chegada da valorização da saúde/higiene nos anos 1920, em Natal. Os esportes, não apenas indicariam uma transformação dos padrões de beleza, o que traria a valorização crescente do culto ao corpo, como também indicariam à busca pelo ideal de saúde presente nos discursos sanitaristas da época. Nesse ínterim, os banhos de mar, além de serem uma alternativa cada vez mais popular de lazer, significava um meio para se alcançar os níveis de saúde. O mar era uma terapia antes de mais nada e, como podemos notar, a moda das menores roupas de banho ainda não eram bem aceitas em Natal, pelo menos é a idéia que se tem ao lermos as últimas linhas do trecho, quando o autor deixa bem claro que tanto homens quanto mulheres freqüentavam as praias da cidade. E aqui percebemos que à mulher as opções de lazer fora de casa se faziam crescentes.

Contrapondo o relato de Antônio de Souza, vemos que as praias do litoral natalense de forma cada vez maior era freqüentada como espaço de lazer e não apenas como lugar de cura. Segundo Jamilson Soares, a construção da Avenida Atlântica permitiria o acesso fácil à orla marítima, da qual Areia Preta era a mais procurada. Havia a hora do “banho-elegante”, após às 10 horas da manhã, quando as moças já podiam ser vistas nesses locais. As moças já procuravam usar trajes de banho como maiôs e os rapazes aproveitavam para discutir futebol e mostrar seus dotes físicos em exhibições a nado e corridas na areia.¹³¹

Tivemos a oportunidade de entrar em um dos bailes da cidade ao ler *Gizinha*, acompanhando como se compravam os trajes para os bailes (por encomenda à lojas de Recife ou Rio de Janeiro e ainda nas lojas da cidade), de que maneira se davam os preparativos, com *frenesi* causado pela chegada das novidades da moda, das luzes e dos idéias de cosmopolitismo para uma cidade considerada “pequena” ou “provinciana”. Tivemos ainda a oportunidade de saber que tipos de bailes eram os “bailes políticos”, quais músicas lá se tocavam, que danças chamavam a atenção dos jovens, o que se comia, em fim, pudemos entender como se davam algumas das noites mais prestigiadas daqueles anos.

Apresentamos um baile político. Um baile para o qual só iam famílias convidadas, realizado no *Natal Clube* ou no *Palácio*:

¹³⁰ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 95-98.

¹³¹ SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragmentos do passado*, p. 152-153.

Não era um baile oferecido pelo governo, mas promovido por amigos deste em homenagem a outros amigos [...] Os salões do palácio ornamentavam-se com profusão luxuosa, e até nas horas de expediente toda a casa estava cheia do ruído alegre dos operários, comandados pelo mordomo, encerando soalhos, pregando safenas, substituindo cortinas e reposteiros, mudando móveis, instalando fios para duplicar a iluminação, já habitualmente deslumbrante [...] As lojas de fazendas não paravam de retalhar, nem as modistas de coser o que havia de melhor, se não na finura dos tecidos, pelo menos na grossura dos preços.¹³²

Já vimos que se dançava valsas, tangos, machiches e *fox-trots* ao som de uma orquestra. Esses bailes eram freqüentados por famílias, por ~~jovens rapazes~~ e moças da sociedade natalense. Só não eram freqüentados por crianças. Eram um ponto de encontro em que as novas roupas e danças chamavam a atenção principal. Nesses bailes os jovens rapazes e as ~~jovens moças~~ se conheciam, namoravam e noivavam, de acordo com os padrões de casamento da época.

Em Natal, nos anos 1920 podia-se encontrar ainda espaços de lazer como:

[...] a balaústra da Avenida Atlântica, a Praça Augusto Severo com seus jardins, os cafés [como o “Magestic” e o “Cova da Onça”], os cinemas, o footing na Avenida Tavares de Lira e a “Rotissere Natal”, uma das atrações das tardes da capital, ambiente propício para os flerts da juventude e onde se comentavam as últimas novidades e os namoros da cidade.¹³³

Outra diversão da noite de Natal eram as casas de jogos, ainda não proibidos, contudo, os jogos já aí não eram bem vistos pela sociedade “honesta”. E definitivamente, os lugares destinados aos jogos de então, não eram lugar de mulher, afinal, em nenhum momento, o autor se quer menciona a presença de uma delas nesses locais. As mulheres saíam à noite, ao menos as mulheres da elite, é o que nos faz entender Antônio de Souza, além de para os bailes, apenas para visitas a casas de família. Afinal, a modernidade traria uma nova imagem de mulher, contudo uma mulher cuja a vida devia inda estar direcionada para a formação dos lares, para o casamento.

Sobre a viagem do que hoje denominaríamos como “lua-de-mel” de Adalgiza e Julinho, comentou-se no romance: “Nenhum dos dois conhecia o sertão, nem parecia inclinado [sic] ao bucolismo, mas havia a novidade, as informações entusiásticas dos amigos

¹³² FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 56-57.

¹³³ SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragments do passado*, p. 152.

que passaram invernos em fazendas [...] e, sobretudo, havia o automóvel”¹³⁴. Na viagem, acompanhamos uma descrição de exaltação das coisas da natureza e da terra noroeste-riograndense e passeamos pelas estradas que ligavam Natal à Serra Caiada, passando por Macaíba, caminho que foi descrito através da beleza de suas serras e rios (Serra de Joana Gomes, de olho D’água, Salgado, Vermelha, Santa Rosa, São Pedro e Serra Preta, além das água do Potengi).¹³⁵

A exaltação da viabilidade crescente das estradas inter-estaduais em *Gizinha* pode ter sido apenas uma maneira de Antônio de Souza propagandear ou exagerar os feitos dos governos envolvidos com a propaganda do moderno na cidade de Natal, entretanto, é importante destacarmos nesse discurso que estar em sintonia com o progresso, dizia respeito, além da presença dos automóveis na cidade, ao encurtamento dos caminhos pelo Brasil a fora. Além disso, encontramos uma exaltação do rural no livro. Extensas descrições admiradas do sertão parecem enaltecer um espaço que estava sendo desprezado paulatinamente em detrimento da zona urbana. As cidades estavam então em crescimento intenso, sempre ligado à deteriorização dos costumes, assim como o campo representava o apego à tradição.

É nessa viagem que temos a apresentação de outras pessoas que não do círculo privilegiado de Julinho e Adalgiza. São os moradores dos sítios e fazendas, sempre descritos com uma grande valorização. São os sertanejos que aparecem em *Gizinha* mais ou menos idealizados, sempre humildes e de “bom coração”. Nesse ínterim, ao longo do texto, os únicos que não eram da elite ou eram criados ou empregados das famílias (empregadas domésticas, garçons, motoristas, etc.), mas em nenhum momento se tentou descreve-los além das suas funções de servilismo.

Interessante notar que Antonio de Souza mostra Julinho e Adalgiza como pessoas que se surpreendem com a zona rural, como verdadeiros cidadãos, às vezes, se relacionando com essa área com desprezo, outras com admiração. Uma descrição dos sertanejos:

-Estes campônios são ignorantes [...] mas também são trabalhadores úteis e modestos, mais dignos de atenção e até que os tratantes diplomados e os civilizados aduladores e maldizentes. Eles, afinal, é que são o povo, tantas vezes lisonjeado e enalticido nos discursos dos políticos e nos artigos dos jornais, quantas esquecido e desdenhado nos encontros e contatos da vida de cada dia.¹³⁶

¹³⁴ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 109-110.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 117-118.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 128.

Nesse instante do texto, que mais se assemelha a um discurso político, percebemos um enaltecimento do sertanejo ou antes do espaço rural como para mostrar que esses homens com seus hábitos rústicos, representando o que de mais tradicional se tinha, são responsáveis por uma maior “integridade” ou “honestidade” e que, a “frivolidade” dos costumes da cidade é em muito causadora da degradação social.

É como se o campo mostrasse um pouco do tempo antigo, um tempo que é percebido em várias passagens do texto, mesmo que não se tratem especificamente da valorização do rural. “Bons tempos, em que uma filha ata e desata um negócio dessa ordem, sem a mãe saber nem aconselhar.” Indignava-se o pai de Adalgiza a sua mãe, quando soubera que a moça havia desatado o namoro anterior, indignação que seria respondida pela mãe assim: “Você é do tempo antigo.” Um pouco mais adiante no texto, Julinho justificava as atitudes da moça com a expressão: “Coitada! Hoje são todas assim.” Já quando, em certo momento se comenta sobre a importância do amor para aquele momento, Castro, um amigo de Julinho, afirmaria: “Para mim, que sou do tempo antigo, esse capítulo [o amor] é fundamental”¹³⁷. E assim, o texto segue mostrando uma série de comentários que entrecruzam o passado com o presente, num movimento que nos mostra como os modernos do início do século XX, em Natal, se deparavam com uma intrigante sensação de transitoriedade, sensação que faria o autor defender que “as gerações são como os dias: sucedem-se, mas raramente se parecem.”¹³⁸

2.4 Amor e casamento em *Gizinha*

Gizinha nos revela como se percebiam idéias de amor e de casamento nos anos 1920 em Natal, o que nos ajuda a compreender como a família burguesa estava se formando na cidade, como as camadas privilegiadas da sociedade recebiam as práticas da realização de casamentos não mais apenas pelo desejo dos patriarcas, mas através da livre escolha dos cônjuges, que buscavam gradativamente as uniões matrimoniais a partir do amor, o “amor romântico”. Podemos também analisar o jogo de poder entre o homem e a mulher dentro de casa e, principalmente, e como se buscava valorizar a instituição matrimonial enquanto sustentáculo da sociedade.

¹³⁷ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*. p. 18, 37, 51.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 102.

Acreditamos que uma das principais características da modernidade foi a liberdade de escolha dos cônjuges, tanto para as mulheres quanto para os homens. Contudo, essa questão é relativamente contraditória em *Gizinha*, pois apesar da vontade de Adalgiza de casar-se com um pretendente por ela escolhido e da noção de que a vontade da moça estava sendo cumprida, ainda era dos seus pais e mais especificamente do seu pai, a permissão final para a realização do casamento. Pois para “um negócio dessa ordem”, pensava o pai na ocasião, ele deveria ter “voz ativa”. Por outro lado, Julinho também poderia escolher com quem queria se casar, mesmo com os protestos dos amigos e da mãe, que acreditavam ser Adalgiza uma moça não muito honesta, devido ao namoro anterior e também às suas roupas e o jeito com que dançava nos bailes.¹³⁹

Não obstante por essa época, a realização do casamento por amor estar cada vez mais em ascensão, *Gizinha* se afasta dessa percepção, pois aqui o casamento parece ser tratado como um negócio ainda, contudo a opção da “escolha do partido”, passava sobretudo pela vontade da noiva e não mais pela escolha do pai. Entendemos que, para esse casamento, então, não tanto importava o amor, mas sim a estabilidade da financeira e de posição da família. Realidade ou idealização, o que importa é que o exemplo de um casamento moderno passava antes pela manutenção dos bens materiais do que pelas aventuras românticas que a modernidade parecia estimular.

Os pais de Adalgiza têm um casamento que representa bem esse modelo de união voltado para a manutenção da instituição familiar e de valorização do meio social em detrimento do amor entre os cônjuges. A esposa não ama o marido, mas procura manter o casamento através das aparências, das prendas domésticas e dos cuidados para com ele e os filhos; enquanto que o marido, que este sim, segundo Antônio de Souza a ama, apenas suporta essa situação de não ser correspondido pela esposa, pois sabe que ela nunca faria nada que desonrasse a imagem da família.

Conquanto as índoles fossem inteiramente opostas, ou talvez por isto mesmo, tinham vivido sempre em aparente harmonia, bastante pelo menos para não despertar reparos dos filhos, nem maledicências da vizinhança. Mas, esta harmonia, de que Azevedo fora sem dúvida o principal fator, consistia essencialmente na preponderância da vontade, dos desejos e dos gastos da esposa em tudo quanto entendia, não só com o arranjo da casa, o que seria natural, mas com a educação dos filhos, as relações sociais, as viagens, as temporadas de praia, tudo em suma, excetuando apenas o comércio, do que viviam com certa abastança, e do qual só interessava a ela os lucros apurados [...] Assim o casal era indicado modelo de união, e

¹³⁹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 18, 27, 45.

compensando as suas contínuas vitórias, também Regina dava ao marido mil pequeninas satisfações de vaidade, pela sua elegância pessoal, pelo seu gosto apurado, pelo arranjo artístico do lar – e pela sua lealdade nunca suspeitada.¹⁴⁰

Nesse discurso, vemos que os lugares do homem e da mulher estavam então definidos na família. E esse casamento, apesar da falta de amor recíproco, portanto, do ideal de amor romântico que crescia na época, se mantinha em harmonia devido a consciência da especificidade de funções dos cônjuges. A mãe de Adalgiza tinha o seu lugar ao mandar no arranjo da casa, afinal, coisa “natural” para as esposas, no ideal moderno, enquanto o pai cuidava do comércio, ou seja, das atividades fora do lar. Entretanto, observamos uma espécie de entrelaçamento entre o lugar das decisões do homem e da mulher em *Gizinha*, pois D. Regina decidia também sobre “a educação dos filhos, as relações sociais, as viagens, as temporadas de praia”; o que representa o discurso de que a mulher alcançava outros patamares dentro do casamento que não apenas ligados às atividades domésticas, mesmo estas sendo valorizadas como específicas para a mulher.

Num momento em que a instituição do casamento exercia uma grande influência na vida das pessoas, sendo ligado especialmente à organização da sociedade e recebendo o *status* de orientador da honra da nação, o livro lança um sutil questionamento a respeito da estabilidade dos casamentos modernos. Julinho, por um lado, desconfiava da honra de sua noiva e pensava seriamente se devia ou não prosseguir com o noivado, enquanto ela acomodava-se com a idéia de que Julinho seria um “bom partido” e nesse ínterim, o casamento se realiza trazendo um discurso de fragilidade freqüente. Afinal, o casal não consegue se entender desde os primeiros momentos de comunhão, vivendo em constante estado de “resignas domésticas”. É como se o tempo inteiro, Antônio de Souza questionasse, se não a validação, mas pelo menos os modos como se davam os casamentos no início do século XX na capital potiguar.

O amor aparece num movimento de transformação. Enquanto alguns personagens exaltam a importância do amor para o matrimônio, afirmando-o como um guia das intenções das moças da época, outros, como as duas amigas vistas na trama, são protagonistas de diálogos que valorizam a idéia de que o importante não é amar o marido, mas obter um casamento que lhes dêem estabilidade financeira.

Ao pedir conselhos a um amigo – Queiroz, sobre se devia aceitar ou não o pedido de casamento feito para a sua filha, Azevedo obtém a seguinte resposta:

¹⁴⁰ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p.19, 22.

- Homem, isto assim... eu não acho uma coisa nem outra. Mas, afinal como você tem de dar uma solução, e não vemos motivo bastante para a recusa, parece que pode aceitar, desde que a opinião do lado feminino faz descer o prato da balança em favor dele. Em todo o caso, o que eu primeiro faria era verificar até que ponto vai o interesse da moça, isto é, se ela o ama, como se diz nos romances, ou se não fará grande questão de esperar, ou até mudar. - Quanto a isso o observa Azevedo, pessimista por excelência – o gênio dela, que é o da mãe com menos idade, o tal do amor não há de ser uma coisa por aí além. - Não será tanto assim – diz Queiroz gravemente. – Para mim, que sou do tempo antigo, esse capítulo é fundamental. E no coração de muitas delas, com as cabecinhas de vento e os vestidinhos pelos joelhos, ainda isso tem muito peso.¹⁴¹

Nesse diálogo, podemos perceber o quão polêmico era se pensar o amor enquanto “requisito” para o casamento. Enquanto o pai acredita que para as moças da época, o amor não é importante para a realização do casamento, o seu amigo Queiroz acredita que isso não é verdade. Mas, este é do “tempo antigo”, ou seja, acreditar no amor era coisa do tempo antigo, não daquele tempo “moderno”. Mas, de uma maneira bem contraditória, o amor aparece como “ainda” sendo importante para as “pobres cabecinhas de vento”. Então o casamento por amor foi explicado em *Gizinha* como um valor do passado e não como uma característica daquele presente, do qual se tinha casamentos por interesse, contudo, por parte, principalmente das moças em arranjar um “bom partido” e não por parte dos pais.

Sabemos que os romances exerceram uma grande influência no mundo ocidental, especialmente em se tratando da inserção dos ideais de amor, como Antônio de Souza revela quando diz que é necessário “verificar até que ponto vai o interesse da moça, isto é, se ela o ama, como se diz nos romances”. Os romances influenciaram para a assimilação daquilo que Mônica Schpun descreve como a “descoberta do amor”, ou uma super-valorização deste, na medida em que “é visto [...] como um sentimento inerente à alma feminina e como condição *sine qua non* para a felicidade pessoal de uma mulher: sacrificar seu ‘amor’, seja qual for o motivo, causa[va] uma profunda infelicidade.”¹⁴²

Para Albuquerque Junior, a relação amor-casamento, nas primeiras décadas do século XX, também designaria uma postura de que o moderno era ser romântico. Ou seja, a geração que representa essa modernidade estaria cada vez mais inclinada à direcionar suas relações conjugais através da escolha recíproca dos cônjuges que deviam se amar. O par romântico era “um par formado pela vontade igualitária dos dois, pela inclinação romântica de ambos, um pelo outro”, diferente do período em que imaginamos de patriarcal, no qual o

¹⁴¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p.51-52.

¹⁴² SCHPUN, Mônica Raísa. *O Amor na Literatura*, p. 195.

casamento seria “feito seguindo motivações de interesse econômico, político e étnico, em que a escolha do futuro marido ou mesmo da futura esposa dos filhos era feita pelos patriarcas.”¹⁴³

Contudo, interpretamos que mesmo os “pares românticos” da alta sociedade natalense não estavam dispostos a se encontrar entre classes diferentes, o que bem se demonstra em *Gizinha*, no momento em que podemos interpretar a decisão de Adalgiza de casar com o “bom partido” Julinho, de família respeitada na cidade, ao invés de investir no romance com o Roberto Lima, que tinha uma origem mais ou menos duvidosa. As mocinhas modernas, no discurso de Antônio de Souza, com suas “cabecinhas de vento”, estariam desvalorizando o amor em busca da estabilidade financeira ou será que, antes disso, o livro imprime uma reação às práticas de buscar o amor-romântico, como uma espécie de lição a ser aprendida pelas possíveis leitoras de *Gizinha*? O amor era cada vez mais ligado às imagens das mulheres e estas, agora que podiam escolher seus cônjuges deviam ser orientadas à seguir o padrão de escolha de outrora. Talvez por isso, no romance, o amor romântico não seja sobreposto à objetividade da formação estável de uma família.

Albuquerque Júnior defende que dois fatores que possibilitaram as práticas de se casar por amor durante a Primeira República foram: a) a introdução do casamento civil, mudança legal e institucional da República, que imprimiu um modelo liberal burguês, fazendo o casamento deixar de ser apenas uma instituição sagrada nos moldes cristãos e que permitiu que os filhos passassem a ser herdeiros naturais de seus pais sem dependerem mais do poder discricionário destes e de seus testamentos; e b) a crescente condenação das uniões consanguíneas pelo discurso médico, que fazia da anterior endogamia uma prática crescentemente discriminada pelas gerações da modernidade, por constituírem uma ameaça à constituição de filhos eugênicos.¹⁴⁴

No nosso entender, revelador também é o fato de que Antônio de Souza, mesmo parecendo não incentivar as mocinhas a buscarem o amor, faz com que seu casamento com Julinho - racionalmente pensado -, se desestruturasse. Mas, aqui, podemos, antes de mais nada, perceber que o grande problema tenha sido, não a falta de amor, mas, a falta de entendimento entre os cônjuges, cada um buscando demonstrar mais poder, cada um com seu “orgulho”, buscando sobrepor seus desejos individuais ao outro, acrescentando-se a isso, o ciúme do marido diante da reaproximação do ex-namorado e a falta de filhos do casal e pronto, *Gizinha* traz um alerta para a sociedade da época de que a instituição familiar, representada pelo casamento estava em ruínas.

¹⁴³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 60-61.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 65, 66-67.

Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, estudando as mudanças no comportamento feminino ocorridas ao longo das primeiras décadas do século XX, no Brasil, analisa o casamento moderno e mostram que tanto o homem quanto a mulher viam no outro as causas do que parecia ser a falência dos casamentos. “As reclamações das mulheres estavam pontuadas de mágoa e revolta, as dos homens pareciam revelar desconfiança para com a ‘nova mulher’.” Enquanto os homens desconfiavam da honestidade das moças, que eram representadas como “cabecinhas fúteis” e “doidivanas”, que “serelepeavam nos asfaltos, inquietas e sirigaitas”, saindo de casa sozinhas e se “desarticulando nos regamboleios do tango e do maxixe”. As mulheres reclamavam que os homens estavam deixando de ser honrados devido aos seus vícios, “passando as noites nas casas de divertimentos livres, no jogo ou nos cafés, embrutecendo o espírito, aviltando a alma e arruinando o corpo pelas bebidas [...] ou cartas de pôquer.”¹⁴⁵

Interpretamos assim que o amor romântico era crescentemente enaltecido como símbolo de modernidade no Brasil e que em Natal, isso não era diferente. A crescente valorização do casamento por amor, ao mesmo tempo que representava a quebra das práticas de arranjos matrimoniais pelos costumes patriarcais, revelava que a sociedade estava passando (ou sentia que estava passando) por uma transformação de costumes que modificaria os modelos de famílias reverenciados pela sociedade mais tradicional. Um modelo de casamento/ família que iria ser criticado, muitas vezes, por demonstrar a quebra dos costumes patriarcais e por horizontalizar os papéis do homem e da mulher dentro de casa.

¹⁴⁵ MALUF, M., MOTT, M. L. *Recônditos do Mundo Feminino*, p. 372-373.

3 QUESTÕES DE GÊNERO NA FAMÍLIA DA NATAL DA MODERNIDADE

A família em *Gizinha* foi apresentada por Antônio de Souza como um exemplo de uma família moderna. Uma família que significava a quebra de padrões que pareciam ter permanecido até fins do século XIX. As relações de poder entre o homem e a mulher se transformavam dentro e fora do lar e a mulher aparecia como santificada ou manipuladora, enquanto o homem parecia estar cada vez mais enfraquecido. A família se tornava o que chamamos hoje de família nuclear e esse modelo de família, trazido pelos valores modernos era encarado, então, como responsável por um desmantelamento da ordem social. Identificamos nesse discurso um saudosismo pelo patriarcado.

Entender o que chamamos aqui de patriarcado é imprescindível para desenvolver a idéia do que, por sua vez, seria uma família moderna ou nuclear, como nos apresenta as famílias em *Gizinha*. O termo patriarcalismo foi muito utilizado por intelectuais das primeiras décadas da República, como Gilberto Freyre e depois amplamente difundido entre os historiadores, como Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr. E Antônio Cândido¹⁴⁶. Assim, o termo família patriarcal designaria o modelo de família presente até o final do século XIX, enquanto o termo família burguesa, ou nuclear, designaria o modelo de família desenvolvido a partir do início do período republicano no Brasil.

Compreendemos que uma família patriarcal seria aquela cujo poder é identificado como estando por completo nas mãos do pai - o único responsável pelo sustento e comando da casa -, numa hierarquia que teria a esposa como submissa às vontades do patriarca. Por sua vez, uma família nuclear seria aquela cujo poder advém de todos os representantes da família, sendo que tanto marido quanto esposa detém a responsabilidade pelo sustento e comando do lar, demonstrando uma horizontalização na autoridade dos cônjuges.

De acordo com Albuquerque Júnior, estudando como se formou o discurso que identificou o homem nordestino como “uma figura de atributos masculinos”¹⁴⁷, o conceito de patriarcalismo seria uma invenção porque antes de configurar uma realidade social estática, remonta a uma idéia dos republicanos acerca de sua representação da geração anterior. A partir da Primeira República a família passava a ser vista com outros olhos, era representada com uma outra configuração, mesmo que essa configuração não abarcasse todos os âmbitos daquela sociedade, simbolizava pois, uma realidade social que se percebia, na República, em

¹⁴⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Derval Muniz. *Nordestino*, p. 135.

¹⁴⁷ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Derval. *Luis da Câmara Cascudo em As Batalhas Contra o Tempo: a biografia histórica de um erudito brasileiro (1898-1896)*. Projeto de Pesquisa. Natal: UFRN, 2004.

transformação, mutação. Não era apenas o modelo de família que mudava, mas sim, toda uma configuração social.¹⁴⁸

Dentre a série de mudanças advindas com a modernidade que em *Gizinha* se apresentam tão fortes, aquelas relacionadas às configurações do modelo de família, cuja transformação proporcionada pelas reivindicações dos direitos das mulheres seriam as que mais trariam medo à sociedade no tocante à manutenção da ordem e da idéia de pátria em ascensão. A família patriarcal havia significado para a mulher um lugar de submissão, diferente do que parecia ser a família moderna. Contudo, essa idéia se torna polêmica, pois, “patriarcal” muitas vezes é sinônimo de uma família da elite agrária, na qual o discurso é o de que a mulher não tinham voz, o que pode não ter acontecido em todos os casos, especialmente nas camadas populares urbanas.

Patriarcal seria então “a noção de família como parentela, rede de poder e dependência, redes de poder ligadas à escravidão, à prepotência senhorial e às tradições culturais ibéricas”¹⁴⁹. Nesse sentido, a relação de poder entre a mulher e o homem dentro dos lares apresenta-se como uma metáfora à reorganização da sociedade, diferentemente de qualquer noção simplista de que uma família moderna seria aquela cujo poder estava decididamente nas mãos da figura da esposa, como Antônio de Souza indica. Assim, o conceito de patriarcal, não está direcionado especificamente para o modelo de família ou a forma de relação entre os gêneros:

Ele tem a pretensão de descrever toda uma ordem social da qual o poder patriarcal e a família seriam os elementos nucleares. É um conceito pensado a partir do contraste [...] entre a ordem social prevalecente até o final do século XX, e da qual faziam parte também as relações escravistas de produção, a estrutura monárquica de governo, o predomínio dos valores rurais e católicos, seja em termos de sociabilidade, seja em termos de sensibilidade. O patriarcalismo incluiria uma forma hierárquica de relacionamento social entre as etnias, entre os grupos sociais e entre os gêneros [...] adoçada por relações paternalistas.¹⁵⁰

E contrastava com a sociedade moderna, cuja representação era a da família nuclear que se encontrava:

com a nova ordem social caracterizada pelas relações livres e progressivamente assalariadas de trabalho; pela forma republicana de “democrática” de organização política, sem deixar de ser autoritária; por

¹⁴⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 135-148.

¹⁴⁹ VAINFAS, Ronaldo apud *Ibid.*, p. 136.

¹⁵⁰ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Op. Cit.*, p. 139.

tendência [...] igualitárias ou horizontalizadoras de relação entre classes, etnias e gêneros; pelo declínio dos valores rurais e católicos, das formas de sociabilidade e sensibilidade identificadas com o campo, substituídas por formas mais em dia com o mundo moderno, urbano, cosmopolita; pelo conseqüente declínio das formas paternalistas e pessoalizadas de relacionamento substituídas por formas [...] individualistas, particularistas e utilitaristas de subjetividades.¹⁵¹

O modelo de família moderna apresentado por Antônio de Souza em *Gizinha* é aquele que não mais ligado a um modelo patriarcal. O retrato da família da cidade de Natal nos primeiros anos da República, nesse discurso, era de uma família formada, sobretudo, por comerciantes, que se tornava nuclear, na qual a voz da esposa também se fazia ouvir, às vezes, até mais do que a do marido e que por isso, acreditamos que significaria, na visão do autor, um declínio da instituição familiar. Eram famílias compostas por poucos integrantes: mãe, pai, filho e filha, na sua maioria, moradores do centro urbano, aburguesada, elitizada, que expunha a valorização dos costumes modernos em detrimento dos costumes tradicionais. É um discurso que traz as inquietações da sociedade moderna representadas por metáforas de gênero, na qual a mulher se tornava forte e o homem fraco.

3.1 Um homem moderno fraco

As conquistas da mulher, especialmente nos fins do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX foram responsáveis por grandes discussões quanto às funções da mulher na sociedade e é inegável que possibilitaram uma intensa visibilidade à participação desta tanto no mundo privado quanto no mundo público. Essas conquistas foram responsáveis também por aquilo que estudiosos, como Albuquerque Júnior e Margareth Rago, consideraram como o sentimento de que a sociedade estava em processo de “feminização”. De acordo com Rago, o que também podemos chamar de “feminização da cultura”, significa “a maneira pela qual temas, valores, questões, atitudes, comportamentos femininos foram incorporados na modernidade”, pela sociedade. O que seria uma marca do moderno no ocidente, atacada de maneira misógina como estratégia para assegurar a cristalização de uma sociedade pautada nos valores masculinos.¹⁵²

¹⁵¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 140.

¹⁵² RAGO, Margareth. *Feminizar é preciso: por uma cultura filógina*. São Paulo, v.15, n.3, p. 53-66, jul./set. 2001 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009&lng=pt&nrm=isso>, Acessado em 15 mar 2006.

Enxergamos na trama de Antônio de Souza a procura por essa valorização dos hábitos tradicionais que buscavam validar os costumes da sociedade patriarcal que parecia em queda aos olhos dos seus contemporâneos. Para Margareth Rago:

Muitas reações se fizeram sentir aos avanços femininos e às conquistas feministas, destacando-se a emergência dos debates sobre a divisão dos papéis sexuais, a preocupação com a definição dos códigos da feminilidade e masculinidade, os direitos e deveres das mulheres, o casamento e o adultério, o controle da prostituição, o perigo da homossexualidade e o próprio feminismo, ao longo do século passado [...] Ante a liberalização dos costumes, a diversificação da vida social e cultural, a emergência de novas práticas de lazer e de novos espaços de sociabilidade [...] onde mulheres e homens passavam a desfrutar de um convívio mais intenso, desde o início do século XX, inúmeras vozes levantaram-se amedrontadas, apontando para a “dissolução dos costumes” e para o que supunham ser uma forma de desagregação social. Os debates sobre a definição das esferas sexuais, a ameaça de perda de virilidade da civilização, o avanço dos valores femininos na cultura acirraram as controvérsias entre os teóricos da Modernidade, desde meados do século XIX.¹⁵³

Críticas a essa feminização da cultura poderiam já ser sentidas desde o século XIX, e no Brasil, principalmente a partir da instalação da República, do início da industrialização, da imigração européia maciça e da modernização das cidades, a maioria dos intelectuais e das autoridades públicas reagiu muito mais negativamente às transformações que desestabilizavam as relações entre mulher e homem, acreditando que a desestabilização das antigas fronteiras de gênero destruiria a antiga organização familiar e as definições tanto da feminilidade quanto da masculinidade. Muitos reagiam inquietos à emergência das reivindicações feministas, à modernização dos costumes, ao surgimento de novas formas de sociabilidade, ao crescimento das práticas de lazer, dos passeios nas ruas aos novos ritmos musicais e às novidades da moda.¹⁵⁴

O homem moderno estaria se tornando fraco. É o que deixava transpor autores como Antônio de Souza; notamos que dentre os perfis apresentados em *Gizinha*, os personagens do pai de Adalgiza e de Julinho, são descritos como representantes dessa imagem de homem moderno enfraquecido, desvirilizado pela crescente penetração do feminino na sociedade. O primeiro um “chefe” de uma família moderna e o segundo um exemplo típico dos novos rapazes “almofadinhas”. Nesse discurso os homens modernos eram “frouxos” e estavam dismantando a sociedade com sua fraqueza.

¹⁵³ RAGO, Margareth. *Feminizar é preciso*, p. 61.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 63.

Esse sentimento de decadência dos costumes tradicionais, de “desvirilização da sociedade” se deu na pela implantação da República e pela Abolição da escravidão, que despertaram nos membros da elite brasileira um sentimento de que a ordem, a autoridade e a hierarquia social estavam sendo ameaçadas. Surgia a impressão de que a sociedade estava sendo nivelada, que as hierarquias sociais de classe, raça e de gênero estavam sendo destruídas. Essa imagem era percebida pela idéia de enfraquecimento da figura do pai na sociedade. Era o sistema de patriarcado que estava sendo extirpado:¹⁵⁵

Esses discursos masculinos falam, com temor, de um alastramento do feminino pela sociedade, trazido pela supressão das fronteiras entre as etnias e raças, conseqüentemente à Abolição; pelo progressivo acesso ao mundo da política de parcelas da sociedade, antes excluídas, com o advento da República; pela necessária ampliação do espaço social, para a inclusão de novos grupos sociais que emergiam com maior fluência e poder, como: os comerciantes, os industriais, os operários, a classe média, surgidos todos com o processo de urbanização e industrialização, vistos como agentes principais neste processo de desvirilização da sociedade, trazido pela perda progressiva dos valores, sociabilidades e sensibilidades descritas como patriarcais. O mundo dos patriarcas estava em ruína; um mundo feminino parecia se avizinhar. Como evitar que isso viesse a ocorrer parece ser a preocupação dos intelectuais representantes das elites.¹⁵⁶

Dessa maneira, os discursos do começo do século XX descreviam uma sociedade que passava por várias transformações que teriam como fim a quebra das hierarquias antes tão bem definidas e que agora trazia uma horizontalização das suas relações, além da feminização da sociedade; pois deixava de ser dirigida pelo “poder discricionário do macho”, dando lugar a uma sociedade “caracterizada por relações mais flexíveis [...] mais delicadas [...] onde o feminino ameaçava tomar conta de todos os lugares antes reservados ao masculino.”¹⁵⁷

E para mostrar que “o mundo dos patriarcas estava em ruína” mesmo é que Antônio de Souza escreve *Gizinha*. Com um tom quase caricatural é que a novas mulheres e os novos homens são apresentados. Elas fúteis e poderosas na sua nuance de manipuladoras e eles enfraquecidos. Os papéis dentro da família, especialmente no que se refere aos poderes do marido e da esposa estão mudando, é o que revela o texto.

Com relação ao pai de Adalgiza, a característica que mais o identifica como fraco é a sua incapacidade de gerir os problemas da casa sem a manipulação da esposa. É uma nova situação, na qual as mulheres aparecem gerindo não apenas o interior dos lares, mas também

¹⁵⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 31-85.

¹⁵⁶ *Ibid.*, p. 33.

¹⁵⁷ *Ibid.*, p. 81.

adentram o campo da vida pública. Notamos isso logo no início do texto, quando o pai de Adalgiza recebe o pedido de casamento da filha e consulta a mãe sobre como deve se portar. A mãe de Adalgiza, D. Regina é assim descrita:

Esta, inteligente e sagaz, como em geral são todas naquilo que as interessa, desde os primeiros tempos de casada compreendeu as variadas vantagens do sistema e, assim, com repetidas demonstrações de modéstia e de consideração pelo marido, toda vez que havia debate sobre uma despesa a fazer, qualquer obrigação social a cumprir, uma relação a travar, ela, depois de manter congruentemente a sua opinião, ou teimar com proporção e medida, calava-se, como se reconhecesse as razões do outro, não se mostrava de modo algum ressentida e mudava de assunto ou reiterava-se, conforme a luta fora menos ou mais acesa. Estava, porém, certa de que o seu desejo seria satisfeito ou a sua opinião preponderante.¹⁵⁸

A família moderna, nesse ínterim, se caracterizava pela influência, mesmo que disfarçada, do poder da mulher. É ela quem dá as ordens agora. Esse trecho ilustra como a participação da mulher dentro de casa estava se transformando. A opinião de D. Regina não era apenas uma opinião a ser considerada pelo marido, era a opinião decisiva, mesmo que escamoteada pela necessidade do pai de ter a “última palavra”, que, generosamente, parece cedida pela mulher, como uma prova de humildade e de que ela entende a “mentalidade” do homem, usando de artifícios quase que escusos para conseguir o que quer. Afinal, apesar de ainda ter a palavra final, o marido agora, também se subordinava aos interesses da esposa. Ou seja, o pai, antes único juiz do tribunal com que se metaforizava a instituição familiar perdia força, pelo menos nesses discursos nos quais se percebia essa dimensão de “feminização da sociedade”. A modernidade trazia a idéia de que a partir dali “o governo era da mãe, porque dela se obtinha o levantamento das proibições, ou a relevação de penas porventura impostas pela virtual jurisdição paterna.”¹⁵⁹

O pai de Adalgiza recebe do autor diversos adjetivos depreciativos, que o classificam como um homem cujo poder estava sendo perdido. Azevedo é “mole e pávido”, sem “força”, “mofino”, um homem que “faz todos os gostos” da esposa e da filha. O “pobre Azevedo”, que por “inabilidade” ou “incapacidade” não conseguia “afinar” o casamento, mantendo-o apenas pela aparência, sustentado por um “amor inexperto e rude, mas fiel e humilde.”¹⁶⁰

¹⁵⁸ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 20-21.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 23.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 23, 45, 49, 55, 104 – 105.

Julinho, o noivo, por sua parte também era fraco por vários motivos. Mencionamos que rapaz dedicava-se ao extremo às atividades físicas. É uma representação da valorização dos esportes e do culto ao corpo vista nos tempos modernos, que em detrimento das atividades intelectuais, traz a representação de que os rapazes tornavam-se menos inteligentes, menos estudiosos e dessa maneira frágeis de serem enganados. Talvez por isso (ou pelo seu amor) Julinho casou-se com uma moça de honra suspeita. As vozes de alguns de seus amigos e de sua mãe demonstraram que essa era uma escolha errada. Mas, Julinho não os ouviu e isso o levou a realizar um casamento que desde o início tendeu a fracassar.

Os estudos, apesar de exaltados por Antônio de Souza, quando este descrevia Julinho como um rapaz que não se importava com o seu desenvolvimento intelectual, mas apenas com os esportes, eram vistos como “desvirilizadores”. Na “era dos bacharéis anti-patriarcais”, na qual se buscava cada vez mais esquecer o Império e ligar-se ao moderno representado pelos ideais de civilização do exterior, na qual a decadência de setores tradicionais da economia trazia a percepção de que a educação no Brasil não se fazia a par com os avanços técnicos e científicos, os rapazes, agora estudando especialmente em escolas técnicas americanas, afastavam-se da vida rural e abraçavam a vida urbana. Era um momento em que “o bacharel substituía o coronel na administração pública”.¹⁶¹

O bacharelismo era mais uma forma de desvirilização. Homem que era homem, na sociedade do tempo dos patriarcas rurais, não gostava de livros, apreciava era ‘uma boa pinga, um bom cavalo, uma boa briga de galo e uma boa mulata’ [...] Como uma mulher, o intelectual era sempre visto como um ser frágil e atrapalhado com as coisas mais viris, arredio, vivendo dentro de seu escritório, gabinete ou quarto.¹⁶²

Assim, ao lado das atividades esportivas e dos cuidados com o corpo que Julinho tanto prezava estava o interesse crescente dos jovens pelo desenvolvimento intelectual, apesar de, nesse campo, Julinho não ter uma boa representação aos olhos de Antônio de Souza, que ao contrário, menospreza o interesse demasiado do jovem pelo seu corpo ao invés da mente.

O amor em *Gizinha* parece “contaminar” apenas aos homens, apesar de ser um sentimento tipicamente feminino aos olhos de muitos dos estudiosos dos anos 1920. O amor do pai de Adalgiza por sua esposa o mantinha “preso” ao casamento, da mesma forma, o amor de Julinho pela moça não o deixava romper o noivado.

¹⁶¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 52-56.

¹⁶² *Ibid.*, p. 56.

O amor enfraquecia o homem porque desordenava a sua racionalidade, porque o deixava mais sentimental, mais perto daquilo que era feminino, portanto. Num período em que o amor era cada vez mais valorizado e em que as escolhas para o casamento não estariam mais necessariamente ligadas às ordens dos pais, tanto das moças quanto dos rapazes, a suposta liberdade de escolha, significava também a liberdade de amar. Enquanto os discursos mostravam que a mulher seria feita para o amor, para o sentimento, para a emoção, o homem, sempre fora ligado às questões racionais e objetivas. Com a modernidade, entretanto, com a emergência do casamento romântico, tanto o homem parecia estar atingindo o sentimentalismo feminino, quanto a mulher o racionalismo masculino. Era um momento em que parecia reinar a confusão e em que as fronteiras não estavam mais bem delimitadas, com o feminino invadindo espaços antes definidos como masculinos e, em alguns aspectos, masculinizando-se. Por outro lado, o masculino estaria em crise, observando-se uma feminização de vários aspectos da sociedade.¹⁶³

Dessa maneira, percebemos, tanto no amor de Azevedo por D. Regina quanto no amor de Julinho por Adalgiza, uma relação de que a força do homem estava sendo posta em prova, que esses dois personagens estavam enfraquecidos pelo sentimento, feminilizando-se, enquanto sua sociedade nivelava-se, enquanto o homem e a mulher buscavam exercer maior poder um diante do outro. Não era só os novos homens que eram fracos, era sociedade que se instituíam com o advento dos valores republicanos e modernos.

No casamento de Julinho e Adalgiza, os constantes problemas domésticos acarretados pela “fraqueza” de Julinho e pelo “orgulho” de Adalgiza, fizeram-no buscar na rua, nas casas de jogos - validados por dinheiro emprestado do comércio do sogro ou do pai - uma espécie de “válvula de escape”, na medida em que se tornava dependente do jogo, que o fazia perder muito dinheiro e respeito de todos à sua volta. Acrescente-se a isso, o seu ciúme doentio pela esposa e a sua inabilidade em entender as necessidades e “controlar” o gênio desta e pronto, Antônio de Souza traçou um retrato de um jovem moderno, de família abastada, que não tinha responsabilidades com o trabalho e fraco, com uma honra duvidosa.

Mas, os desvios da honra masculina relativos ao jogo têm uma explicação do autor não apenas ligando-os à fraqueza do indivíduo, mas sobretudo, ao tempo em que viviam, à busca desenfreada pelos lucros num movimento de também consequência às crises da Primeira Guerra:

¹⁶³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 70-71.

Sem dúvida, com a sua absoluta indiferença pelo direito, o desprezo pela propriedade e pela honra dos indivíduos, o predomínio exclusivo da força bruta, que não escolhe meios e tanto destrói uma cabana como uma catedral, a ausência de escrúpulos dos milhares de “aproveitadores” de toda sorte – na política, no comércio, na finança e até na caridade –, a guerra agravou o desequilíbrio; mas este já se evidenciava antes dela no relaxamento dos costumes, no desprestígio da autoridade, no enfraquecimento do celebrado freio religioso, que nunca outro substituiu. Nas grandes cidades, e por sugestão e imitação nas pequenas como Natal, a gana de aparecer e de gozar, de arranjar dinheiro seja por que meio for, e de gastá-lo com elegante desprezo pelo dia seguinte, recrudesciu desmesuradamente nos dez anos posteriores à formidável crise, e daí, nesses meios exíguos, onde os vastos negócios e as vastas ousadias são impossíveis, as complicadas “agências” como as de Roberto Lima, a insânia do jogo, ou o servilismo político à coca de comissões, de gratificações, de proventos vários em que outros obstinadamente se enlameiam.¹⁶⁴

O jogo era um sinal da ganância dos novos tempos, nos quais o lucro capitalista, validado pelos hábitos de uma burguesia crescente, fazia dos homens seres menos escrupulosos e mesquinhos. Mais do que isso representava, para homens como Antônio de Souza, a derrocada dos valores da sociedade, que agora, com o advento da urbanização, parecia estar ligada ao que identificamos como vícios.

Os costumes perdiam sua profundidade, sua seriedade, para adquirirem ares de superficialidade e uma temporalidade marcada pelo passageiro, pelo efêmero. Mesmo os chamados “maus costumes” da sociedade patriarcal tinham características que refletiam nosso próprio modo de ser, nossa “índole”, que agora se perdia com a importação dos “maus costumes” exóticos.¹⁶⁵

Esses “maus costumes” modernos seriam: a prostituição que se modificava (ao invés das meninas pobres da zona rural, as prostitutas brancas e estrangeiras) e as “epidemias” do suicídio, da tuberculose, da sífilis, da malária, do anarquismo e do alcoolismo e do jogo; além, ainda, do crescimento da criminalidade, que mostrava a urbanização como causa principal. Esses maus costumes, aliados ao desprezo pela culinária e pela cultura popular faziam então parte do discurso tradicionalista, que visava ordenar a modernização.¹⁶⁶

Nas discussões a respeito das trocas de poder entre os gêneros dentro do lar percebemos que os modelos de família nunca foram gerais ao longo da história. De acordo com os segmentos das sociedades e das configurações familiares, tanto a mulher quanto o homem podiam exercer a função de principal provedor ou provedora da casa, o que, com

¹⁶⁴ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 180-181.

¹⁶⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *Nordestino*, p. 111.

¹⁶⁶ *Ibid.*, p. 111-123.

certeza, estabelecia quem mandava ou não. O que acontecia agora é que nos segmentos da burguesia em ascensão, cuja figura do patriarca tão representado pelas gerações anteriores ainda recebiam uma grande influência, a participação da mulher gerava um desconforto muito forte, pois nesses segmentos mais abastados da sociedade, o poder do pai era visto como o principal. E se o homem não retomasse as “rédeas da situação”, a mulher dominaria todas as esferas da sociedade mesmo, é o que demonstra homens como Antônio de Souza em seus textos. Era preciso “domar” aquelas moças “cabecinhas de vento” para que elas descobrissem qual era o seu verdadeiro e sublime papel no mundo.

3.2 Uma mulher moderna desonrada

Compreendemos que nesses discursos do início da Primeira República sobre uma possível desestruturação da instituição familiar, cujo enfraquecimento da figura paterna era um dos principais responsáveis, apareciam também falas que viam na crescente liberdade da mulher, um caminho para a perda da sua honestidade. Associadas às imagens que identificavam as mulheres à vida no interior dos lares, representantes dos meios médios e altos da sociedade ganhavam às ruas, fosse para estudar, trabalhar ou freqüentar os novos espaços de lazer e isso era freqüentemente associado a um mundanismo que as igualava às mulheres dos meios populares, pondo em cheque a sua honra. E a defesa da honra aparece pois, como uma outra forte característica da busca pela modernidade no Brasil, nas primeiras décadas da República, como um atributo indispensável para a manutenção do ideal de família.

Analisamos que *Gizinha* traz alguns dos aspectos que fazem do romance um espaço de discurso para a defesa da honra da mulher natalense, ao passo que discute a honestidade das moças modernas da cidade, além de demonstrar alguns aspectos concernentes à honra masculina, mostrando assim, os principais conflitos pelos quais passavam a sociedade natalense quanto à aceitação/negação das transformações da modernidade na cidade durante a Primeira República.

Quando conta ao amigo Adriano que havia pedido Adalgiza em casamento, Julinho sente que o rapaz se admira demasiadamente do pedido e trava com ele um diálogo no qual o amigo lhe conta que havia visto a moça beijar outro (Roberto Lima) na varanda do Teatro Carlos Gomes. O beijo em público tinha muita importância, ao julgar pela procura do Roberto por Julinho para “tomar satisfações”. De Roberto Lima, Julinho ouve então que o que aconteceu entre ele e Adalgiza tinha apenas sido um inocente *flirt* de baile. Ao que Julinho

intimamente fica indignado, pois não compreendia como alguém poderia considerar “um inocente *flirt* de baile beijar, num lugar público, uma moça de família.”¹⁶⁷

Contudo, parece mesmo que o envolvimento da moça com Roberto se deu apenas por esse beijo (além dos tangos), pois as dúvidas quanto honestidade de Adalgiza seriam logo descartadas ao longo da trama, quando acontece uma conversa entre Adalgiza e sua amiga Nair. Esta lhe pergunta:

- E Roberto, não o viste mais?
- Desde a noite do Natal Clube.
- Deve estar “danado”...
- Ora... Eu é que não estava mais para isso. Conversa, conversa, e nada de adiantar. Nem falava em pedir. Eu não estou com pressa, mas aquela história tanto tempo, sem se saber o fim...
- O que ele queria era aquilo mesmo.
- Pois vá para outra freguesia.”¹⁶⁸

Não é difícil saber o que as moças entendiam por “o que ele queria era aquilo mesmo”: sexo antes do casamento, logo, a “desonra” a moça. Contudo, em nenhum momento o autor deixou dúvidas quanto à reputação de Adalgiza, pelo contrário, o tempo todo mostrou-se inclinado à constatar que, apesar dos modernismos, a mulher não precisava ter sua honestidade diminuída. Em vários momentos do texto isso fica claro, como quando o amigo Castro aconselha Julinho a casar-se com Adalgiza devido “à lisura do caráter” desta, assim como de outras mocinhas da época:

Vocês moços pensam que pelo fato dessas leviandades de sala, as moças de hoje não têm pundonor, nem são capazes de resistência bastante contra certas empresas de atrevidos malandros; mas estão enganados. Pelo menos sete vezes sobre dez aquela leviandade é superficial, de moda, mas no fundo, para os casos graves persiste ainda a velha honestidade provinciana, que tem causado bom número de decepções aos conquistadores de meia tigela.¹⁶⁹

Nessa fala, a “velha honestidade provinciana”, parecia estar sendo perdida com a modernidade. O que era a honra para a mulher, o que era a honra para o homem e o que significava para a nação, a preservação dessa honra? Em *Gizinha* o que está sendo discutida não é a noção da honra individual da jovem Adalgiza, mas sim o delineamento do que se entende sobre a honestidade da família moderna, fundada especialmente na preservação da honra da mulher. Nesse ínterim se misturam a honra sexual à honra do caráter de Adalgiza (e

¹⁶⁷ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 31-35, 43.

¹⁶⁸ *Ibid.*, p. 52-53.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 101-102.

também da sua mãe, como um exemplo para a filha), assim como da imagem que se tem das jovens daquele momento em que as discussões a respeito de como manter a honestidade das moças diante dos “maus” costumes modernos.

Sueann Caulfield, estudando os processos de defloramento no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1920 e 1930, mostra alguns dos significados do conceito de honra para os intelectuais daquele período, especialmente no âmbito jurídico, analisando as classes populares da então capital do país ao mesmo tempo em que pensa o discurso moderno sobre a honra da mulher. Apesar de trabalhar com as imagens populares, suas conclusões nos ajudam a compreender como a elite que se aburguesava tentava imprimir os seus valores para o restante da população - mesmo sendo questionável o sucesso desse empreendimento -, visto as iniciativas dos intelectuais para estabelecerem regras sobre a definição de um componente tão importante para o Brasil durante a Primeira República. A honestidade das mulheres, até a virada do século 20 estava ligada diretamente às questões relacionadas à virgindade antes e à fidelidade após o casamento. Contudo, com o desenvolvimento jurídico sobre assunto, orientado pelas mudanças nos costumes, a honestidade da mulher passaria, aos poucos a ser comparada com a lisura do caráter, especialmente com as campanhas contra a “himenolatria”, a partir dos anos 1920, no Brasil, que pareciam surtir efeito no sentido de demonstrar que as idéias sobre a virgindade poderiam estar equivocadas. Da mesma maneira, a constatação da informalidade dos casamentos, com as conhecidas uniões consensuais que sempre foram maioria no Brasil e o aumento dos casos de “divórcio”, demonstravam que as configurações das vidas das mulheres modernas traziam uma série de complicações para se julgar o que era ser uma mulher moderna honesta.¹⁷⁰

“A honra sexual era a base da família, e esta a base da nação. Sem a força moralizadora da honestidade sexual das mulheres, a modernização [...] causaria a dissolução da família e um aumento brutal da criminalidade e o caos social.”¹⁷¹ Era assim que pensavam as autoridades religiosas e as elites políticas e profissionais; contudo, temas como virgindade, uniões consensuais e crimes passionais despertavam opiniões conflitantes entre os estudiosos. Alguns juristas, por exemplo, acreditavam que “diante do que parecia ser uma liberação caótica dos princípios morais da sociedade, simbolizada pela “emancipação da mulher moderna” [...] já não era possível proteger a honestidade feminina.” Entretanto, outros, “aclamando a modernização das normas sociais, insistiam em que as noções jurídicas de honra da família estavam ultrapassadas.” Ao passo que uma outra parcela “ainda, pensava que

¹⁷⁰ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, 23-107.

¹⁷¹ *Ibid.*, p. 26.

novas ameaças e valores morais antigos tornavam a defesa da honra feminina ainda mais urgente.” Todos, entretanto, acreditavam que a honestidade das mulheres estava diretamente ligada ao bem-estar da família e a noção de castidade das mulheres estava ligada ao progresso da civilização, à ordem social e ao poder do Estado.¹⁷²

Acrescente-se a isso o entendimento de que uma moral insuspeita da mulher representava a honradez e a posição das famílias na alta sociedade que, principalmente, a partir da modernidade, a mulher passaria a ser a principal responsável pela educação dos filhos, encontramos alguns dos significados da importância da honra feminina nas primeiras décadas do século XX. Joana Maria Pedro, buscando compreender como a elite do Desterro percebeu os valores de honra feminina nesse período, lança esses dois últimos apontamentos e nos revela que a honestidade podia ser medida de acordo com a posição social da mulher na sociedade.¹⁷³ As mulheres distintas apareciam a partir desses anos representada nas diversas publicações da cidade, através da sua vida pública, especialmente nas colunas sociais, nos eventos familiares, na sua participação em atividades culturais e beneficentes, sendo sua honestidade a representante da honradez familiar, especialmente nos núcleos de disputa política. Eram as mulheres, dessa forma, “instrumento de irradiação cultural”.¹⁷⁴

A preocupação de Antônio de Souza de deixar bem claro que a “pureza” de Adalgiza ainda existia está ligada ao “culto ao hímem”, ou himenolatria, ou seja, a valorização extrema da virgindade material das moças, que durante os 50 anos de vigência do código penal de 1890, esteve fortemente enraizada não apenas nas classes trabalhadoras, mas também nas elites profissionais; e, enquanto muitos acreditavam ser essa preocupação excessiva e prova do atraso do país, outros ligavam-na diretamente ao progresso da nação. José Viveiros de Castro – renomado jurista que atuava na capital do Brasil –, diria que “respeito pela honra da mulher não é um sentimento nato ao homem e sim uma conquista da civilização, a vitória das idéias morais sobre a brutalidade dos instintos”.¹⁷⁵

As tentativas dos juristas de impor normas civilizadas nas relações de gênero e de conter a sexualidade dentro das famílias higienizadas eram parte de um projeto mais extenso de controle social durante a Primeira República. As autoridades públicas viam a família como base da força de trabalho dedicada, honesta e disciplinada. Havia, contudo, uma discordância sobre o significado dos valores da família e sobre como o Estado deveria promovê-los. Para

¹⁷² CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, p. 27, 32-34.

¹⁷³ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 81-89.

¹⁷⁵ CAULFIELD, Sueann. *Op. Cit.*, p. 54.

definir a honra sexual os discursos giravam em torno de assuntos como os direitos e as responsabilidades dos cidadãos e dos sujeitos jurídicos, o poder do Estado de regular a vida privada e pública e o papel dos juristas e de outros funcionários públicos na sociedade republicana.¹⁷⁶

O Código Civil de 1916, como uma típica institucionalização moderna, sendo largamente saudado dentro e fora do Brasil, foi escrito como uma tentativa de organizar termos e leis sobre os direitos ao desquite, à honestidade/desonestidade das mulheres, aos direitos dos filhos legítimos, etc, exercendo um importante papel na aplicação dos assuntos concernentes à organização familiar no Brasil Republicano. Esse Código, entretanto, ainda fazia distinções legais entre as mulheres “honestas” e “desonestas”. Podia-se, por exemplo, anular um casamento caso a mulher não fosse mais virgem, assim como as filhas consideradas impudicas poderiam ser deserdadas. Ser uma mulher honesta significava ser uma moça recatada. “As moças de família, vivendo no recato do lar doméstico sob a vigilância materna, sabem conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentidos.”¹⁷⁷

Uma “moça de família honesta” no discurso jurista das primeiras décadas do período Republicano era ingênua, seus pensamentos e atos deviam ser plenamente previsíveis, nunca cogitariam a possibilidade de fazer sexo antes do casamento, nunca manteriam relacionamentos sexuais extra-conjugais, a menos que fosse ludibriada. Essa ingenuidade era contraposta ao cinismo das mulheres não submetidas à vigilância familiar, as quais eram consideradas enigmáticas, facilmente corruptíveis e dissimuladas. As mulheres defloradas, por exemplo, estariam predispostas a cair na prostituição, ao passo que se uma mulher fosse considerada honesta e tivesse sido deflorada - o que poderia acontecer apenas através de falsas promessas de casamento -, o deflorador tinha que pagar uma pena ou a casar com a moça cuja honra havia manchado.¹⁷⁸

Coexistiam assim, duas noções divergentes sobre a honra: uma noção patriarcal de honra como um recurso familiar e outra noção burguesa de honra como uma virtude individual. Esta noção correspondia ao ideal de uma “comunidade de iguais”, compatível com os princípios democráticos da Primeira República. Assim, os republicanos apoiavam então os ideais liberais que definiam a honra como uma virtude pessoal, mas seu julgamento estava embutido na realidade cujos conceitos sobre honra inscreviam-se na diferenciação social, própria de uma realidade paternalista e desigual, na qual “a honra como precedente era

¹⁷⁶ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, p. 54-55.

¹⁷⁷ CASTRO, apud *Ibid.*, p. 77

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 66-79

prerrogativa dos homens, a honra como atributo moral (pureza sexual) era restrita às mulheres, e a defesa da honra feminina, uma responsabilidade masculina.”¹⁷⁹

Naquelas primeiras décadas do século XX, a honra fazia parte da tríade: honra, moralidade e civilização moderna, como símbolos dos valores mais estimados. Pela civilização moderna apareceram os investimentos nas cidades do país para modernizar suas ruas com a urbanização, sua saúde com campanhas de profilaxia e construção de casas de saúde e sua educação, com a construção de escolas e aprimoramento do sistema de ensino, entre outras iniciativas; pela honra, que estava ligada diretamente aos princípios de moralidade, a busca da permanência feminina dentro dos lares que convinha ser o único meio de ajudar a ingênua jovem moderna a conter seus instintos sexuais em prol da família moralizada.

O instinto maternal e a inibição sexual inata faziam com que a mulher “normal” fosse submissa e casta, ao passo que a fragilidade física e psíquica a tornava suscetível à contaminação física e moral, na qual constituíam a força moralizadora.¹⁸⁰

Ou seja, a mulher, enquanto ser frágil e desprovida de lascívia teria como objetivo maior se tornar mãe, mas a modernidade, que a deixava próxima demais da vida mundana estava destruindo a sua pureza, tornando-a imprópria para aquilo a que foram predestinadas – a maternidade -, e jogando-as num mundo de vício e prostituição.

Freqüentar locais públicos, dançar ritmos duvidosos, usar roupas escandalosas, ter hábitos de moça moderna; tudo isso a “melindrosa” Adalgiza fazia, o que contribuiu para que sua honestidade fosse contestada e posta à prova por Julinho antes do casamento. Afinal de contas, a nossa heroína não havia sido “abusada” pelo ex-namorado e ainda podia ser considerada uma jovem pura. Perguntaria o pai de Adalgiza à sua esposa:

Qual é o rapaz sério que quererá para mulher uma moça que todo mundo sabe que já namorou com fulano e beltrano? Já não temos visto desmanchar-se tudo porque o pretendente soube de um namoro escandaloso da futura?¹⁸¹

O que seria um namoro escandaloso? Se Julinho se espantou com o beijo só podemos supor que esse escândalo pudesse se tratar de experiências mais íntimas, talvez até sexuais, o que faria da reputação da moça envolvida no caso, estar manchada para sempre.

¹⁷⁹ Pitt Rivers apud CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, p. 86, 185.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 120.

¹⁸¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 17, p. 37.

A honra masculina, nos anos 1920 também era valorizada, contudo sob os parâmetros de que eles também tinham responsabilidades para a manutenção da honestidade das famílias:

Diferentemente da feminina, o homem honrado não é um homem virgem. Honestidade masculina não se refere à virtude moral no sentido sexual. Sua honra não está relacionada com a sua integridade sexual, mas com o seu comportamento em outros níveis sociais: ser um homem trabalhador, respeitador, pagador de suas dívidas, um homem de palavra, não dado à mentira. Outro item que era incluído na honra masculina, era a potência viril, celebrada em artigos e em propagandas de remédio.¹⁸²

Um homem honrado devia ser um bom marido, “patriarca”, “chefe”, “juiz”. Os vícios danosos à honra feminina também atingiam “a mentalidade” dos homens, estes também se tornavam menos honrados aos olhos de tradicionalistas como Antônio de Souza. Contudo, o significado de honra recaía sobre determinados fatores que não os ligados à pureza sexual. Atentemos para outro ponto do diálogo analisado anteriormente, ainda sobre a cena do baile em que nossos personagens estiveram presentes e em que os amigos que comentavam a importância da moda para a postura de Adalgiza e no qual um dos personagens afirma que não queria uma mulher como ela:

- Boa razão... e se fosse?
- O caso seria diferente.
- Qual diferente... O mesmo. A moda é quem manda, e aí não há pai, nem irmão, nem marido que se meta.
- Pois sim, mas eu é que não quero uma que todo mundo já viu.
- Então fica sem nada.
- Fico – replica o teimoso.¹⁸³

Percebemos nessa fala que Antônio de Souza expressa um conselho aos jovens rapazes da época: ou eles se adaptavam à moda e aos modos modernos, ou seja, às transformações que a modernidade estava trazendo para os papéis de gênero, ou então ficariam sem mulheres, pois a modernização, cuja moda parece se a principal representante, em *Gizinha* era inevitável. Mas, não é simplesmente aceitar as mudanças, o autor parece ensinar, mas sobretudo, zelar pela honestidade das moças, observar que elas não são facilmente corruptíveis e que por trás daquelas roupas modernas, ainda haviam moças dignas de se constituir uma família que precisava ser resguardada pelo homem enquanto marido e

¹⁸² BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: A mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (Século XX). *Revista História Hoje*. SÃO PAULO, n.5, 2004, p. 3.

¹⁸³ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 62.

mais tarde, enquanto pai. Proteger essa honestidade da família era interpretado, muitas vezes, como “lavar a honra com sangue”; essa seria uma solução para os deslizes das mulheres, fossem as filhas enganadas por jovens como Roberto Lima, ou fossem as mulheres adúlteras. Lembremos que Julinho envolveu Adalgiza, após o casamento, num escândalo de violência assim.

Outro aspecto importante relativo à honra masculina diz respeito à manutenção da sua virilidade. O homem precisava ser o que detinha o poder, o que mandava no momento das relações sexuais. A mulher seria a parte passiva, que recebia, que aceitava. Contudo, em *Gizinha* percebemos que a noção de direito ao exercício da sexualidade feminina estava, no mínimo, começando a ser discutida nos núcleos altos e médios da população. Nesse sentido, pensa-se de maneira sutil uma discussão a respeito de aspectos da sexualidade das moças e dos moços no período. Pensamos que esta é, talvez, a maior contribuição do livro. Num momento em que se falar abertamente sobre sexo era um tabu muito forte na sociedade, Antônio de Souza discute um ponto bastante controverso: o direito das mulheres à sentir prazer e o “dever” do homem em satisfazer as necessidades sexuais delas.

Sabemos que durante muito tempo à Igreja Católica imprimiu a idéia de que o sexo só poderia ser praticado após o casamento e que devia ser direcionado exclusivamente à procriação, sendo que o prazer carnal era tido até como um pecado. Contudo, com a modernidade, cada vez mais, essa idéia foi diminuindo e a partir de discussões sobre os direitos sexuais, podia-se permitir até mesmo às mulheres que praticassem o sexo, não apenas visando a gestação, mas também valorizando a busca do prazer, sempre dentro do casamento. Em *Gizinha* há uma abertura à essa discussão, na qual entendemos que as relações sexuais entre os esposos passavam a ser consideradas até imprescindíveis para a “afinação” dos casamentos.

Descobria-se os corpos, tanto do homem, através das práticas esportivas e dos banhos de mar, assim como o das mulheres, com suas novas roupas leves e esvoaçantes. Era um momento em que se dançava provocativamente, com os corpos entrelaçados, grudados movidos às músicas saídas das camadas populares e que apresentavam um forte apelo à sexualidade. Especialmente para as mulheres, essas mudanças puderam movimentar discussões em torno das questões sexuais, discussões que evidentemente deveriam também ser direcionadas ao público masculino.

Em 1926, por exemplo, o poeta Ezequiel Wanderley abordava a questão do que entendemos como despertar da sexualidade por parte dos jovens modernos que ousavam

dançar os ritmos escandalosos em Natal. Para ele essas danças eram “coisas modernas,/ Para volúpia das pernas,/ Num remexido engraçado” que excitava os dançadores.¹⁸⁴

No entanto esse tema no livro é tratado de maneira mais ou menos velada. Não lemos termos relacionados à sexualidade abertamente e adentramos, através de um relato sucinto ao quarto do casal Adalgiza e Julinho, apenas na sua noite de núpcias. Contudo, sabemos que esta seria a noite responsável pelas atitudes futuras do casal no desenrolar da trama, sendo o fator principal no desencadeamento dos desentendimentos matrimônias.

Na manhã seguinte ao casamento [...] a fisionomia de Gizinha não era de contentamento nem de tristeza, mas um misto de espanto e de tédio, que a faziam taciturna e indiferente a tudo, sem um sorriso sequer. Como tantas outras, de índole amorosa e estimando mais ou menos o escolhido, o que ela sentia claramente era uma decepção. [...] depois de reiteradas demonstrações de afeto, de submissão e de obediência que recebera durante os meses do noivado, o que vira pela primeira vez ali, no isolamento do quarto nupcial [...] fora um animal desvairado, indiferente aos seus melindres, exacerbado pelas suas instintas resistências de virgem, sem habilidade nem delicadeza para vence-las pela paciência e pelo carinho. [...] O marido cobrira-a certamente de beijos sôfregos, estreitara-a repetidas vezes nos braços com ardor bravio, mas como quem procura egoisticamente o seu prazer, cuidando pouco de reparti-lo com aquela que lhe dá. Pelo que vira, com a lucidez que lhe consentia a dormência dos sentidos, aquilo devia ser um grande, um imenso prazer, e mais se magoava por ficar excluída dele. Faltava-lhe o auxílio para que sua partilha não fosse apenas a dor, e esse marido não soubera, ou não pudera oferecer. Era a repetição talvez até com menos delicadeza e respeito, do caso, ignorado por ela, da união dos pais, o desentendimento inicial, origem de todos os seguintes, resultado do egoísmo ou da estupidez masculina.¹⁸⁵

Nessa narração da primeira noite do casal, podemos notar que a violência infringida à mulher durante a sua primeira relação sexual era um costume bastante usual, do qual ficava para as moças, apenas uma grande decepção com o ato sexual, tantas vezes idealizado por elas antes do casamento, mesmo que não sabendo exatamente do que se tratava. Interessante é que o autor deixa claro que o fato de Julinho agir de maneira violenta durante o ato sexual se deve apenas ao desconhecimento das necessidades da mulher, para a qual faltava “o auxílio para que sua partilha não fosse apenas a dor, e esse marido não soubera, ou não pudera oferecer”. Ou seja, a violência desse momento não dizia respeito a se acreditar que a mulher deveria ainda receber passivamente o ato sexual, nem que ainda lhe fosse proibido o prazer sexual. É mais uma ignorância dos sentimentos e das vontades da mulher do que qualquer outra coisa. Dessa maneira, Antônio de Souza lança essa questão para

¹⁸⁴ WANDERLEY, Ezequiel apud SOARES, Jamilson Azevedo. *Fragments do passado*, p. 130.

¹⁸⁵ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 110-111.

os jovens rapazes, lhes dizendo que as mulheres também têm direito ao prazer sexual. Mesmo que esse assunto não fosse tão facilmente abordado na época.

Na década de 1920, crescia entre os médicos brasileiros a conscientização da educação sexual para os jovens. Era preciso esclarecer os jovens sobre questões relacionadas ao sexo, pois, de acordo com esses médicos, as mulheres apresentavam excessivo pudor para tratar desses assuntos. “A inocência e a ignorância de muitas eram contrabalançadas pela violência e pela brutalidade de muitos” e muitos casamentos puderam ser arruinados já na primeira noite, quando a repressão sexual silenciava as mulheres.¹⁸⁶ Do mesmo modo que pensamentos assegurando a honra masculina era interpretada pela demonstração da força do macho que muitas vezes era confundida com violência sexual.

A partir dessa primeira noite, Adalgiza começa a tratar o marido com uma certa indiferença e este, sem conseguir entender o porquê, pois a esposa não lhe falara - e esperava que ele fosse perceber os seus motivos, com paciência, assim como sua mãe lhe aconselhara, mesmo sem discutir abertamente o assunto com a filha -, pede conselhos ao amigo Castro, que percebendo quase que oniscientemente as razões das crescentes implicâncias de Adalgiza apenas lhe responde:

Difícil entrar em minúcias, meu caro. Repito que não são coisas explicáveis. Só lhe digo, e não sou feminista no sentido que os macacos dão ao termo, que há certos capítulos nos quais os direitos da mulher são absolutamente iguais aos nossos, e particularmente nesse fundamental capítulo do amor, que nem é capítulo porque é um livro inteiro, aquele que quiser ser amado, deve, sobretudo, velar pelos dela e dar-lhes precedência sobre os seus próprios.¹⁸⁷

E sendo assim tão “difícil entrar em minúcias”, pois não eram “coisas explicáveis” os assuntos relacionados ao sexo, Julinho passa o resto dos dias do seu casamento sem conseguir entender os motivos das insatisfações, indiferenças e implicâncias da esposa por ele retrucados com a mesma força. Mas, mesmo com essa “desafinação”, o casamento sobrevive, assim como tantos outros da mesma natureza, em que o amor “ia aos poucos se tornando vulgar indiferença doméstica, amálgama da solidariedade material e de hábitos, com uma boa fração de menosprezo, que constitui a vida de tantos lares, como aquele em que nascera e vivera”¹⁸⁸ Adalgiza. Como sobreviver a um casamento assim? Enquanto Julinho buscava “válvulas de escape” na rua, no jogo, Adalgiza recebia da mãe aqueles que

¹⁸⁶ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 255.

¹⁸⁷ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 125.

¹⁸⁸ *Ibid.*, p. 115.

deviam ser os ensinamentos dados à todas as outras mulheres modernas, tão propícias aos desquites.

Julinho, devendo à casa de jogo foi “obrigado” a aceitar que o ex-namorado de Adalgiza lhe pagasse a dívida. Dessa maneira, num misto de vergonha por jogar e perder, por dever a um ex-namorado de sua esposa, de não conseguir manter um casamento feliz com esta, de não ter um trabalho seu, dependendo da empresa do sogro, além de uma infundada suspeita de adultério, é que vemos um desenho da noção de honra masculina representada pelo personagem em questão. E “aquele Julinho satisfeito consigo dos dias ordinários desaparecera de todo, e o que ali estava era uma pobre figura amarrotada, um trapo de homem acaçapado pela vergonha iminente.”¹⁸⁹

À modernidade dos anos 1920 chegavam as mulheres que saíam da intimidade do lar e buscavam emancipação, liberdade. Caíam num mundo de maldades, das quais elas deviam ser protegidas para não perderem a inocência. Não significa dizer que as mulheres das gerações anteriores não fizessem sexo antes do casamento ou não coabitassem com parceiros sem a formalização do casamento ou ainda não cometessem adultério, pelo contrário, sabe-se que, pelo menos nas camadas populares, os casamentos formais nem sempre aconteciam e que muitas vezes, mesmo casando-se legalmente aconteciam separações e desquites, até com a reformulação de uma relação conjugal. O que acontecia naquelas primeiras décadas do século XX era que o contexto histórico havia mudado, as mulheres agora se portavam inspiradas por uma modernidade que adentrava vertiginosamente no país, fazendo as pessoas se questionarem se aquelas mudanças não eram apenas cópia de costumes estrangeiros, que denegriam conseqüentemente os valores pretensamente honrosos que representavam a família.

Em 1920, o termo “mulher moderna” referia-se não somente às trabalhadoras das fábricas, mas às mulheres petulantes, agitadas, namoradeiras, voluntariosas e andróginas. Muito do discurso brasileiro sobre a mulher moderna refletia um discurso semelhante originário da Europa e dos Estados Unidos: ela simbolizava as transformações do novo século, mais aceleradas depois da Primeira Guerra Mundial, e desafiava o domínio masculino e os valores da família patriarcal que haviam cimentado a ordem social anterior. [...] Essa mulher era símbolo bem-vindo da modernidade cosmopolita do Brasil? Ou ela representava uma imitação lamentável da decadência européia? Ela encarnava uma mistura especial das diferentes culturas dos diversos grupos sociais e raciais do país ou o enfraquecimento dos valores da família brasileira tradicional, contaminados pelos elementos mais desprezíveis da nação?¹⁹⁰

¹⁸⁹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 160.

¹⁹⁰ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*, p. 162.

A mulher moderna trazia então, nesses discursos, a admiração pelo novo e talvez civilizado em contraposição à nossa cultura ignorante, provinciana; mas também era o alerta pelo solapamento de tradições que se pensava ser muito mais fortes do que aquele momento. E nesse contexto de delineamento do que representava a honra para o Brasil Republicano é que *Gizinha* foi escrito. Antônio de Souza, enquanto ex-governador do Rio grande do Norte, tendo vivenciado muito de perto os avanços nos direitos políticos das mulheres, assim como a ascensão de figuras femininas de grande destaque no Estado, evidentemente deixou escritas algumas de suas impressões sobre o sentido de ser uma mulher moderna na década de 1920 em Natal e, principalmente suas impressões sobre como as transformações das relações de gênero eram percebidas pela sociedade.

3.3 Era preciso disciplinar a mulher moderna para o progresso da nação

Percebemos que para homens como Antônio de Souza, a liberdade da mulher moderna punha em prova da honestidade das moças de família. Para que esse movimento fosse refreado era necessário, nesse discurso, disciplinar essa mulher moderna. *Gizinha* foi um dos mecanismos utilizado para esse fim. A mulher até poderia inserir-se nesse mundo moderno, mas nunca deveria perder aquilo que de mais respeitável tinha: “a honra”. A mulher devia viver para o lar, para os filhos e para o marido, pois não eram apenas as suas necessidades pessoais que contavam, tão pouco às sexuais - afinal como vimos, Adalgiza abdicou da “vida íntima” pelos cuidados com a casa -, mas sobretudo, às necessidades que de se manter intactas a honra da instituição familiar, especialmente através da imagem da mulher.

Gizinha possui um forte apelo educativo à juventude que estava se deparando com uma série de costumes que destruíam tradições, cabia aos mais velhos abrir-lhe os olhos e ensinar-lhe como ultrapassar os perigos que a vida moderna trazia. Tanto aos homens quanto às mulheres buscava-se ensinar a firmeza do caráter, mesmo que de maneira diferenciada. Ao homem a honra do mundo público, do trabalho, das relações comerciais, à mulher a honra da intimidade, da preservação da ingenuidade do corpo, da fidelidade à casa e ao marido, mesmo que agora as mulheres, especialmente representantes de uma burguesia em ascensão, estivessem dispostas a invadir o mundo fora do lar.

Acreditamos que no romance *Gizinha*, Antônio de Souza questionava a união matrimonial moderna. Quais eram os problemas que impregnavam essa realidade? Seria a falta de amor? Seria o tratamento do casamento como um negócio? Ou seriam as características da mulher desonrada e do homem enfraquecido que estavam “destruindo” os casamentos e conseqüentemente à família moderna? Talvez a união desses diversos fatores. Assim, o romance nos aparece como num movimento questionador, como se o autor estivesse propondo a solução para frear essa destruição matrimonial. Entendemos que a manutenção do ideal de mulher voltada para o lar é uma dessas soluções, a principal delas, pois a mulher está no centro da análise da sociedade, sendo tratada como naturalmente maternal, cuidando do lar, dos filhos e do marido, numa lição que indicaria a principal solução para a sobrevivência do casamento, da família e da sociedade.

Dessa maneira, entendemos que a mãe de Adalgiza, apesar das “modernisses” e de não amar o marido, cumpre o seu papel de mãe e de dona-de-casa, papel que deve ser aprendido por Adalgiza, num movimento natural, que faz de todas as mulheres, seres direcionados à procriação e aos cuidados com o lar. Pela voz, quase “científica”, de um dos personagens, o amigo de Julinho - Castro -, entendemos como o discurso de mulher enquanto mãe enraizava-se naquele meio de uma maneira muito forte.

[...] não é com o casamento que a mulher muda, a não ser de estado civil. O que a transforma é a maternidade. As casas das “maninhas” conservam quase sempre a mesma mentalidade do estado anterior, inclusive a faceirice. Enquanto são moças consideram-se numa situação intermédia, entre solteira e casada; depois dos trinta anos, se decididamente não lhes vêm a progenitura, tratam o marido como um filho, com verdadeiros carinhos de mãe, conchegos e gulodices, quando não lhes metem os pés. Esta última hipótese, porém, é mais rara que entre as prolíficas. Em geral elas amam mais e melhor o marido que, pela força das circunstancias, tem de ficar o objeto único sobre o qual podem despejar honestamente a sua reserva de amor, de proteção e de carinhos.¹⁹¹

Nesse discurso, os perigos trazidos pelos hábitos modernos não deveriam atingir as mulheres consideradas honestas, visto ser a maternidade o seu objetivo maior. O maior estereótipo que inserido nesse discurso do gênero das primeiras décadas do século XX talvez seja esse mesmo: o da mulher cujo papel único era o de ser mãe. É a parte “boa” do dualismo da imagem de mulher. Como podemos ver através da análise do historiador Iranilson Buriti, quando este investiga as questões de honra feminina no Recife dos anos 1920-30, por sua vez, a mulher desonrada ofendia: “a) à autoridade paterna; b) às normas estabelecidas pelo

¹⁹¹ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 69.

discurso católico; c) à reputação pública da família; d) a sua própria integridade moral; e) ao patrimônio familiar; f) ao Estado.”¹⁹²

A mulher boa é aquela cuja imagem está diretamente ligada ao ideal da mãe, ideal esse difundido, principalmente pela Igreja, mas também, incentivado pelas autoridades civis, especialmente nas três primeiras décadas do século XX, no Brasil, como um meio de disciplinar a sociedade em busca de padrões burgueses. Padrões que traziam admiração, mas também muito receio, pois significavam o solapamento de costumes aparentemente cristalizados pela sociedade ocidental. Um desses costumes é representado pela idéia de família, uma família que parecia desaparecer, uma família que passava gradativamente a ser menor e a apresentar novas relações de poder, uma família moderna, como a de Adalgiza.

Margareth Rago mostra como as iniciativas das autoridades de se “colonizar” a mulher se encaixavam num movimento maior de disciplinarização da porção menos privilegiada da sociedade, num momento em que novas idéias e práticas sociais adentravam o país através da imigração, especificamente entre os anos 1890-1930, em cidades como São Paulo, iniciativas de disciplinarização que influenciariam outras regiões do país. Muito do que se fazia gerar o que podemos entender como um sentimento de defesa dos costumes nacionais, mas também como uma estratégia de vigiar o operariado da indústria em ascensão, se devia às reações à cultura estrangeira. Não apenas eram os imigrantes estrangeiros responsáveis no discurso patronal pelos vícios da modernidade como o alcoolismo e o jogo, como também pelas:

Dissensões sociais, os conflitos políticos, os surtos epidêmicos, a criminalidade ampliada, os hábitos dissolutos, a promiscuidade das habitações suja e fétidas, a proliferação dos gatunos, vadios e cáftens. A ameaça da intranqüilidade social, da contaminação física e moral, da destruição da nação, da degeneração da raça.¹⁹³

Surgia então no Brasil o que podemos chamar de uma “vasta empresa de moralização”, que tentava domesticar o operariado em prol da construção de um novo comportamento e de vida, formada por médicos-higienistas, autoridades públicas, setores da burguesia industrial, filantropos e reformadores sociais.

Em Natal, percebemos um exemplo claro dessa tentativa de disciplinarização das mulheres operárias que surgiam nas indústrias crescentes da cidade, numa carta publicada no

¹⁹² BURITI, Iranilson. *Espaços de Eva*, p. 3

¹⁹³ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*, p. 11-12.

jornal *A República*, da “Aliança Feminina Católica”, direcionada às operárias com o objetivo ajudar as trabalhadoras na luta contra os “perigos” modernos:

A caridade Christã é mãe solícita, terna e carinhosa, estendendo os seus braços protectores aos que necessitam do seu auxilio, especialmente as filhas dilectas que como vós, pobres operarias, estão sujeitas aos maiores perigos da vida. Não é que vos falte a bondade paternal dos dignos patrões [...]; mas, são as vossas condições de operárias humildes, [...] expostas quase sempre a maldade humana, [...], sem uma aza que vos acoberte dos perigos que vos podem levar [...], pelo abandono a aceitar um meio mais fácil, embora mais perigoso, em fim propostas vantajosas até mesmo com prejuizo da vossa virtude. Lembrae-vos que tendes uma alma para Deus! Não desanimeis, porem. Vós não ficareis sozinhas. De ora em diante a Alliança Feminina estará com vosco. É a ella que vos deveis dirigir quando vos sentirdes opprimida e desanimada [...] Lá haveis de encontrar uma bibliotheca proveitosa onde tereis bons livros, escutareis palavras edificantes, historias interessantes, cantos suaves, musicas salutareis. Tereis jogos lícitos, passeios agradáveis, boas conversações, emfim tudo que for possível proporcionar para alegrar-vos.¹⁹⁴

Não é de se admirar portanto, que jovens como Adalgiza nem mencionassem a possibilidade de exercer qualquer função fora do lar, visto o mundo do trabalho, das fábricas representasse tal perigo por expor as mulheres à “maldade humana sem uma aza que as acobertasse dos perigos que poderia sofrer, pelo abandono a aceitar um meio mais fácil, embora mais perigoso, em fim propostas vantajosas até mesmo com prejuizo da virtude”. Afinal, a “aza” que poderia lhes proporcionar segurança era o seu marido, ou antes, o seu lar, que as afastaria dos perigos da modernidade, mantendo-as sempre felicitadas pela esperança de que “Deus ainda aceitasse as suas almas!”

Os ensinamentos para com a casa, Adalgiza já havia aprendido durante toda a sua vida, assim como muitas outras mocinhas potiguares, que, mesmo não sendo o caso dela, tinham a possibilidade de freqüentar escolas como a “Escola Doméstica”, o “viveiro de mães”, não só de Natal, mas, já aquela época, também de outras cidade do Rio Grande do Norte, ou ainda a Escola do Comércio e a Escola Normal¹⁹⁵. Assim, especialmente para as filhas ilustres da terra, os deveres domésticos não apresentavam muita dificuldade e Adalgiza sabia conduzi-los muito bem, munida de criadas e criados, assim como a sua mãe. O mais importante era ensinar essa recém casada senhora, era como lidar com o marido. Como cuidar do seu esposo e tirar dele o proveito de que precisava.

¹⁹⁴ A REPÚBLICA, p.1, 14 jan. 1922.

¹⁹⁵ A REPÚBLICA, p.1-2, 4/10 jan. 1922.

D. Regina buscava então ensinar à filha como agir com o marido, tentando fazer dela uma reprodução do que vivia. Manipular as decisões de Julinho, sem que ele percebesse, ou que Adalgiza precisasse causar discordâncias, era o melhor a ser feito, mesmo que fosse necessário manter um casamento apenas nas aparências, sem amor e priorizando-se o respeito, o que parecia a Adalgiza bastante injusto visto às constantes demonstrações de insensibilidade de Julinho além do seu vício com o jogo e saídas à noite sem explicações e o seu ciúme infundado, “apesar dos esforços [de Adalgiza] para cumprir os deveres de esposa, para servi-lo [...] trazendo a casa bem ordenada e a mesa atraente.”¹⁹⁶ Quais seria os “deveres de esposa” que Adalgiza haveria de cumprir?

Podemos entender o que as moças deviam aprender para manterem o casamento em harmonia, com a mãe de Adalgiza, analisando este trecho da narração:

Regina aconselhava-lhe [à Adalgiza] paciência e censurava-lhe a inabilidade de querer sempre a última palavra nas resinas domésticas, quando o melhor partido era exatamente o oposto.

- Mas, mamãe – replicava ela – se a senhora visse papai teimando numa coisa absolutamente sem razão, ficaria calada?

- Ficaria sim, porque não é teimando que se consegue nada.

- É porque a senhora não tem um Julinho para querer lhe convencer de que o azul é verde, ou o encarnado é amarelo.

- Todas temos, minha filha, e o teu pai é pior que os outros. Precisa, como estes precisam, de paciência...

- E de manha? – acrescentou Gizinha rindo.

- Mais ou menos. Contemplações afinal de contas inofensivas, e muitas vezes proveitosas. Nós devemos deixar-lhes a última palavra, não porque lhe reconheçamos razão, mas porque eles estão persuadidos a tê-la, e toda discussão é inútil. Restabelecemos a calma depois...

- E ficamos vencidas – concluiu a filha no mesmo tom.

- Que tola... – diz Regina com um sorriso – é o contrário.¹⁹⁷

De acordo com a idéia trazida por esse diálogo, imaginamos que a mãe de Adalgiza aparece como um exemplo das mulheres que ainda sabiam os segredos de se cultivar um casamento, mesmo já sendo descrita por Antônio de Souza como também uma representante dessa nova mulher em alguns aspectos, como a maneira de se vestir e de dançar por exemplo. A imagem passada é a de que ela era uma mulher astuciosa, caprichosa e manipuladora, que conseguia que suas vontades fossem feitas pelo marido através do fingimento de que se resignava com as decisões dele, mas o persuadia a aceitar as idéias dela,

¹⁹⁶ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 141.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 186-187.

através do primoroso cuidado com a casa e de mimos oferecidos ao cônjuge. Sendo essa a imagem de esposa que Antônio de Souza quer passar às leitoras de *Gizinha*.

Encontramos assim, um discurso em que o que se faz necessário é manter o casamento, especialmente, a mulher devia lutar para manter o casamento, pois os homens eram caricaturalmente ignorantes para diferenciarem o certo do errado nas tramas do enlace matrimonial. Assim, os homens eram vistos como egoístas, posto que não admitiam serem “liderados” pela vontade da mulher. No que não importava se ela estivesse com a razão, pois eles estavam “persuadidos” a ter a última palavra. São discursos em fim, bastante generalizantes e estereotipados do que era ser homem e do que era ser mulher durante as primeiras décadas do século XX, mas que demonstram uma relevante carga de conflitos, nos quais estavam em questão não apenas a relação de poder entre os sexos, mas o futuro da instituição familiar.

Gizinha traz uma idéia de que era necessário que a instituição familiar fosse preservada a todo custo, mesmo que isso acontecesse em detrimento das felicidades individuais dos cônjuges, pois dentre os males acarretados pela modernidade, a diluição de tradições matrimoniais parecia para a maioria dos modernos como Antônio de Souza, o principal de todos os perigos para as gerações futuras. Gerações que, se representadas por jovens como Adalgiza, Julinho e até Roberto Lima, estariam fadadas a um futuro bastante desonrado afinal, como sentenciou Antônio de Souza:

Todos eles eram mais ou menos característicos produtos do seu tempo, nem melhores nem piores que a média dos contemporâneos da nova geração. *Gizinha* com os vestidinhos sumários e sem segredos, o marido com a inconsistência de caráter, incapaz de ações decididas, hesitante e suspeito, Lima com a sua carência de escrúpulos e o egoísmo esperto, até a prática de atos aparentemente generosos [...] não aberravam como excesso de sua época. Para eles, parcelas da imensa maioria, a antiquada figura da moral só era visível quando, por detrás, descobriam o anteparo carrancudo e descaróavel do Código Penal.¹⁹⁸

Acreditamos que Antônio de Souza achava que as mulheres da elite deviam pois, servir de exemplo para às outras mulheres. Qualquer uma que lesse o romance em questão estaria sendo direcionada a acreditar que através da sua honestidade testada antes do casamento e das suspeitas infundadas de adultério após o casamento haviam sido trazidos pelos costumes modernos, pela moda, pelas futilidades do tal mundo civilizado que tanto se procurava imitar em detrimento dos valores tradicionais da mulher potiguar.

¹⁹⁸ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 179.

Acreditamos que autoridades preocupadas com as questões da modernidade no Brasil da década de 1920, defendiam que era necessário que se protegesse e se ensinasse as mulheres como deviam continuar a representar a imagem de honradez do país. Num momento de crescente urbanização e industrialização, a figura do proletariado chegava, trazendo ainda mais receio, especialmente, quando esse proletariado era composto por mulheres. Os industriais, por exemplo, procuraram fixar sua mão-de-obra nas fábricas, recorrendo às inúmeras tecnologias de disciplinarização que vão desde a orientação para o trabalho dentro das fábricas, quanto na própria estruturação familiar. A fábrica higiênica da década de 1920 precisava ser racionalizada e moderna, além de um espaço apolítico. A domesticação do operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa, através da higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico que se pretendia fundar. “A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-os no universo dos valores dominantes.”¹⁹⁹

A promoção de um novo modelo de feminilidade, a “esposa-dona-de-casa-mãe-de-família”, era percebida como riqueza em potencial da nação e constituiu umas das principais peças para o “jogo de agenciamento das relações intrafamiliares”. É como se a mulher devesse, nessa idéia de responsável pelos cuidados com os filhos e com o lar, estar atenta a tudo e a todos no interior do lar, pois:

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, [...] exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, de castidade e de esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa afetiva, mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas.²⁰⁰

Nesse ínterim, as mulheres ricas são apresentadas como tendo que ter um bom preparo e educação para o casamento, tanto quanto com relação às preocupações estéticas, com a moda ou com a casa, além do controle da sua moral, pois, a vida exterior ao lar aproximava a mulher do pecado, da prostituição, ao passo que as afastava da casa, do marido e dos filhos, desmoralizando a família. Por isso, fortalecia-se a intenção disciplinadora de

¹⁹⁹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*, p.18-19, 61.

²⁰⁰ *Ibid.*, p. 62

deslocamento da mulher da esfera pública do trabalho e da vida social para o espaço privado do lar.

Margareth Rago defende ainda a idéia de que, nesse discurso moderno disciplinador, à mulher é dada a imagem de “mãe-sacrifício” ou de “criança-inoscência”.²⁰¹ É quando vemos discursos como o de Antônio de Souza, que relacionam Adalgiza à uma menina petulante de nariz empinado, pois no romance, como vimos, em diversas passagens, a mulher é infantilizada, através da imagem de desamparo, de incapacidade de pensar e de agir, servil por natureza. Apesar de que, contrariando esse discurso, muitas mulheres continuavam a trabalhar fora de casa, a se envolver em lutas proletárias, a dançar, ousar nas roupas, cabelos e atitudes, além de engajarem-se na política, e nas letras; também uma enorme parcela delas, acreditavam nesse mesmo discurso de que a mulher devia estar dentro mesmo dos lares devido à sua natureza.

Para o discurso médico-sanitarista, dois caminhos conduziriam a mulher ao território da vida doméstica: o instinto natural e o sentimento de sua responsabilidade na sociedade, tudo o que ela tem a fazer é compreender a importância de sua missão como mãe e aceitar o seu campo profissional, que era o das tarefas domésticas. Para a construção desse discurso utilizou-se a representação da mulher enquanto mãe, numa discussão cientificista, que ligava a mulher a sua tarefa enquanto geradora de filhos. A idéia do amor materno era uma arma para essa representação.

A divisão dos papéis sexuais pelos discursos modernos trouxe a idéia da mãe como figura principal no nascimento da família nuclear moderna, através da sua função de vigília atenta e soberana no seu espaço de atuação. A mulher seria a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo o que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada como o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação.

Para a construção do ideal de mulher nas primeiras décadas do século XX, a Igreja exerceu também uma enorme influência. No texto de Silvana Carla da Silva, observamos como a Igreja Católica atuou em Natal, no tocante a estruturação desse pensamento. No periódico *A Ordem*, editado Centro de Imprensa da Congregação Mariana de Moços, fundada

²⁰¹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar*, p. 63-68

em 1918, vemos que a família representava a célula do corpo social e deveria ter a mulher enquanto encarregada das tarefas domésticas; assim, estratégias de disciplinarização contidas no veículo, significaram um ideal de mulher a ser seguido como parte do projeto modernizador da sociedade brasileira na Primeira República.²⁰²

As vozes conservadoras da Igreja falavam ao encontro do constatado decréscimo do trabalho feminino no Brasil, entendendo que a emancipação da mulher representava um perigo para a sociedade, o que dava margem a campanhas contra o trabalho feminino. Este poderia até ser considerado um “mal necessário”, mas o campo do externo da casa deveria mesmo ser propício à mulher que usasse suas forças para as obras assistenciais, pois “o cuidado para com o outro era o prolongamento da sua função enquanto rainha do lar”. Dessa maneira, para impedir a proliferação da mulher que “pensava livremente, a Igreja propunha as quatro paredes ou os quatro evangelhos”, de acordo com conceitos “científicos” que incentivavam à mulher a uma educação doméstica.²⁰³

Como resultado desse movimento de valorização extrema da permanência da mulher voltada para os cuidados com o lar, filhos e marido, a concepção de que ela estaria segura apenas dentro do casamento, através da chefia do marido, num casamento que, ditado pelo Código Civil de 1916, matinha o compromisso com o Direito Canônico e com a indissolubilidade do vínculo matrimonial; sendo que nem o trabalho a esposa poderia exercer sem a permissão do marido. Assim, as mudanças que o novo século causaram contribuíram para a formação de uma “sólida barreira feita de opiniões de juristas, médicos e da própria opinião pública [...] a tudo que pudesse ferir as instituições básicas da sociedade”, como a presença da mulher moderna na sociedade, fosse ela emancipada, *suffragette*, *garçonne*, melindrosa ou separada.²⁰⁴

Nos instantes finais da trama, Adalgiza já bastante insatisfeita com os rumos que o seu casamento com Julinho tinha chegado se indaga:

Qual seria o futuro da sua vida de casada? [...] Suprir com o fruto proibido a insipidez do que lhe tocara por sorte? Não, porque tinha orgulho de ficar limpa, de não se esconder nem corar diante de ninguém. Mas, então, com menos de vinte anos, ficavam os seus horizontes fechados e sem ao menos a diversão de um filho, embora nunca o tivesse desejado com entusiasmo, para gastar com ele as reservas de carinho e dedicação de que se julgava capaz?²⁰⁵

²⁰² SILVA, Silvana Carla da. *Modernidade conservadora em Natal na década de 1930: A divulgação das idéias de disciplinarização feminina no jornal A Ordem*. 2004. Monografia (Bacharelado em História). UFRN, Natal, p. 4-5.

²⁰³ *Ibid.*, p. 14-44.

²⁰⁴ DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*, p. 246-254.

²⁰⁵ FEITOSA, Polycarpo. *Gizinha*, p. 219.

Assim, as iniciativas em prol da disciplinarização da mulher descrevia-a como naturalmente direcionada para o âmbito da vida doméstica. Sem marido e sem filho... e com apenas 26 anos, Adalgiza, que tão bem aprendeu, especialmente com mãe, como deveria ser uma esposa honrada, estaria com os seus “horizontes fechados” para a vida, pois ela nunca deveria “se sujar” com qualquer que fosse outro relacionamento fora do seu casamento, se não fosse a morte de Julinho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antônio de Souza mostrou em *Gizinha* várias imagens de mulher moderna que se entrecruzavam e começava a aparecer nos anos 1920 na cidade de Natal. A mulher moderna de Antônio de Souza era uma mulher que assimilava os costumes modernos. Ser moderna no período, em Natal era: sair à rua para fazer parte dos novos locais de sociabilidade que surgiam, tais como as lojas da Ribeira, as praias, os cinemas, os teatros e os bailes da cidade. Uma mulher conectada às mudanças que a moda trazia para a cidade, especialmente em se tratando das modas ligadas ao vestuário e à dança, que moldavam uma postura feminina de mais liberdade na sociedade, especialmente com relação à livre escolha de um noivo sem a interferência dos pais. Antônio de Souza apresenta uma mulher moderna como contraditória, por um lado ela é, como Adalgiza, um exemplo de melindrosa fútil, petulante, consumista e interesseira e, por outro lado ela é uma mulher que também aparecia um pouco divinizada como uma “irmã de Eva”, uma mãe-dona-de-casa atenciosa, cada vez mais poderosa e enigmática, que de (quase) tudo sabia.

Paralelamente, Antônio de Souza nos mostra um homem, que por estar se deixando envolver pelos costumes modernos, cultuando o corpo, (através de atividades esportivas como a musculação e o futebol) em detrimento da intelecto; adaptando-se a uma moda de roupas e hábitos que pareciam estar efeminando-o; valorizando danças polêmicas e deixando-se envolver por moças de honestidade duvidosa, era um homem que tornava-se enfraquecido. Era também um homem que parecia ainda ocupar com mais assiduidade os locais públicos e que recebia sem controle os vícios modernos como os jogos de cassinos, o que causava, paulatinamente, uma degradação da sua imagem. Julinho, que dançava tango, possuía apetrechos de embelezamento “mais ou menos masculinos”, não se interessava pelo trabalho ou pelos estudos e ainda deixava sentimentos como o amor o enfraquecerem, era um tipo desse homem moderno.

Acreditamos que o discurso de gênero presente em *Gizinha*, antes de mostrar apenas a influência dos valores modernos, mostra uma metáfora da própria noção de modernidade recebida pela parcela mais tradicional da sociedade. Homem e mulher modernos significariam assim a própria modernidade, num movimento em que as identidades de gênero se transformavam. Homem e mulher recebiam então as influências das transformações da modernidade, acarretadas, no nosso entender, especialmente pelo que chamamos de Revolução Científico-tecnológica, que resultado de um processo maior de modernização, cuja

Revolução Industrial havia sido especialmente precursora, passaria a transformar a vida da sociedade do Ocidente.

Natal, como explicitamos no capítulo 1, assim como outras capitais brasileiras, desde o início do século XX, recebia então ares de cidade moderna. Seus dirigentes, envolvidos com projetos de reformas urbanas tentavam imprimir os signos da modernidade no espaço urbano, influenciados pelas reformas urbanas de outros lugares do país, especialmente do Rio de Janeiro, então capital da recém proclamada República e onde se investia alto na reconstrução da cidade, seguindo também padrões da modernidade exaltados por cidades do exterior tidas como civilizadas. Como resultado das políticas reformadoras brasileiras de dotar o país de uma imagem de uma nação civilizada e organizada, extraíndo-lhe a imagem de colônia que o estigmatizava.

Cronistas dos anos 1920 apresentam em geral a capital potiguar como atrasada ou provinciana. Entretanto, através de *Gizinha* vemos que Natal - não obstante sua extensão urbana e sua população reduzida, em relação a outros centros urbanos do país -, nos anos 1920, iluminava-se; asfaltava-se; comunicava-se pelos transportes urbanos como o bonde e o automóvel. Nesse movimento, entendemos que as ações para a modernização da capital potiguar revelaram a intenção de saneamento, ordenamento e embelezamento da cidade em conformidade com os valores modernos de sua elite dirigente que buscava imprimir-lhe credibilidade nacional e internacional. Assim, os investimentos maiores se dariam então nas políticas urbanísticas, sanitárias e no campo educativo. E diante de várias mudanças sofridas pela cidade, acreditamos que seus moradores viviam com um sentimento de que havia algo novo chegando para reorientar completamente suas vidas.

Esse algo novo podia então ser expressado por várias metáforas, especialmente aquelas que relacionavam as mudanças dos hábitos femininos e masculinos, diante de um mundo de novidades. Especialmente se falando das mudanças da imagem da mulher, pensamos que crescia uma nova visibilidade feminina; ou seja; pensamos que os modernos estavam vendo nascer uma nova imagem de mulher, ou pelo menos um novo discurso, que em detrimento das idéias de que a mulher havia sido feita apenas para a procriação, via nascer uma mulher que também podia adentrar aos espaços do lado de fora da casa. Assim, no caminho das transformações que moldavam “a cara” das cidades no Brasil, surgiam mulheres que lutavam por uma maior liberdade para trabalhar, estudar ou simplesmente freqüentar livremente os espaços de sociabilidade (como os apresentados em *Gizinha*).

E apesar de sabermos que mesmo antes, muitas mulheres poderiam ser vistas exercendo atividades produtivas nas ruas, compreendemos que estas eram especialmente

mulheres das classes empobrecidas, que necessitavam de trabalho para poder sobreviver, muitas vezes exercendo atividades desvalorizadas. O que aconteceria, a partir do século XX, seria que mesmo as mulheres dos segmentos economicamente favorecidos da sociedade também estavam buscando ter o direito ao trabalho, mas um trabalho valorizado, reconhecido e até mesmo considerado como inerente à condição masculina. Nesse sentido, surgiram vozes que faziam campanhas públicas pela emancipação da mulher, contudo, naqueles anos 1920 essas vozes foram poucas e até mantenedoras das idéias de que à mulher pertenceria mesmo o âmbito privado do lar. Na maioria dos casos, a resistência feminina ao que pode ser entendido como um sentimento de inferioridade perante o homem na sociedade, se dava mesmo no cotidiano da casa, ou ainda diluída em lutas operárias para melhoramento das suas condições de trabalho.

Esse processo de modernização da sociedade que afetava a mulher não foi bem recebido por um grande número de conservadores e, freqüentemente suas representantes recebiam críticas por estarem corroendo os valores da sociedade, pondo em risco o futuro do Brasil por estarem abandonando o lar em detrimento de uma vida mundana. Nesse ínterim, buscava-se reorientar o desejo da mulher de ser educada e até mesmo de trabalhar fora, através de discursos que buscavam direcioná-la para os cuidados com o lar, com o marido e com os filhos, contudo, a mulher não mais era tida enquanto simples parideira, mas sim, como principal responsável pela educação dos filhos que levariam a nação ao progresso. Em Natal, vimos que um exemplo maior dessa educação feminina voltada para o lar como uma iniciativa das mais modernas na criação da Escola Doméstica. E em *Gizinha* temos Adalgiza sendo educada, mesmo dentro de casa e pela mãe, a cuidar bem do seu casamento.

O livro apresenta conflitos vivenciados nas primeiras décadas da República, nessa perspectiva, homens como Antônio de Souza percebiam que as transformações acarretadas pela modernidade desestruturavam a ordem social presente, especialmente quando as mulheres e os homens deixavam-se levar pelos modismos, abandonando tradições como a manutenção de uma família digna. Os conflitos modernos, na percepção de Antônio de Souza mostram que o homem se tornava fraco e a mulher perdia a sua honra e ambos seriam responsáveis pela destruição do que se acreditava ter sido o modelo de família patriarcal – cujo poder discricionário do pai era primordial para a estruturação familiar –, substituindo-o pelo modelo de família nuclear – cujo poder estava dividido entre os seus membros, cada um com sua função específica. A família moderna, burguesa, nuclear, para conservadores como Antônio de Souza recebia críticas por trazer à tona uma metáfora de uma sociedade que se feminizava e se horizontalizava, significando uma nova realidade num Brasil que via a

ameaça de que toda uma configuração social (exemplificada pelo Império e pelas relações escravistas) estava sendo eliminada.

Compreendemos que em *Gizinha*, a idéia principal passada é a de que enquanto o homem moderno deixava sua fraqueza aflorar devido aos hábitos mundanos que o estavam corrompendo e enquanto a mulher moderna cada vez mais dava vazão à uma liberdade questionável para os padrões da época, o que mais estava em risco era a honra tanto de um quanto de outro, o que, por sua vez, punha em risco a honra da família e numa instância maior, a honra da nação. Assim, moças como Adalgiza tinham a sua honestidade questionada devido aos seus hábitos mundanos, tendo prejudicado sua imagem de moça virgem ante do casamento e sua imagem de moça de caráter imaculado. Da mesma forma, rapazes como Julinho também tinham sua honra questionada quando eram vistos enquanto viciados em jogo e enquanto não davam a devida atenção à manutenção da casa.

Buscava-se então, regradar, disciplinar, essas mulheres e homens modernos que punham em risco a imagem de um Brasil honrado, que valorizava o progresso através da busca por uma modernização conservadora que valorizava os padrões de honra, moralidade e civilidade. Nesse contexto, o romance *Gizinha* parece ter sido escrito como um meio que Antônio de Souza (enquanto homem/político/celibatário) utilizou-se como espaço de pedagogia nesse sentido. Algumas lições, acreditamos, são por ele ensinadas no romance. Os jovens precisavam continuar a valorizar as tradições da terra em detrimento dos costumes modernos! Nem o homem, nem a mulher deveriam deixar o mundanismo das ruas afetarem o que de mais sagrado, nesse discurso, eles tinham: a sua honra.

Interpretamos que nessas primeiras décadas do século XX, uma nova discussão surgia, mesmo que de maneira velada, no campo da sexualidade. Esses homens e mulheres que se relacionavam cada vez mais pautados pelos ideais de amor romântico e que entravam em contato com hábitos como as danças que despertavam os “instintos”, eram ensinados a se portarem melhor diante do sexo. Aos homens, em *Gizinha*, Antônio de Souza pede mais sensibilidade para entender que a mulher também têm necessidades sexuais e pede menos brutalidade, especialmente, na hora do “defloramento”. Às mulheres, que falem mais sobre suas angústias nesses assuntos. Acreditamos que as vozes que falavam de uma abertura das discussões relacionadas à sexualidade influenciaram essas idéias de Antônio de Souza, mesmo que ele não tenha usado termos muito “abertos” para explicitar as suas opiniões concernentes ao tema.

O desfecho do livro é significativo para a construção do nosso entendimento sobre o que *Gizinha* representa para mostrar os discursos de gênero e de modernidade, em

consonância com os ideais de família buscados por homens como Antônio de Souza. Adalgiza manteve-se pura, mesmo influenciada pelos desvios da modernidade, antes e após o casamento, mostrando que aprendeu os ensinamentos passados pela sua mãe, do outro lado, Julinho não soube se relacionar bem com essa modernidade e devido ao vício e a não ter sabido conduzir a sua casa (e esposa) só lhe restou conviver com a desonra que sentiu em algum lugar bem distante de Natal, morrendo tragicamente e deixando Adalgiza livre para um outro casamento. Com isso, acreditamos que a solução para os casamentos que pareciam estar em ruínas aos olhos de uma grande parte da sociedade era a manutenção dos valores mais tradicionais, como a mulher voltada para o âmbito do lar em detrimento da sua emancipação e, da mesma forma, o homem também voltado para a manutenção desse lar, buscando uma postura mais firme ao liderar a sua casa, diante dos perigos que uma suposta feminização/horizontalização da sociedade pareciam trazer.

Nesse sentido, Antônio de Souza parece relacionar aquilo que ele via como real na sociedade, ou seja, a assimilação dos diversos costumes modernos pelas mulheres e homens, com aquilo que ele buscava como ideal, a manutenção/criação de papéis a serem seguidos para essas mesmas mulheres e homens, em consonância com os padrões de família procurados para organização/progresso da nação que se instituía paulatinamente. Nesse sentido, pensamos que não apenas as mulheres foram alvo de campanhas estereotipadas, mas também os homens tiveram que conviver com diversas regras para se adaptarem ao século XX, tendo que dosar o novo ao antigo.

De qualquer maneira, mesmo sendo ideais, as falas como as de Antônio de Souza foram responsáveis por toda uma configuração da sociedade e influenciaram posturas, tanto dos setores economicamente favorecidos da sociedade, quanto dos setores desfavorecidos. Assim, mesmo que a sociedade dos anos 1920 em Natal possa ser entendida enquanto passível de diversos exemplos de “mulher-homem-família” que não se assemelhem ao ideal trazido pelo romance *Gizinha*, acreditamos que esse mesmo ideal perpassou as configurações da sociedade natalense daquele momento histórico.

Em que medida os modelos de homem e de mulher mostrados por Antônio de Souza existiam na Natal dos anos 1920? Quais os reais modelos de família existente até aquele momento na cidade? Em que aspectos os poderes do homem e da mulher dentro do matrimônio se chocavam, se imbricavam e se completavam na divisão de tarefas do lar? A modernidade representada pela Segunda Revolução Industrial era sentida/vivida por todos os segmentos da sociedade natalense dos anos 1920? Todos os jovens rapazes e moças tinham direito aos novos espaços de lazer (praias, cinemas, clubes, etc)? Antes de certezas,

terminamos essa monografia com questionamentos, os quais revelam que ainda pesquisas historiográficas podem acontecer para respondê-las. Talvez utilizando várias outras fontes, unido-as, comparando-as, confrontando-as, num movimento que mostrará um pouco mais da história da mulher, do homem e de Natal desse momento da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Jornais

A REPÚBLICA, p.1, 14 jan. 1922.

A REPÚBLICA, p. 2, 21 jan. 1922.

A REPÚBLICA, p. 3, 4 jan. 1922.

A REPÚBLICA, p.1-2, 4 jan. 1922.

A REPÚBLICA, p.1-2, 4/10 jan. 1922.

A REPÚBLICA, p.2 21 jan. 1922.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **Nordestino: Uma invenção do falo, uma história do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Catavento, 2003. p. 19-148.

_____. **Luis da Câmara Cascudo em as batalhas contra o tempo: a biografia histórica de um erudito brasileiro (1898-1896)**. Projeto de Pesquisa. Natal: UFRN, 2004.

_____. História e literatura: Uma questão de Gênero? **II Encontro Regional da ANPUH/RN: História, historiografia e ensino**. Caicó: UFRN, 2006.

BERMAN, Marshall. Modernidade - ontem, hoje e amanhã. In: _____. **Tudo que é sólido desmancha no ar - a aventura da modernidade**. São Paulo: Cia das Letras, 1987. 15-35.

BURITI, Iranilson. Espaços de Eva: A mulher, a honra e a modernidade no Recife dos anos 20 (Século XX). **Revista História Hoje**. São Paulo, n.5, 2004.

SILVA, Silvana Carla da. **Modernidade conservadora em Natal na década de 1930: A divulgação das idéias de disciplinarização feminina no jornal A Ordem**. 2004. Monografia (Bacharelado em História). UFRN, Natal.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: IHG/RN, 1999.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000. p. 22-266.

DEL PRIORE, Mary. (Org.). Apresentação. In: **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 7-10.

_____. **História do amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 231-281.

DIAS, Maria Odila Leite. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Constância Lima, MACÊDO, Diva Maria Cunha Pereira (Orgs.). **Via-láctea: de Palmyra e Carolina Wanderley: Natal, 1914-1915 – Edição Fac-similar**. Natal: NAC, CCHLA/NEPAM, Sebo Vermelho, 2003.

FEITOSA, Polycarpo. **Gizinha**. 3. ed. Natal: AS Editores, 2003.

FRANÇA, Janaína Costa de Oliveira. **Família e a cidade moderna no romance Gizinha**. 2005. Monografia (Bacharelado em História). UFRN, Natal.

HERSHMANN, Micael, PEREIRA, C. A. Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In.: _____ (Orgs.). **A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 9-42.

LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 213-251.

LIMA, Pedro de. **O mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas**. Natal: Cooperativa Cultural/ Sebo Vermelho, 2000.

_____. **Natal século XX: Do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In.: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **Historia da vida privada no Brasil: República: Da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. v. 3. p. 367-422.

MARQUES NETO, Cosme F. **Henrique Castriciano de Souza: Uma contribuição à educação potiguar**. 2005. p. 20, 31-32. Monografia (Graduação em História). Natal: UFRN.

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. **Revista Do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 9, n. 1-2, p. 99-124. jan./dez., 1996.

_____. Nísia Floresta e Mulheres da Letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jan./abr., 2005.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Senado Federal, 1989.